

# Plano Diretor Municipal

---

# Coronel Domingos Soares-PR

**2ª FASE - ANÁLISE TEMÁTICA  
INTEGRADA - PARTES 1, 2 E 3**

Revisão 2022



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
PMCD.S.PR.GOV.BR



# Plano Diretor Municipal de Coronel Domingos Soares-PR

---

Prefeito  
**Jandir Bandiera**  
Vice- Prefeito  
**Liomar Antônio Bringhenti**

Coordenadora Técnica Municipal  
**Kéury Fabris Marcon**



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR  
PMCD.S.PR.GOV.BR



DRZ GEOTECNOLOGIA E  
CONSULTORIA  
DRZ.COM.BR

2022





## APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento básico da política urbana, indispensável para o desenvolvimento e a expansão urbana e para a definição das intervenções a serem executadas pelo poder público municipal, de forma a atender às exigências fundamentais de ordenamento das cidades e induzir um processo de planejamento contínuo que vise a ampliação dos benefícios sociais, a redução da desigualdade social e a garantia da oferta de serviços e equipamentos públicos.

O Plano Diretor deve ser amplamente divulgado e apresentado em eventos abertos ao público para possibilitar sua pactuação com a sociedade civil, sendo formulado como uma política pública. Em um segundo momento, deve ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e, por fim, sancionado pelo Poder Executivo Municipal, resultando em uma lei que reflita o compromisso firmado entre a sociedade e o Poder Público.

Em âmbito nacional, a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho 2001, o Estatuto da Cidade, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam da política urbana. O Estatuto da Cidade definiu as normas para elaboração dos Planos Diretores nos Municípios, de forma a regular o uso da propriedade em prol do bem coletivo e prevendo, em forma de lei, o direito à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer.

Conforme o art. 41 do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas". A mesma lei, em seu Art. 40 §3º, define ainda que "a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos".

A Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, condicionou a firmação de convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços à elaboração do Plano Diretor por parte dos municípios, seguindo as determinações do Estatuto da Cidade.

O Plano Diretor Municipal de Coronel Domingos Soares foi instituído pela Lei Complementar nº 588, de 04 de abril de 2012. A Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares iniciou o processo administrativo nº 007/2022, na modalidade Pregão Eletrônico (nº 005/2022), para a contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor Municipal, visando definir objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal.

O processo resultou no Contato nº 17/2022, celebrado no dia 18 de fevereiro de 2022 entre o Município de Coronel Domingos Soares e a DRZ Geotecnologia e Consultoria. A empresa contratada deverá executar o trabalho de Revisão do Plano Diretor Municipal conforme Termo de Referência (TR) e demais peças do referido edital.



O presente produto se refere às Partes 1, 2 e 3 da Fase II – Análise Temática Integrada, da Revisão do Plano Diretor Municipal de Coronel Domingos Soares.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
SUMÁRIO.....	3
PARTE 1.....	19
INTRODUÇÃO.....	21
1. ASPECTOS GERAIS.....	23
1.1 BREVE HISTÓRICO.....	23
1.2 LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL.....	23
2. CONDICIONANTES GEOAMBIENTAIS.....	27
2.1 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA.....	27
2.2 HIPSOMETRIA E DECLIVIDADE.....	29
2.3 PEDOLOGIA E APTIDÃO DO SOLO.....	31
2.4 BACIA HIDROGRÁFICA E HIDROGRAFIA.....	33
2.5 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	35
2.6 ARBORIZAÇÃO URBANA.....	38
3. CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS.....	41
3.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL.....	41
3.1.1 SOLO MUNICIPAL.....	41
3.1.2 SOLO URBANO.....	45
3.1.3 LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO (ZONEAMENTO).....	46
3.1.4 EVOLUÇÃO URBANA.....	49
3.2 APTIDÃO AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICA.....	53
4. CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS.....	57
4.1 DEMOGRAFIA.....	57
4.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	59
4.3 VULNERABILIDADE SOCIAL, POBREZA E RENDA.....	61
4.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	63
4.4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO.....	64
4.4.2 VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS.....	66
4.4.3 VALOR ADICIONADO FISCAL.....	70
4.4.4 ESTABELECIMENTO E EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	74
5. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	79
5.1 SANEAMENTO BÁSICO.....	79
5.1.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	79



5.1.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	79
5.1.3 RESÍDUOS SÓLIDOS .....	80
5.1.4 DRENAGEM PLUVIAL .....	81
5.2 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA .....	82
5.3 CADASTRO IMOBILIÁRIO.....	83
5.4 SAÚDE .....	84
5.5 EDUCAÇÃO.....	86
5.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	90
5.7 CULTURA E TURISMO .....	92
5.8 ESPORTE E LAZER.....	93
5.9 CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS.....	95
5.10 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL.....	96
PARTE 2.....	101
6. CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS .....	103
6.1 CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL.....	103
6.1.1 DÉFICIT HABITACIONAL.....	105
6.1.2 PROGRAGAMAS HABITACIONAIS .....	107
6.1.3 OCUPAÇÕES IRREGULARES.....	108
7. CAPACIDADE DE SUPORTE ATUAL E FUTURA .....	113
7.1 PROJEÇÃO POPULACIONAL.....	113
7.2 EXPANSÃO URBANA .....	114
7.3 CAPACIDADE DE SUPORTE.....	116
7.3.1 CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL.....	116
7.3.2 CAPACIDADE DE SUPORTE DE INFRAESTRUTURA.....	117
7.3.3 CAPACIDADE DE SUPORTE AOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS .....	118
8. MOBILIDADE URBANA.....	123
8.1 DESLOCAMENTO NÃO-MOTORIZADO.....	123
8.1.1 DESLOCAMENTO DE PEDESTRES .....	123
8.1.2 DESLOCAMENTO DE CICLISTAS.....	124
8.2 DESLOCAMENTO MOTORIZADO .....	125
8.2.1 TRANSPORTE COLETIVO .....	126
8.2.2 TRANSPORTE DE CARGAS .....	127
8.2.3 TRANSPORTE INDIVIDUAL .....	127
8.3 SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL .....	128



8.4 SISTEMA VIÁRIO URBANO .....	129
9. FINANÇAS PÚBLICAS.....	131
9.1 RECEITAS FINANCEIRAS.....	131
9.1.1 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS .....	135
9.1.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS.....	143
9.1.3 RECEITAS CORRENTES E RECEITA TRIBUTÁRIA.....	148
9.2 DESPESAS FINANCEIRAS.....	149
9.2.1 DESPESA POR FUNÇÃO .....	152
9.2.2 DESPESA COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	155
9.2.3 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	156
9.3 INDICADORES DAS FINANÇAS PÚBLICAS .....	158
9.3.1 INDICADOR DE DEPENDÊNCIA .....	158
9.3.2 INDICADOR DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS .....	159
9.3.3 INDICADOR DE POUPANÇA.....	160
9.3.4 INDICADOR DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO .....	161
10. GESTÃO MUNICIPAL .....	165
10.1 CONSELHOS MUNICIPAIS.....	165
10.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA .....	166
11. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA .....	175
12. PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	177
REFERÊNCIAS.....	179





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização, Municípios Limítrofes, RG Intermediária e Imediata .....	24
Figura 2 – Geomorfologia e Geologia .....	28
Figura 3 – Hipsometria, perfis topográficos e declividade .....	29
Figura 4 – Tipos de solos presentes em Coronel Domingos Soares .....	31
Figura 5 – Solos .....	32
Figura 6 – Aptidão do solo e vulnerabilidade geoambiental .....	33
Figura 7 – Bacias Hidrográficas e Hidrografia .....	34
Figura 8 – Fitogeografia de Coronel Domingos Soares .....	35
Figura 9 – Perfil esquemático da Floresta Ombrófila Mista (Mata-de-Araucária) .....	36
Figura 10 – Arborização av. Araucária .....	39
Figura 11 – Uso do solo municipal .....	43
Figura 12 – Evolução da sede urbana .....	49
Figura 13 – Restrições ao uso e ocupação antrópica (Sede) .....	54
Figura 14 – Por que o IDHM é importante? .....	59
Figura 15 – Posição do IDHM do Município – Coronel Domingos Soares/PR - 2010 .....	61
Figura 16 – Escala de classificação do IVS .....	61
Figura 17 – Renda, pobreza e desigualdade em Coronel Domingos Soares .....	62
Figura 18 – Taxa de atividade e situação ocupacional .....	63
Figura 19 – Pátio prefeitura tubos de drenagem .....	81
Figura 20 – Centro de Saúde .....	85
Figura 21 – Escola Municipal Prof. <sup>a</sup> Aurora F.N. Tortelli .....	88
Figura 22 – Ginásio de Esportes .....	93
Figura 23 – Quadra Meu Campinho .....	94
Figura 24 – Parquinho municipal .....	94
Figura 25 – Cemitério da Sede Municipal .....	96
Figura 26 – Equipamento de Segurança .....	96
Figura 27 – Habitação em condição precária .....	107
Figura 28 – Áreas de loteamentos irregulares e favela .....	110
Figura 29 – Lotes que passaram por regularização fundiária .....	111
Figura 30 – Atual uso dos perímetros urbanos .....	115
Figura 31 – Calçamento existente com acessibilidade .....	124
Figura 32 – Áreas de calçamento inexistente .....	124
Figura 33 – Ciclofaixa existente .....	125
Figura 34 – Tráfego de veículos penados na av. Araucária .....	127
Figura 35 – Vias Pavimentadas, não pavimentadas e a serem pavimentadas .....	130
Figura 36 – Estrutura organizacional de Coronel Domingos Soares .....	167
Figura 37 – Reunião setorial com a população .....	177





## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da área plantada (ha) e do valor da produção (mil reais) dos principais produtos agrícolas de Coronel Domingos Soares.....	44
Gráfico 2 – Pirâmides etárias e distribuição por sexo, segundo grupos de idade (2000 e 2010) .	58
Gráfico 3 – Evolução das dimensões do IDMHM de Coronel Domingos Soares.....	60
Gráfico 4 – Comparativo de crescimento acumulado do PIB de Mercado e do Per Capita deflacionado a preços constantes de 2019 (período 2017-2019):.....	66
Gráfico 5 – Crescimento dos setores econômicos em relação ao VABPB de acordo com valores a preços constantes de 2019, período 2017-2019 (em percentual):.....	69
Gráfico 6 – Comparativo entre o VABPB e VAF, com valores de 2018 e 2019 (milhões) .....	72
Gráfico 7 – Crescimento acumulado dos estabelecimentos e empregos, 2018 a 2020.....	75
Gráfico 8 – Empregos por estabelecimento, média do período 2018-2020.....	76
Gráfico 9 – Principais atividades geradoras de empregos e renda, média do período 2018-2020 .....	77
Gráfico 10 – Composição da iluminação elétrica municipal .....	83
Gráfico 11 – Situação dos domicílios em Coronel Domingos Soares, 2000-2010.....	103
Gráfico 12 – Evolução Populacional.....	114
Gráfico 13 – Comparação dos índices das Receitas Correntes e Inflação no período 2018-2020 .....	133
Gráfico 14 – Participação média das transferências da União no período 2019-2021.....	139
Gráfico 15 – Participação média das transferências do Estado, período 2019-2021.....	142
Gráfico 16 – Comparativo entre o ICMS e FPM, Receitas Correntes e Transferências Correntes, valores deflacionados a preços de 2021, período 2019-2021 (R\$ Milhões) .....	142
Gráfico 17 – Comparativo da participação média das rubricas com as Receitas Próprias (RT) e as Receitas Tributárias (RT), período 2019-2021 .....	144
Gráfico 18 – Comparativo do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (%) .....	147
Gráfico 19 – Execução Orçamentária, relação entre Despesa e Receita, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (em milhões).....	157
Gráfico 20 – Comparação entre Capacidade de Investimentos e Investimentos, valores deflacionados a preços constantes (Em Milhões) .....	164

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Uso e ocupação do solo de Coronel Domingos Soares.....	51
Mapa 2 – Restrição ao Uso e Ocupação Antrópica Municipal .....	55
Mapa 3 – Equipamentos de Infraestrutura .....	99





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das classes do mapeamento.....	41
Quadro 2 – Efetivo de pecuária e aves 2020.....	45
Quadro 3 – Efetivo de pecuária e aves 2020.....	45
Quadro 4 – Informações sobre o uso e ocupação do solo de Coronel Domingos Soares em 2022 .....	46
Quadro 5 – Parâmetros de uso e ocupação do solo de Coronel Domingos Soares.....	48
Quadro 6 – Informações sobre a coleta de resíduos sólidos .....	80
Quadro 7 – Equipamentos de Saúde.....	84
Quadro 8 – Equipamentos públicos de educação .....	87
Quadro 9 – Matrículas na educação Básica segundo a modalidade de ensino e dependência administrativa – 2022 .....	89
Quadro 10 – Equipamentos de Assistência Social .....	90
Quadro 11 – Programas Assistenciais Desenvolvidos .....	91
Quadro 12 – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) .....	91
Quadro 13 – Festividades Culturais.....	92
Quadro 14 – Situação dos cemitérios .....	95
Quadro 15 – Situação da Área dos Loteamentos Clandestinos em 2019 .....	108
Quadro 16 – Projeção populacional, 2023-2032.....	114
Quadro 17 – Faixas de domínios.....	128
Quadro 18 – Conselhos Municipais .....	165





## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente por situação de domicílio – Coronel Domingos Soares/PR.....	57
Tabela 2 – Crescimento populacional percentual por década.....	57
Tabela 3 – IDHM e seus indicadores no município de Coronel Domingos Soares (2000 e 2010).....	60
Tabela 4 – Vulnerabilidade no município de Coronel Domingos Soares (2000 e 2010).....	62
Tabela 5 – PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2019 e Variação Real em percentual, período 2017-2019.....	64
Tabela 6 – PIB/VABPB por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2018 (período 2017-2019).....	67
Tabela 7 – VAF com valores deflacionados a preços constantes de 2020 e percentual de participação, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	70
Tabela 8 – Valor Bruto da Produção por atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	73
Tabela 9 – Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2018 a 2020.....	74
Tabela 10 – Dados de abastecimento de água.....	79
Tabela 11 – Consumo e número de consumidores de energia elétrica de 2022.....	82
Tabela 12 – Número de moradores por domicílios em Coronel Domingos Soares, 2000-2010.....	104
Tabela 13 – Domicílios particulares permanentes em Coronel Domingos Soares por condições de ocupação, 2000-2010.....	104
Tabela 14 – Domicílios particulares permanentes por adequação de moradia em Coronel Domingos Soares, 2010.....	105
Tabela 15 – Componentes de inadequação dos domicílios urbanos em Coronel Domingos Soares.....	105
Tabela 16 – Déficit Habitacional em Coronel Domingos Soares, 2010-2021.....	106
Tabela 17 – Componentes do Déficit Habitacional em Coronel Domingos Soares, 2010.....	106
Tabela 18 – Domicílios vagos em Coronel Domingos Soares, 2010.....	107
Tabela 19 – Evolução da frota de veículos cadastrados por município, 2012/2022.....	125
Tabela 20 – Frota de veículos de Coronel Domingos Soares em 2009 e 2022.....	125
Tabela 21 – Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	132
Tabela 22 – Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (R\$ 1,00).....	135
Tabela 23 – Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	136
Tabela 24 – Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	137
Tabela 25 – Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado com valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2019-2021 (R\$ 1,00).....	140
Tabela 26 – Receitas Tributárias, valores deflacionados a preços de 2020, período 2019-2021 (R\$ 1,00).....	144
Tabela 27 – Relação entre Receita Tributária e Receita Corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00).....	149



Tabela 28 – Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2019-2021 (R\$ 1,00) .....	150
Tabela 29 – Composição das Despesas Correntes e Despesas de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (R\$ 1,00) .....	151
Tabela 30 – Despesas por Função, valores deflacionados a preços constantes de 2020 e médias de valores e participação do período 2018-2020 (R\$ 1,00) .....	153
Tabela 31 – Despesas com Pessoal em relação à RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (R\$ 1,00) .....	155
Tabela 32 – Resultado da Execução Orçamentária, relação entre Despesa e Receita, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (R\$ 1,00) .....	156
Tabela 33 – Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2019-2021 (R\$ 1,00).....	158
Tabela 34 – Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2019, período 2019-2021 (R\$ 1,00) .....	159
Tabela 35 – Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2021 .....	160
Tabela 36 – Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (Em R\$ 1,00) .....	162



## LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
APAE	Associação Pais Amigos Excepcionais de Londrina
ATI	Análise Temática Integrada
CE	Colégio Estadual
CDS	Coronel Domingos Soares
CFERN	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EM	Ensino Municipal
ETC	Equipe Técnica da Consultoria
ETM	Equipe Técnica Municipal
FINBRA	Finanças do Brasil
FJP	Fundação João Pinheiro
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IAT	Instituto Água e Terra do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano



IGR	Instância de Governança Regionais
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice de Preços no Consumidor
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
ITR	Imposto Territorial Rural
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PDM	Plano Diretor Municipal
PGV	Planta Genérica de Valores
PIB	Produto Interno Bruto
PGRSS	Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PPA	Plano Plurianual
PR	Paraná



---

RCL	Receita Corrente Líquida
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEDU	Secretaria de Estado da Educação
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SISPEHIS	Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Serviço Único de Saúde
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TR	Termo de Referência
VABPB	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária



# FASE II - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

## PARTE 1





## INTRODUÇÃO

A Fase 2 – Análise Temática Integrada (ATI) se caracteriza como uma leitura e diagnóstico dos dados e informações quantitativas e qualitativas do município de Coronel Domingos Soares, tendo como fonte o Poder Público, as Secretarias Municipais, o IBGE e outros órgãos estaduais, federais e regionais.

A Análise Temática Integrada é dividida em 3 partes:

- **PARTE 1 – CARACTERIZAÇÃO:**

- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos: mapear e analisar as áreas do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana (sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), visando à identificação das restrições ambientais e associadas às infraestruturas, equipamentos e serviços públicos tendo em vista o uso e ocupação antrópica;
- Uso e ocupação atual do solo: mapear e analisar o uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas e áreas de expansão urbana, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens, fotos ou levantamento de campo;
- Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: avaliar a adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial – atual e futura – das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos para definição de soluções específicas para garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.

- **PARTE 2 – EXPANSÃO URBANA E MORADIA:**

- Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: a partir dos resultados das atividades da Parte 1, avaliar a adequação de uso e ocupação atual do território municipal assim como a pertinência da legislação vigente (lei de perímetro urbano e de expansão da área urbana, lei de parcelamento, lei de uso e ocupação do solo urbano e lei do sistema viário e outras leis pertinentes) em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas das áreas do território municipal;
- Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos: avaliar a adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), considerando as respectivas capacidades de suporte ambiental e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, frente às dinâmicas - atuais e futuras – demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município;



- Condições gerais de moradia e fundiárias: a partir dos resultados da capacidade de atendimento e das condições socioeconômicas da população urbana, avaliar a regularidade fundiária e suas condições de moradia para definição de soluções específicas para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

- **PARTE 3 – MOBILIDADE E GESTÃO:**

- Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana: avaliar a adequação atual e futura: do sistema viário básico; do sistema de transporte coletivo; do deslocamento individual não motorizado, ambos em relação às necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho; e do deslocamento motorizado de cargas e serviços, para definição de soluções específicas de forma a garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer;
- Capacidade de investimento do município: avaliar a capacidade de investimento, atual e futura, do município visando à implementação do PDM;
- Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes: identificar os conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano de forma direta ou indireta e avaliar as respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação.

Na ATI, cada tema é analisado individualmente de forma a conformar um dossiê sobre a realidade do município e das expectativas do governo municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da sociedade local. A Análise Temática Integrada é realizada conjuntamente entre a Equipe Técnica da Consultoria, a Equipe Técnica Municipal e conselho, através de reuniões e oficinas.

Para que o resultado desta avaliação seja fiel à realidade local, a participação da comunidade, garantida pela realização de audiência pública, é fundamental. Ao final, possibilitará a plena compreensão das condicionantes, deficiências e potencialidades do território municipal, que serão a base para o desenvolvimento das diretrizes e proposições, as quais caracterizarão o novo Plano Diretor.

O presente documento se refere à **Parte 1** da Análise Temática Integrada.



## 1. ASPECTOS GERAIS

Neste capítulo será apresentado um breve histórico da formação de Coronel Domingos Soares e do planejamento urbano municipal, a localização e a inserção regional do município.

### 1.1 BREVE HISTÓRICO

A povoação da região onde hoje está instalado o município de Coronel Domingos Soares é antiga e começou com a passagem de tropeiros e carroceiros pela Fazenda Postinho ou Bom Sucesso, de propriedade do Coronel Domingos Soares, patrono do município que recebeu seu nome. O local era ponto de descanso nas viagens de Guarapuava a Porto União da Vitória.

Domingos Soares nasceu em 16 de abril de 1852, em Guarapuava. Teve carreira política, sendo deputado estadual de 1908 a 1918 e Prefeito de Palmas de 1912 a 1916 e de 1924 a 1928. É reconhecido por sua bondade, sendo por vezes chamado de "Pai dos Pobres", bem como por sua personalidade pacificadora, evidente em sua atuação na Guerra do Contestado, onde tentou impedir o combate na Batalha do Irani.

Gradualmente formou-se uma povoação destinada ao progresso nas localidades da Fazenda de Domingos Soares, o que levou à criação do Quinto Distrito Administrativo de Coronel Domingos Soares, pertencente ao Município de Palmas, em 1954. Quatro décadas mais tarde, em dezembro de 1995, foi criado o Município de Coronel Domingos Soares, tendo sua instalação em 01º de janeiro de 1997.

### 1.2 LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

Coronel Domingos Soares está localizado no extremo sul do estado do Paraná, tem como coordenadas geográficas 26º13'36"S de latitude e 52º02'04"W de longitude e está situado a 1.072m em relação ao nível do mar. O território municipal possui 1.553,692km<sup>2</sup> de área territorial e é composto pelo Distrito Administrativo da Sede Municipal.

O município se localiza a aproximadamente 195km de Guarapuava e aproximadamente 404km de Curitiba, capital do Estado. Os municípios limítrofes são: Bituruna, Clevelândia, Mangueirinha, Palmas, Pinhão e Reserva do Iguaçu.

Os principais acessos ao município são a PR-459 e a PR-449, sendo que:

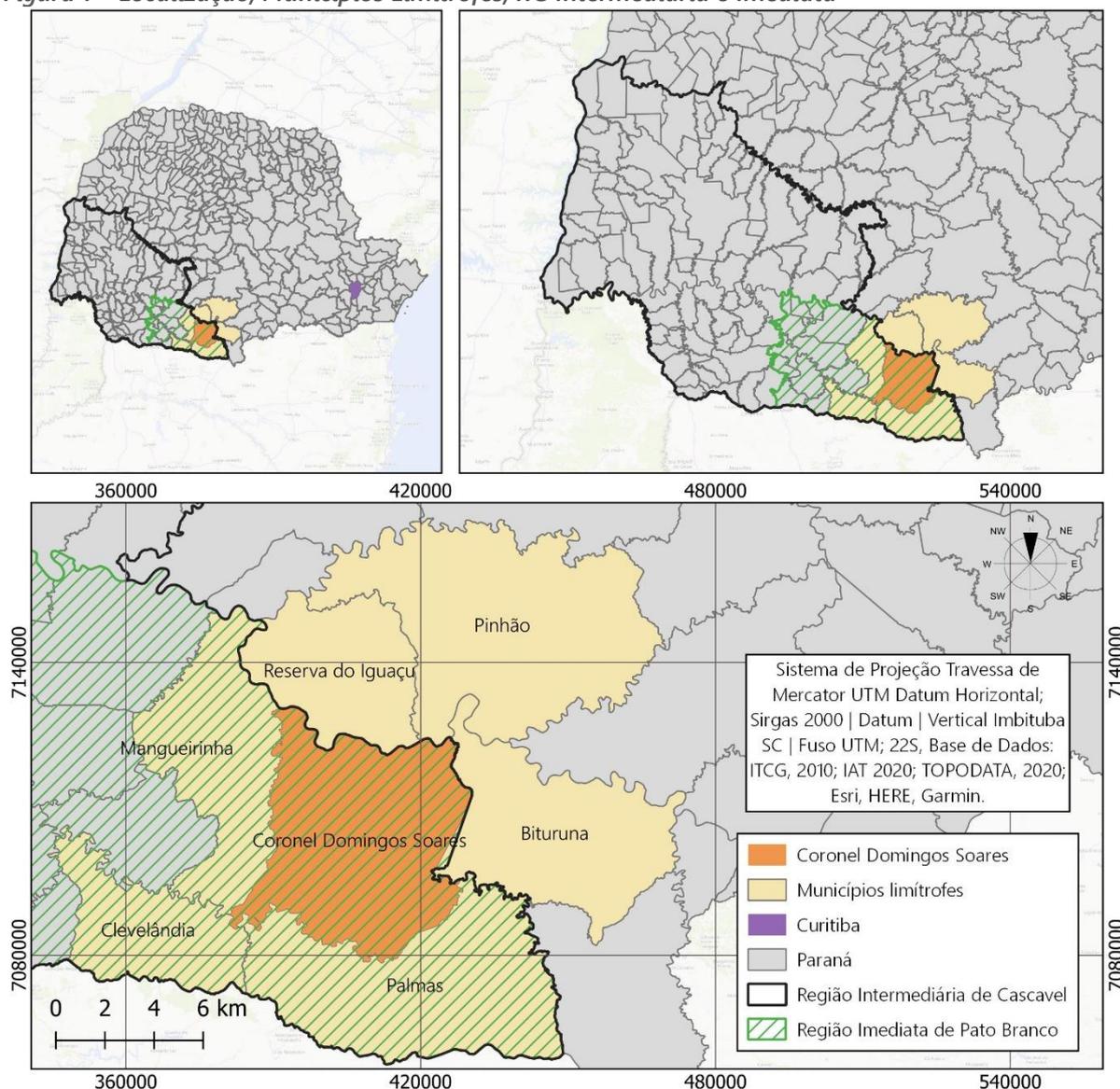
- A **PR-459**, denominada de Rodovia Vereador Sady Marcondes Loureiro, instituída pela Lei Estadual 9.979/1992, é a principal rota que leva ao município de Guarapuava;
- Já a **PR-449** é a principal interligação de quem vem do município de Palmas ou do Estado de Santa Catarina;



- Já a **PR-912** recentemente pavimentada, é o principal acesso ao município de Coronel Domingos Soares.

Coronel Domingos Soares está localizado na Região Geográfica Intermediária de Cascavel (RGInt-03), composta por 100 municípios, e na Região Imediata de Pato Branco, composta por 15 municípios, conforme Figura 1. Em relação aos municípios da região imediata, Coronel Domingos Soares ocupa a 2ª colocação em extensão territorial e, a respeito da população, detém a 12ª colocação dentre os municípios da região imediata.

**Figura 1 – Localização, Municípios Limítrofes, RG Intermediária e Imediata**



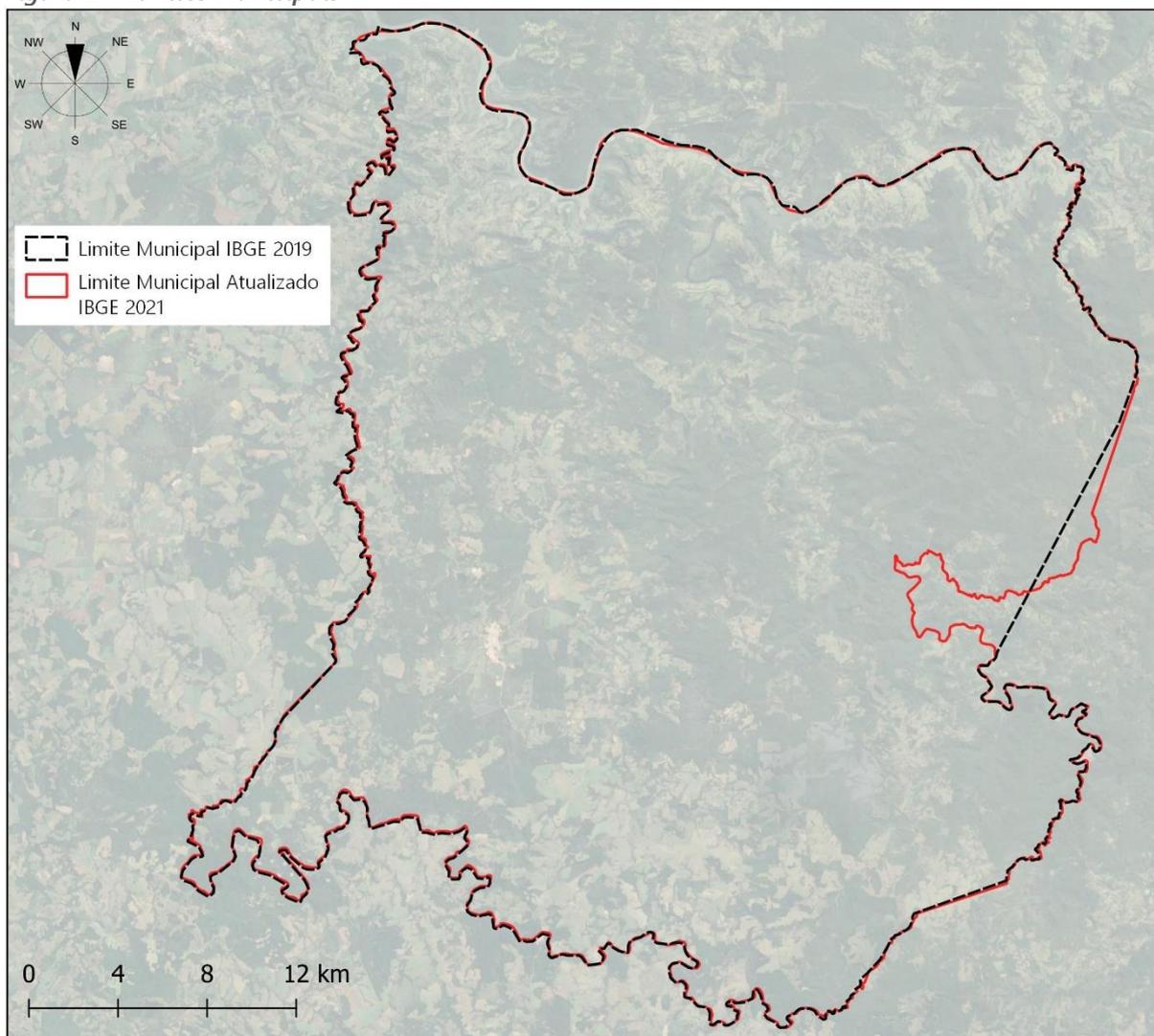
Fonte: BRASIL, 2022. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

No que diz respeito ao limite municipal de Coronel Domingos Soares, existe uma certa divergência no que diz respeito aos limites existentes. Isso se dá devido à atualização realizada em 2021 pelo IBGE e pelo IAT, onde diversos municípios do Paraná passaram por atualização dos



seus limites municipais. Na Figura 2, fica evidente as alterações do limite. Para a elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal, a Pedido da ETM foram utilizados o limite atualizado e o antigo limite municipal.

**Figura 2 – Limites Municipais**



Fonte: IBGE, 2022. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.





## 2. CONDICIONANTES GEOAMBIENTAIS

Para identificar as áreas do Município que estão aptas para o uso e ocupação antrópico, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana, é necessário mapear as características geoambientais, como geologia, geomorfologia, declividade, hipsometria, pedologia, aptidão do solo, hidrografia, fitogeografia e arborização urbana.

### 2.1 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O entendimento da formação geológica e geomorfológica de uma região é ferramenta fundamental para a correta ocupação e exploração consciente dos recursos naturais existentes no subsolo.

O município de Coronel Domingos Soares (CDS) pertence a uma unidade morfoestrutural: a Bacia Sedimentar do Paraná. Sobre as unidades morfoesculturais, CDS pertence ao Terceiro Planalto Paranaense.

Coronel Domingos Soares pertence a quatro subunidades: Planalto do Alto/Médio Piquiri, Planalto de Clevelândia, Planalto do Foz do Areia e Planalto de Palmas/Guarapuava (Terceiro Planalto Paranaense).

O **Planalto do Alto/Médio Piquiri**, situado no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação média e ocupa uma área de 2.160,60km<sup>2</sup>, que corresponde a 15,42% desta Folha. A classe de declividade predominante está entre 6-12% em uma área total de 2.545,04km<sup>2</sup>. Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 420 metros com altitudes variando entre 600 (mínima) e 1.020 (máxima) m. s. n. m. As formas predominantes são topos alongados e isolados, vertentes convexas e convexo-côncavas e vales em "U" aberto. A direção geral da morfologia é NW/SE, modelada em rochas da Formação Serra Geral;

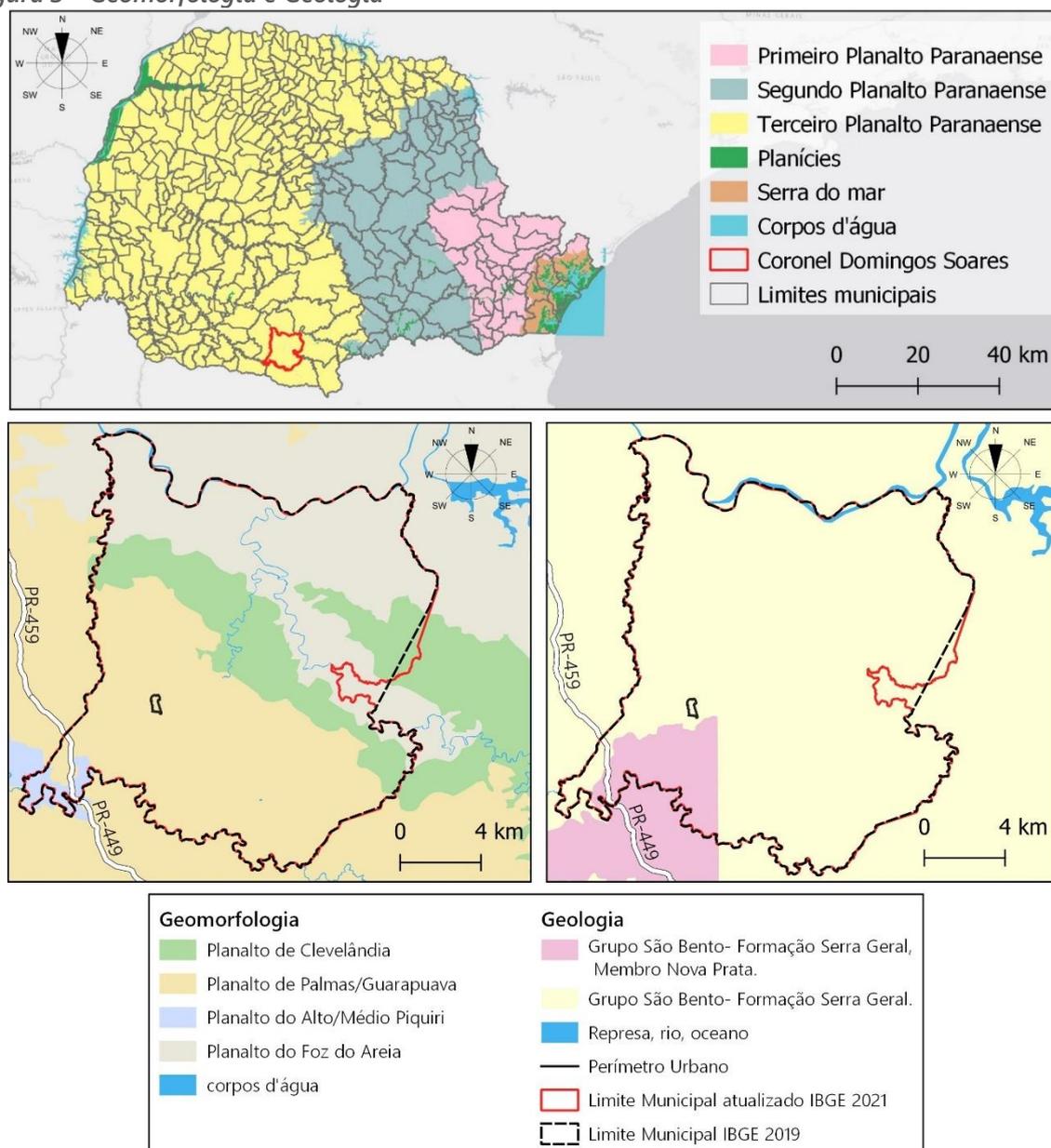
O **Planalto de Clevelândia**, situada no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação média e ocupa uma área de 450,87km<sup>2</sup>, que corresponde a 8,89% desta Folha. A classe de declividade predominante está entre 6% em uma área total de 604,76km<sup>2</sup>, e de 12-30% em uma área total de 1.465,63km<sup>2</sup>. Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 600 metros com altitudes variando entre 720 (mínima) e 1.320 (máxima) m. s. n. m. As formas predominantes são topos aplainados com residuais de aplainação, vertentes convexas e convexo-côncavas e vales em "V", modelada em rochas da Formação Serra Geral;

O **Planalto da Foz do Areia**, situada no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação alta e ocupa uma área de 2.411,20km<sup>2</sup>, que corresponde a 14,61% desta Folha. A classe de declividade predominante está entre 12-30% em uma área total de 1.007,65km<sup>2</sup>. Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 720 metros com altitudes variando entre 620 (mínima) e 1.340 (máxima) m. s. n. m. As formas predominantes são topos alongados, vertentes retilíneas e côncavas e vales em degraus. A direção geral da morfologia é NW/SE, modelada em rochas da Formação Serra Geral;



O **Planalto de Palmas/Guarapuava**, situado no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação baixa e ocupa uma área de 3.373,71km<sup>2</sup>, que corresponde a 20,45% desta Folha. A classe de declividade predominante é menor que 6% em uma área de 2.008,26km<sup>2</sup>. Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 660 metros com altitudes variando entre 700 (mínima) e 1.360 (máxima) m. s. n. m. As formas predominantes são topos aplainados, vertentes retilíneas e convexas e vales em "U", modeladas em rochas da Formação Serra Geral. (PARANÁ, p.13-14, 2006b).

Figura 3 – Geomorfologia e Geologia



Fonte: BRASIL, 2022. IBGE, 2019. IAT, 2022. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.



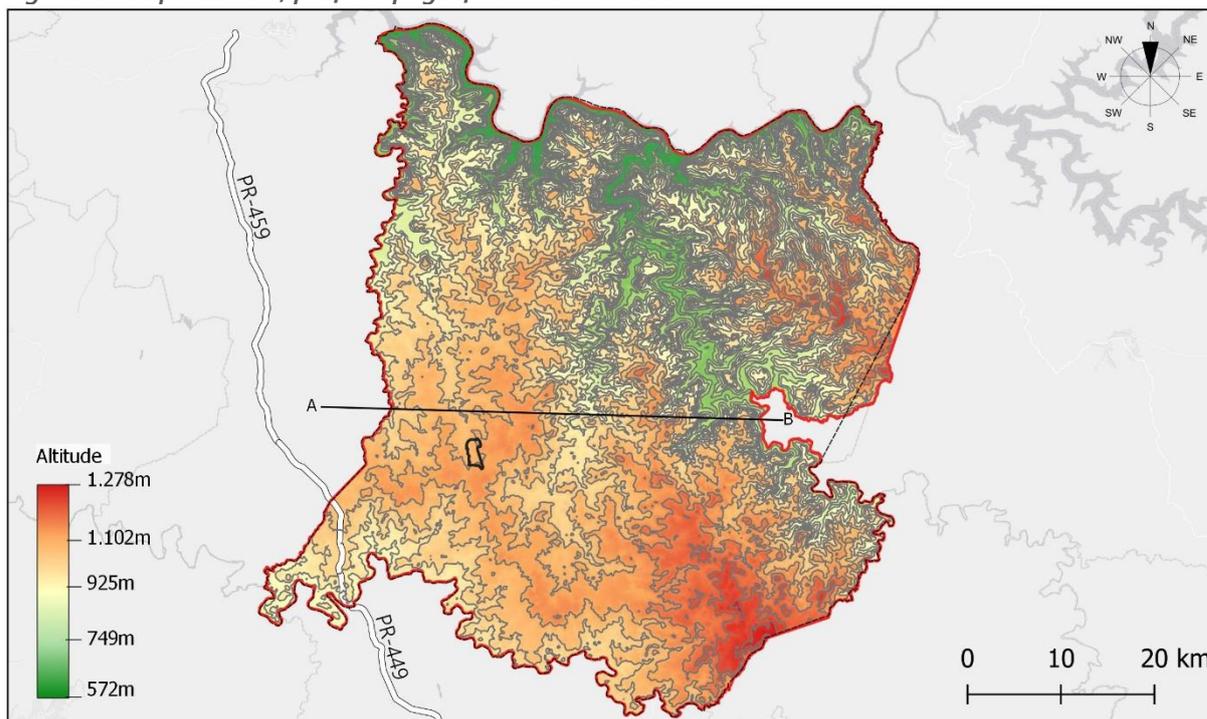
## 2.2 HIPSOMETRIA E DECLIVIDADE

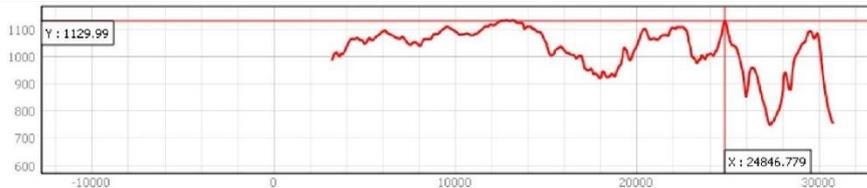
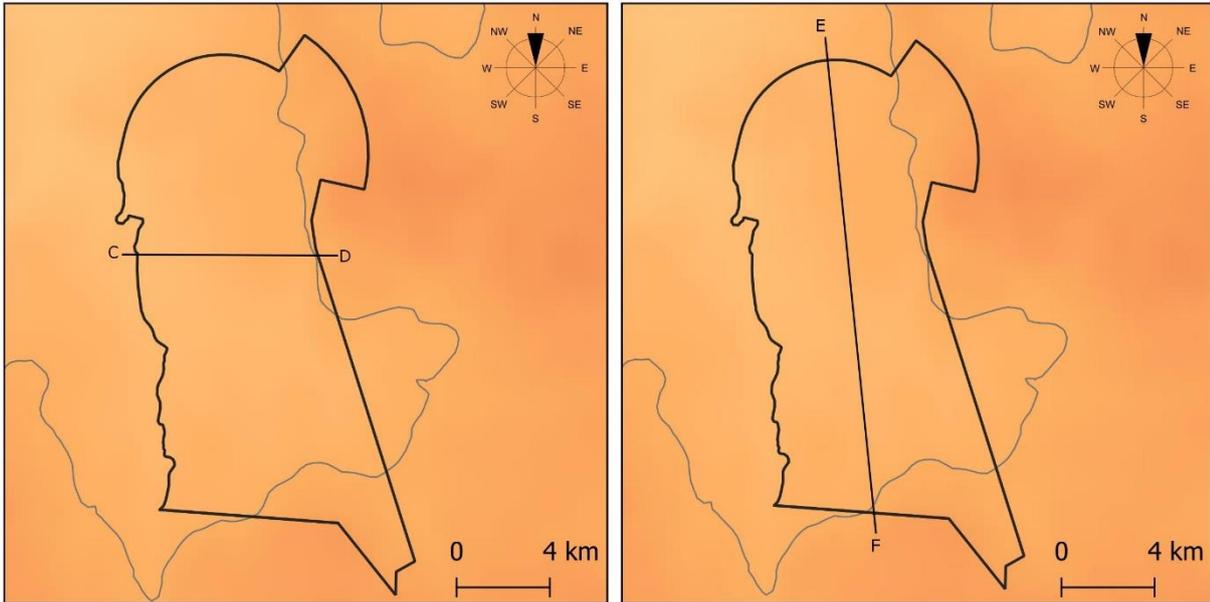
Em CDS, o perfil topográfico transversal apresenta cotas que variam entre 988m, na região oeste no ponto de menor altitude no leito no Rio Butiá, e 1.126m, na maior altitude nas áreas centrais do limite municipal, e 760m na sua divisa com o município de Bituruna.

Conforme o Perfil topográfico C-D, a Sede está localizada em altitudes médias, que apresentam variações entre 1.074m (porção oeste do perímetro da sede urbana) e 1.108m a leste do perímetro, já nas áreas centrais internas ao perímetro a altitude chega a 1.095m. De norte a sul no perímetro, as altitudes variam entre 1.085m e 1.115m respectivamente.

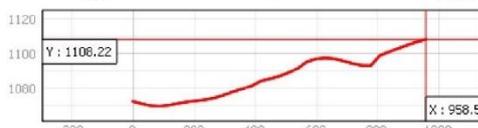
No que diz respeito à declividade, no limite municipal de CDS as declividades predominantes nas áreas norte e nordeste variam entre 8 e 45% (Figura 4). Nas regiões oeste e sul próximas à divisa de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas as declividades municipais variam entre 3 e 8%. As áreas internas ao perímetro urbano possuem declividades predominantes que variam entre 3 e 8%. Em certos pontos próximos ao limite sul e oeste a declividade chega a 20%

**Figura 4 – Hipsometria, perfis topográficos e declividade**





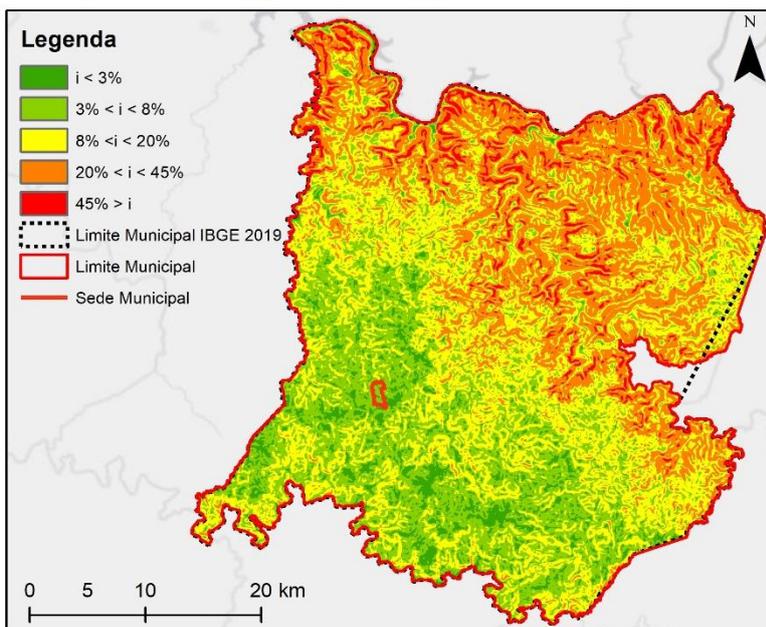
Perfil Topográfico  
A-B



Perfil Topográfico  
C-D



Perfil Topográfico  
E-F



Fonte: BRASIL, 2022. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.



### 2.3 PEDOLOGIA E APTIDÃO DO SOLO

O conhecimento sobre a aptidão dos tipos de solo é imprescindível para a orientação do desenvolvimento agropecuário e para a ordenação do uso do solo municipal. O município de Coronel Domingos Soares é composto por uma grande diversidade de tipos de solo, como: **cambissolo, latossolo, neossolo e nitossolo**, conforme Figura 6.

Os **cambissolos** são geralmente pouco espessos. A fertilidade é bastante variável, podendo ser alta ou baixa, dependendo da rocha de origem e do clima. Quando férteis são intensamente usados, apesar do relevo mais acidentado, e ocorrem nas porções sudoeste e sudeste do território municipal.

Os **latossolos** geralmente apresentam baixa fertilidade, são muito porosos, permeáveis e possuem boa drenagem. São os solos mais utilizados na produção rural, pois, apesar da baixa fertilidade, são aptas as práticas de adubação e correção do solo. Sobre a aplicação ambiental, apresentam baixo risco de erosão e possuem “grande capacidade para suportar estradas, construções, além de ser local favorável para instalação de aterros sanitários”<sup>1</sup>. Ocorrem nas porções leste e central do município.

Os **neossolos** são rasos em estágio inicial de evolução, constituídos por material mineral ou por orgânico pouco espesso. Eles podem apresentar alta (eutróficos) ou baixa (distróficos) fertilidade, acidez e altos teores de alumínio e de sódio. Quando apresentam baixa fertilidade aliada a relevos inclinados, indica-se a sua utilização para a preservação ambiental. Estão localizados na porção sul, norte e oeste do território municipal.

Os **nitossolos** são derivados de rochas básicas e ultrabásicas, apresentam grande importância agrônômica pois são de fácil correção, e em áreas planas são aptos a todos os usos agropastoris e florestais. Entretanto, quando associados a áreas de relevos apresentam grande risco de erosão.

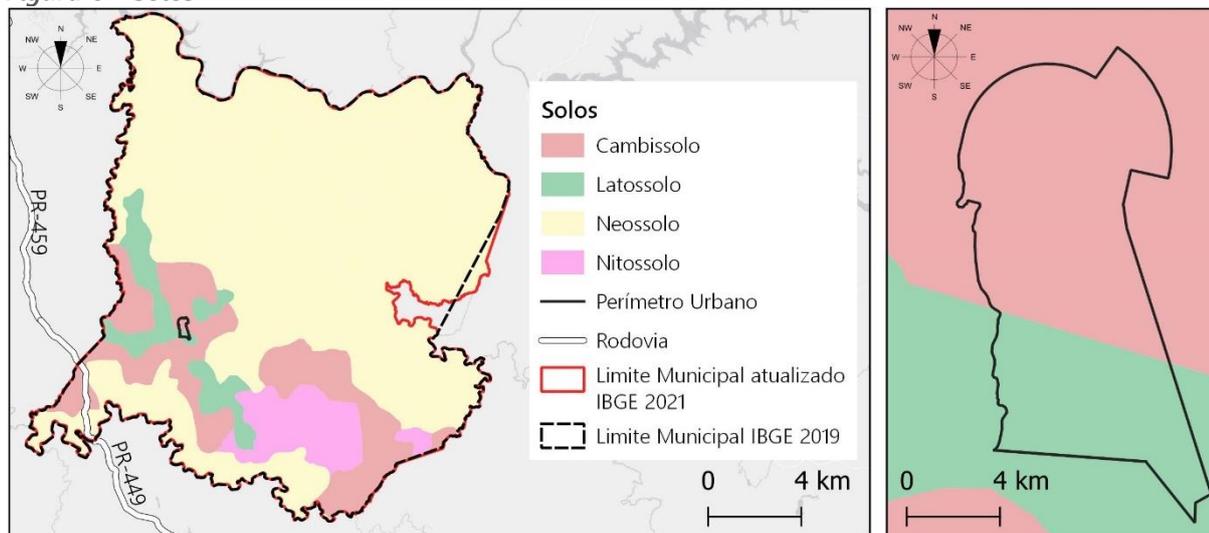
*Figura 5 – Tipos de solos presentes em Coronel Domingos Soares*



Fonte: Google, 2022; LIMA, 2012; NETO, 2021. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

<sup>1</sup> LIMA, 2012, p.4.

Figura 6 – Solos



Fonte: BRASIL, 2022. IBGE, 2019. IAT, 2022. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

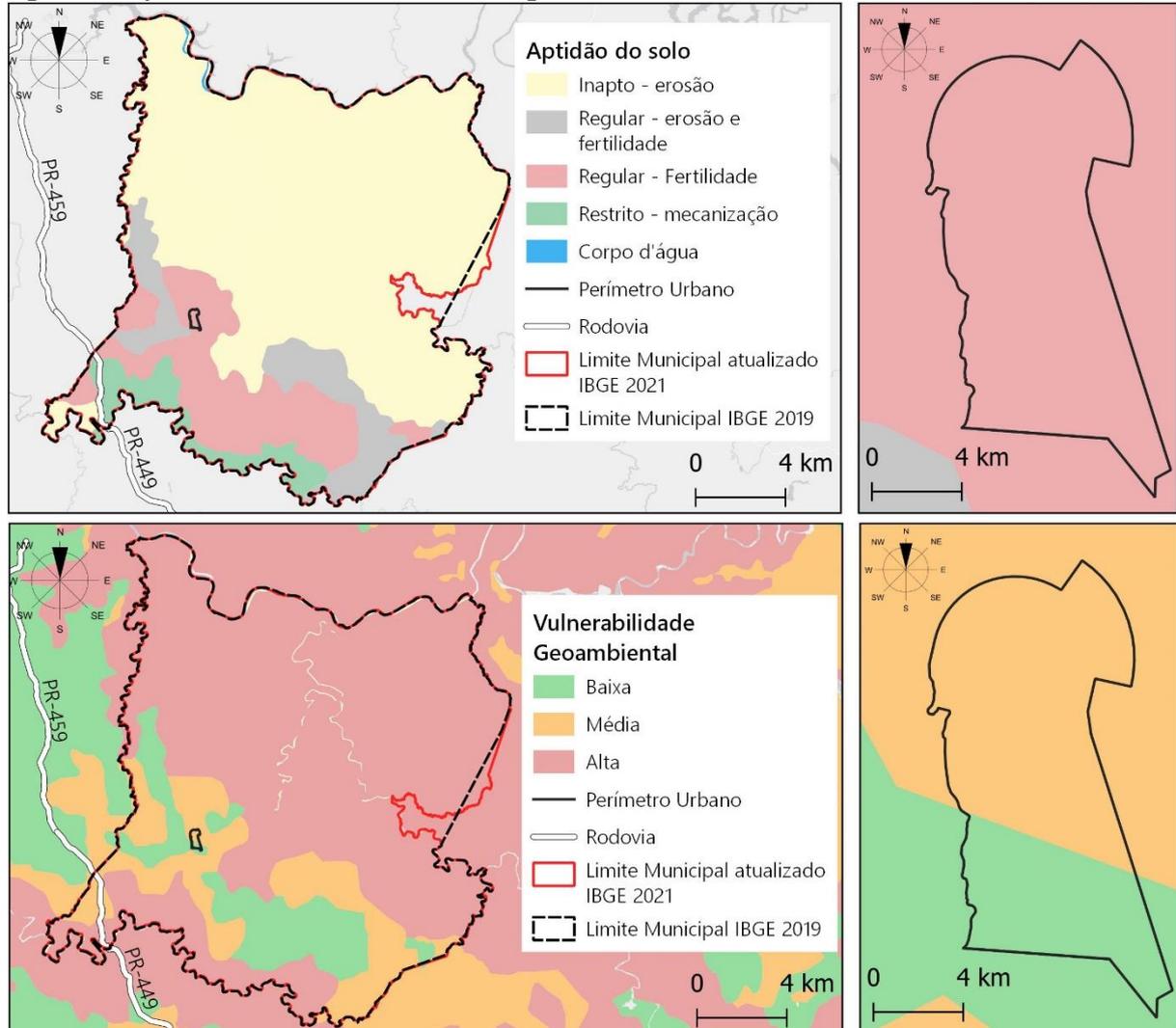
Sobre a aptidão do solo para o uso antrópico, Figura 7, Coronel Domingos Soares apresenta três classes:

- **Regular:** é encontrado em todo o município, apresenta declividade entre 12% e 20% e possui restrições à agricultura (por riscos de erosão ou excesso hídrico), sendo mais apropriado para as culturas perenes. Para essa classe, torna-se necessária a adoção de práticas intensivas de conservação;
- **Inapta:** encontra-se nas porções norte, oeste e central de Coronel Domingos Soares. É constituído geralmente por escarpas de serra, afloramentos rochosos e terras de baixada marítima. Não apresentam aptidão agrícola, podendo ser utilizados para pastagem plantada, silvicultura ou pastagem natural, mais indicados para a preservação da flora e fauna, recreação;
- **Restrito:** são solos que estão localizados nas divisas entre CDS, Clevelândia e Palmas. São solos que apresentam fortes restrições ao uso de máquinas agrícolas, possuem declividades entre 20 e 40%. Existe uma grande ocorrência de pedras ou rochas.

A sede municipal apresenta **áreas consideradas como regulares para a ocupação**, devido ao seu alto índice de erosão. São necessárias que sejam tomadas ações para o incentivo de práticas de intensiva conservação. No que diz respeito aos dados de vulnerabilidade geoambiental (Figura 7), nas áreas internas ao perímetro urbano ocorrem dois níveis de vulnerabilidade. A norte, leste e oeste é predominante a **média vulnerabilidade**; já a sul, sudeste e sudoeste a incidência é de **baixa vulnerabilidade**. As práticas associadas a esses relevos devem ser moderadas e seus usos

devem estar ligadas a práticas específicas. É importante que proteções vegetais<sup>2</sup> sejam usadas quando ocorrerem cortes e aterros.

Figura 7 – Aptidão do solo e vulnerabilidade geoambiental



Fonte: BRASIL, 2022. IBGE, 2019. IAT, 2022. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

## 2.4 BACIA HIDROGRÁFICA E HIDROGRAFIA

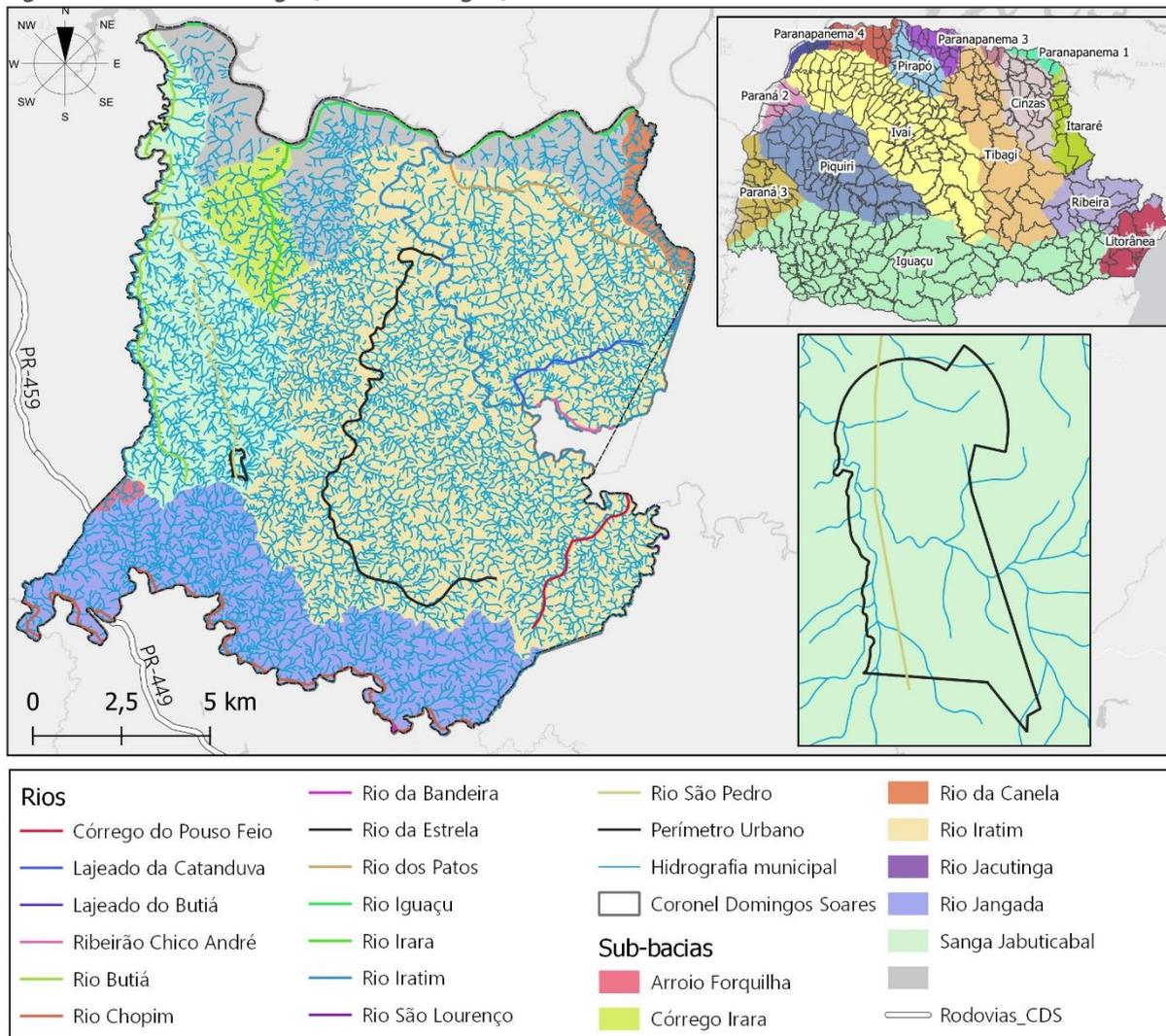
Em sua totalidade, CDS está inserido na Bacia Hidrográfica do Iguaçu. O Rio Iguaçu é formado pelo encontro dos Rio Atuba, seguindo seu curso de 1.320km, e Rio Paraná. Os principais cursos hídricos municipais são o Rio Iguaçu a norte e o Rio Chopim a sul. Ambos são utilizados como delimitadores da área municipal de Coronel Domingos Soares.

De acordo com o IAT, CDS é dividida em oito sub-bacias e destacam-se os seguintes cursos hídricos: Córrego do Pouso Feio; Lajeado da Catanduva; Lajeado do Butiá; Ribeirão Chico André; Rio Butiá; **Rio Chopim**; Rio da Bandeira; Rio da Estrela; Rio dos Patos; **Rio Iguaçu**; Rio Irara; Rio

<sup>2</sup> SANTOS, P.879, 2007.

Iratim; Rio São Lourenço; Rio São Pedro. A Drenagem Predominante é do tipo dendrítica, em que as confluências lembram galhos, muito comum em regiões onde predomina rocha de resistência uniforme.

**Figura 8 – Bacias Hidrográficas e Hidrografia**



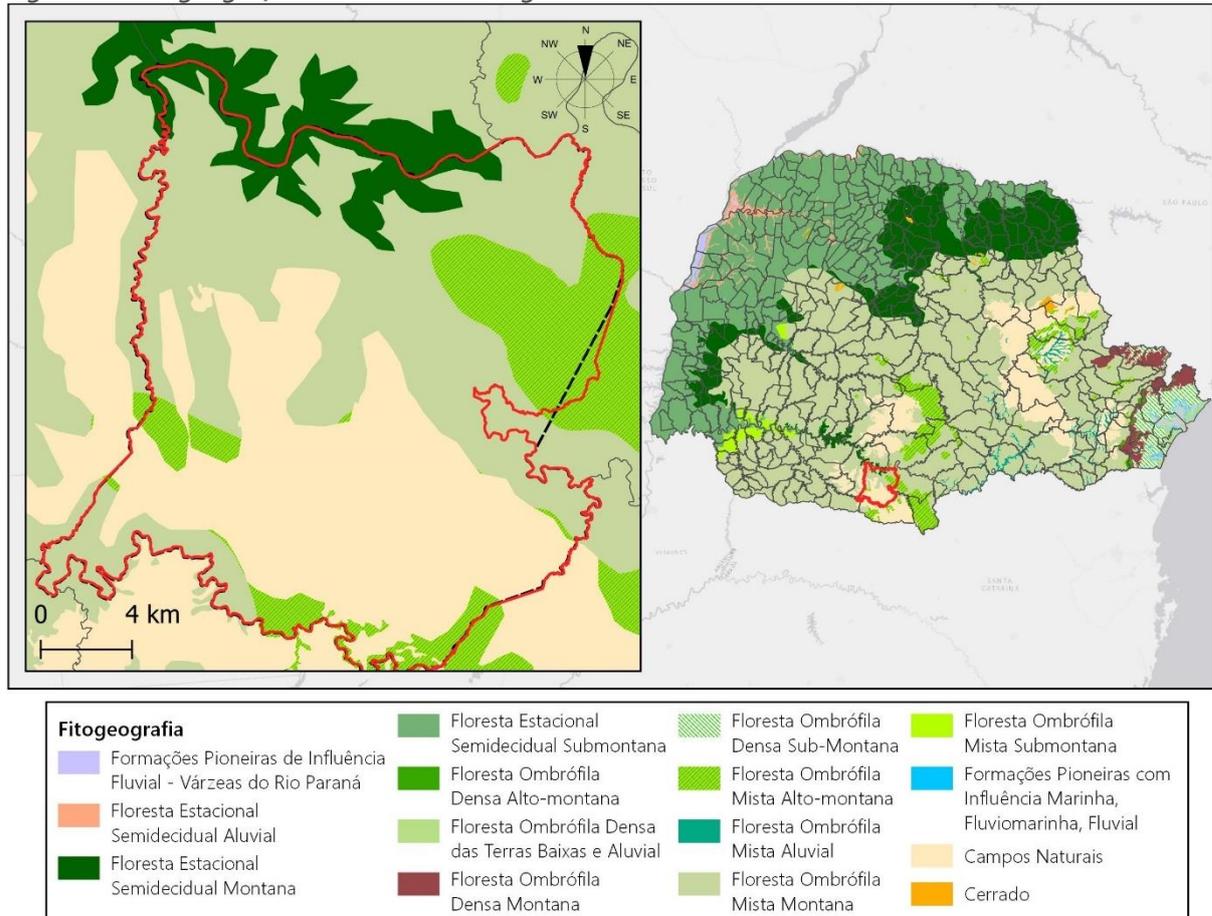
Fonte: BRASIL, 2021. IAT, 2021. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

É importante destacar que, conforme a Figura 8, fica evidente a existência de cursos d'água internos ao perímetro da sede urbana. De acordo com a base hidrográfica do IAT, o Rio São Pedro corta o perímetro urbano de norte a sul. Fica evidente também a existência de outros cursos d'água internos ao perímetro, entretanto esses não possuem nenhuma nomenclatura. Ainda conforme o banco de dados do IAT, alguns cursos são considerados como permanentes, já outros temporários.

## 2.5 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com o mapeamento realizado pelo ITCG em 2010 a respeito da vegetação do Estado do Paraná, em Coronel Domingos Soares existem quatro tipos de vegetações. São elas: **Campos Naturais, Floresta Ombrófila Mista Altomontana, Floresta Ombrófila Mista Montana e Floresta Estacional Semidecidual Montana** (Figura 9).

Figura 9 – Fitogeografia de Coronel Domingos Soares



Fonte: ITCG,2010. IBGE, 2019. IAT 2021. DRZ - Gestão de Cidades, 2022.

Os **Campos Naturais** (Estepe Gramíneo-Lenhosa ou Campo Limpo) são o tipo mais representativo dos campos da região sul do Brasil, e:

[...] possuem vegetação caracterizada por campos limpos permeados de matas de galeria e capões esparsos de floresta. Esse ecossistema apresenta campos de diferentes fitofisionomias, riachos desprovidos de vegetação e florestas intercaladas. [...] No Paraná, esta cobertura vegetal (campos) abrange uma área de 9,8% do território (PARANÁ, 2012, p.9-10).

A **Floresta Ombrófila Mista Altomontana** localiza-se em altitudes acima de 1000 metros e ocupa encostas das colinas diabásicas em mistura com arenitos termometamorfizados pelo vulcanismo cretácico que constitui a Formação Serra Geral.

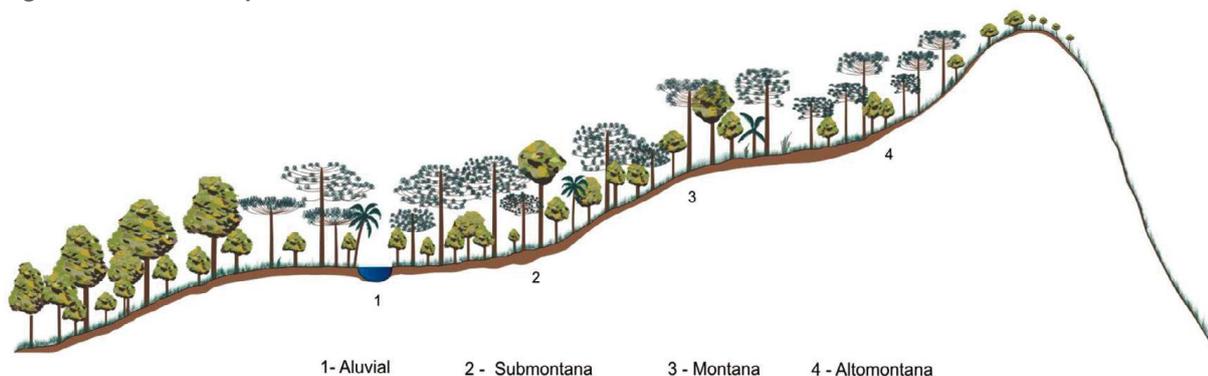
A composição florística da Disjunção de Campos do Jordão (SP), possivelmente semelhante à que outrora existia nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, apresenta a dominância de *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, que sobressai do dossel normal da floresta. Ela é também bastante numerosa no estrato dominado, mas aí associada com vários ecótipos, dentre os quais merecem destaque em ordem decrescente os seguintes: *Podocarpus lambertii* Klotzsch ex Endl. (pinheirinho) e várias angiospermas, inclusive o *Drimys brasiliensis* Miers (Winteraceae), *Cedrela fissilis* Vell. (Meliaceae) e muitas *Lauraceae* e *Myrtaceae*. (IBGE, 2012, p. 83).

A **Floresta Estacional Mista Montana** possui essa nomenclatura devida ao fato de haver associações entre coníferas e folhosas. Destacam-se os três tipos de coníferas nativas do Brasil: *Araucaria angustifolia* (pinheiro-do-Paraná), *Podocarpus lambertii* (pinho-bravo) e *Podocarpus sellowii* (pinho-bravo). Normalmente são encontradas em terrenos acima de 500m de altitude com disjunções em pontos mais elevados das serras do Mar e da Mantiqueira. (VELOSO et al, 1991).

A **Floresta Estacional Semidecidual Montana** ocorre em áreas montanhosas com elevações médias acima de 800m de altitude.

A Floresta Estacional Semidecidual é assim denominada por se caracterizar por árvores que sofrem influência de dois diferentes períodos climáticos (chuvas e secas), o que ocasiona a perda parcial de suas folhas. Essa é a floresta mais ameaçada do Paraná, restando apenas 3,4% de sua distribuição original. Localiza-se no norte e oeste do estado, região do terceiro planalto. O Parque Nacional do Iguaçu contém o maior remanescente desta floresta. Este ecossistema é influenciado por alguns fatores físicos, e as diferenças apresentadas nesses determinam as seguintes subdivisões (PARANÁ, 2012, p. 11-12).

Figura 10 – Perfil esquemático da Floresta Ombrófila Mista (Mata-de-Araucária)



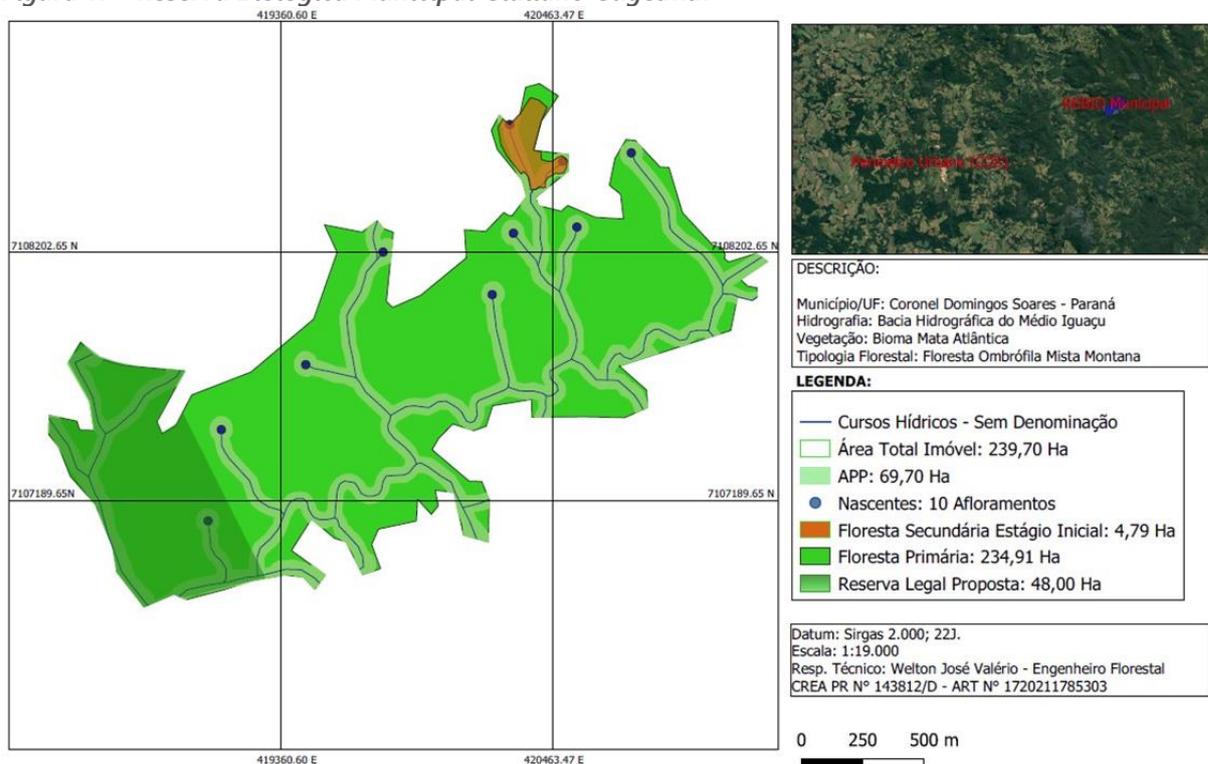
Fonte: VELOSO; RANGEL FILHO E LIMA, 1991.

Através do Decreto Municipal nº 044/2021, foi criado em Coronel Domingos Soares a Unidade de Conservação – Reserva Biológica Municipal Giuliano Gugelmin (Figura 11). Através da Lei

Municipal nº 947/2021, o município adquiriu o domínio sobre essa atual área. Conforme a lei vigente, a área demarcada de reserva chega a 239,70ha. Além da Reserva Biológica citada, o município conta também com a Estação Ecológica Municipal Alceu Gugelmin (Figura 12), que por sua vez possui cerca de 293,30ha. Conforme ETM, somadas as duas áreas, recebem do Governo do Estado um montante de aproximadamente R\$600.000,00, provenientes de ICMS ecológico.

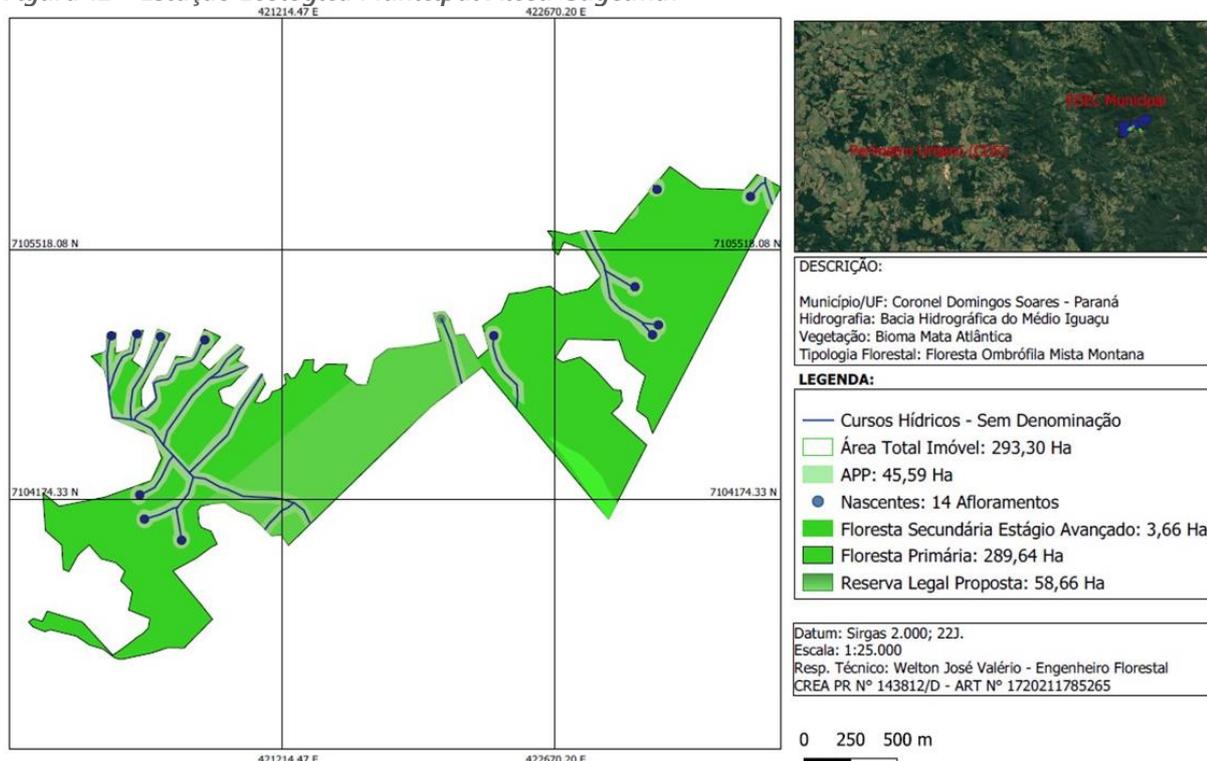
Levando em consideração a existência de grandes áreas de remanescente florestal existente distribuídas pelo limite municipal de Coronel Domingos Soares, é viável que sejam previstas novas áreas para a implementação de reservas ou estações biológicas no município.

**Figura 11 – Reserva Biológica Municipal Giuliano Gugelmin**



Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, 2022.

Figura 12 – Estação Ecológica Municipal Alceu Gugelmin



Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, 2022.

## 2.6 ARBORIZAÇÃO URBANA

A arborização desempenha diversas funções importantes no meio urbano relacionadas a aspectos ecológicos (influência no microclima, poluição atmosférica, sonora, conservação da biodiversidade local), estéticos (paisagem urbana) e sociais (benefícios para a saúde mental da população).

O planejamento da arborização urbana deve ser realizado por meio de um Plano de Arborização Urbana, que é um instrumento de caráter técnico, norteador das decisões sobre quaisquer aspectos relacionados à arborização, aplicando as condições e características de cada município.

No Município de Coronel Domingos Soares o Plano de Arborização Urbana ainda não foi desenvolvido, sendo possível notar um histórico de desvalorização da arborização urbana, apontamento feito inicialmente no Plano Diretor Municipal de 2012. Nota-se o predomínio de vegetação apenas nas áreas de praças e parques, em contraste com a arborização das vias públicas, que é escassa, sendo observada em apenas 10% das vias conforme levantamento realizado junto à ETM. Além de insuficiente, a arborização das vias urbanas não segue critérios de especificação, dimensionamento e espaçamento em relação aos elementos que compõem a via, apresentando-se de maneira desregrada.



A falta de planejamento gera uma descontinuidade na arborização da cidade, fazendo com que a presença de árvores não seja homogênea, além de gerar problemas em relação à escolha de espécies a serem plantadas, muitas vezes inadequadas para a arborização urbana. Este ponto fica evidente pela observação de espécies com raízes superficiais, o que ocasiona danos ao calçamento, gerando obstáculos e pontos de perigo para os pedestres. Também se nota a adoção de vegetação arbustiva e de pequeno porte, não sendo suficiente para proporcionar o sombreamento adequado e, conseqüentemente, a melhora no microclima urbano. Este tipo de vegetação também demanda um alto nível de manutenção, cuja execução é feita através do setor de jardinagem da Prefeitura, que disponibiliza o serviço de podas e limpezas. Além disso, não existe inventário das árvores já plantadas no município, fazendo com que o manejo das espécies seja precarizado.

O levantamento de dados junto à ETM mostrou uma maior preocupação com a arborização urbana, sendo que recentemente foi realizada a implantação de Palmeiras Buriti ao longo da Avenida Araucária, em uma extensão de aproximadamente 3,5km. Além disso, a arborização de mais 1km está programada, tendo foco em ruas já pavimentadas do município.

*Figura 13 – Arborização av. Araucária*



Fonte: DRZ - Gestão de Cidades, 2022.





## 3. CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS

### 3.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL

O levantamento da Cobertura e do Uso da Terra indica a distribuição geográfica da tipologia de uso, identificada por meio de padrões homogêneos da cobertura terrestre, e é importante para o conhecimento atual das formas de uso e ocupação do espaço. Além disso, é uma importante ferramenta de planejamento urbano, contribuindo assim como um diagnóstico para futuras ações que promovam o uso da terra de forma sustentável<sup>3</sup>.

#### 3.1.1 SOLO MUNICIPAL

A classificação do uso e ocupação do solo utilizada foi a do relatório técnico de mapeamento elaborada pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná<sup>4</sup>. O mapeamento (ano de referência 2019) utilizou as seguintes ortoimagens:

- Imagens Ópticas Ortorretificadas, no formato geotiff, do sensor WorldView2, compostas por 4 bandas (RGB e infravermelho próximo) com 2 metros de resolução espacial, 8 bits e 16 bits de resolução radiométrica e coletadas entre 2011 e 2014, padrão de exatidão PEC A. O Sistema de Projeção corresponde ao UTM, Datum SIRGAS/SIRGAS2000, recortadas na articulação 1:25.000 e 1:10.000, representando 80% do território a ser mapeado;
- Imagens Ópticas Ortorretificadas, no formato geotiff, do sensor Pleiades 1A e 1B, com resolução espacial de 2 metros, resolução radiométrica de 16 bits, resolução espectral de 4 bandas (RGB e infravermelho próximo) e coletadas entre 2013 e 2016, padrão exatidão PEC A, sistema de projeção UTM, Datum SIRGAS/SIRGAS2000, recortadas na articulação 1:25.000, compreendendo 20% restante do território a ser mapeado.

A legenda de representação de classes foi adaptada da proposta do Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013) e a descrição das classes do mapeamento encontra-se no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Descrição das classes do mapeamento**

Nível I	Nível II	Nível III
Área de vegetação Natural	<b>Floresta Nativa</b>	Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Ombrófila Densa, Aluviais, Submontana, Montana e Altomontana.
	<b>Várzea</b>	Formação pioneira com influência fluvial e/ou lacustre, com comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas.
	<b>Mangue</b>	Formação pioneira com influência fluviomarina com comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas.

<sup>3</sup> IBGE, 2013.

<sup>4</sup> ITCG, 2019.



Nível I	Nível II	Nível III
	<b>Restinga</b>	Formação pioneira com influência marinha com comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas.
Áreas Antrópicas Agrícolas	<b>Plantios Florestais</b>	Espécie Nativa ( <i>Araucaria angustifolia</i> ) e Espécies Exóticas/Silvicultura ( <i>Pinus spp</i> e <i>Eucalyptus spp</i> ) e Sistemas Agroflorestais.
	<b>Agricultura Perene</b>	Frutíferas perenes (café, seringueira, banana etc.).
	<b>Agricultura Anual</b>	Culturas de ciclo curto (milho, trigo, soja, tubérculos e hortaliças).
Áreas Antrópicas Agrícolas/ Áreas de Vegetação Natural	<b>Pastagem/ Campo</b>	Pecuária / Estepe Gramíneo-Lenhosa, Savana Arborizada, Parque, Refúgios Ecológicos.
Água	<b>Corpos d'Água</b>	Rios de margem dupla na cartografia, lagos, lagoas, barragens, represas, canais naturais ou artificiais, tanques d'água.
Áreas Antrópicas Não Agrícolas	<b>Solo Exposto/ Mineração</b>	Áreas sem vegetação, podendo ser ocupadas por mineração, exploração de jazidas, lavras, extração de areia.
	<b>Área Urbanizada</b>	Edificações e sistema viário, metrópoles, cidades, vilas, áreas de rodovias, serviços e transporte, energia, comunicações e terrenos associados.
	<b>Área Construída</b>	Usinas, diques, barragens, marinas, silos, grandes galpões, indústrias, pátios de manobras de sistema de transporte, portos, aeroportos e demais estruturas de tamanhos consideráveis e isolados de mancha urbana.
Outras áreas	<b>Linha de Praia</b>	Faixa de areia, sem vegetação, próxima ao oceano.

Fonte: ITCG, 2019. DRZ - Gestão de Cidades, 2022.

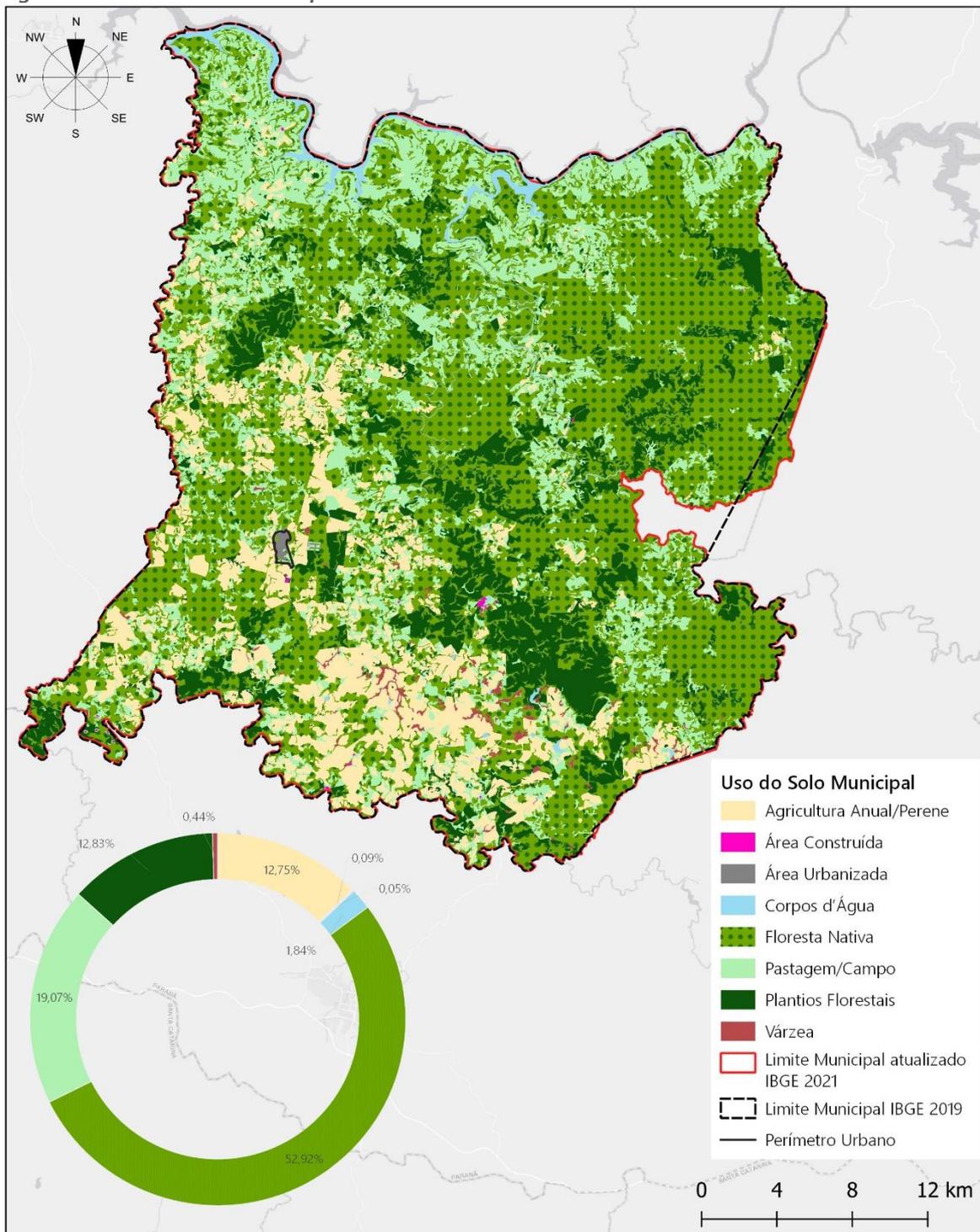
Para a presente análise foi considerada a classe Nível II. Os resultados da classificação estão apresentados na Figura 14. Ao todo foram identificados em Coronel Domingos Soares oito tipos de uso da terra.

O uso do solo municipal mais expressivo em CDS são as áreas de floresta nativa, que representam cerca de 52,92%, seguido pelo uso de pastagem/campo (19,07%), plantios florestais (12,83%), agricultura anual/perene (12,75%), corpos d'água (1,84%). As áreas de várzea representam 0,44%. As áreas consideradas como urbanizada e construída, respectivamente, ocupam 0,09% e 0,05%.

Tratando da distribuição espacial, as áreas de floresta nativa estão distribuídas nas porções leste, oeste e norte do território municipal, entretanto se concentram expressivamente a leste. As áreas de agricultura estão em sua maioria localizada a sul e oeste. Já as áreas de pastagem estão localizadas de forma expressiva a norte, ao longo do Rio Iguaçu. As áreas de várzea em sua totalidade estão localizadas a sul. Já as áreas urbanizadas estão localizadas a oeste do território municipal.



Figura 14 – Uso do solo municipal



Fonte: ITCG, 2019. DRZ - Gestão de Cidades, 2022.

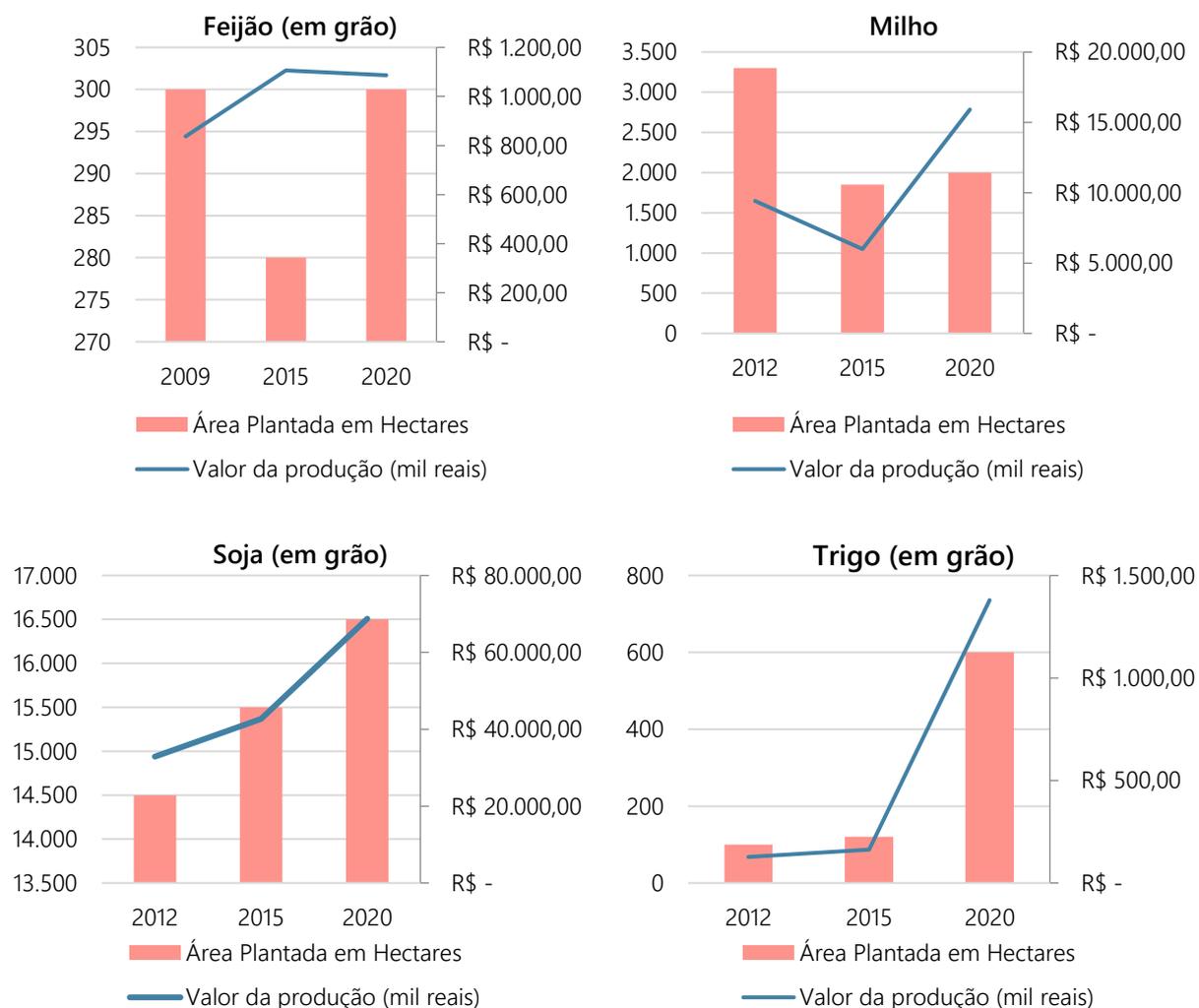
A seguir são apresentadas as principais culturas agrícolas praticadas no município. Dados do IBGE indicam que, em 2020, ao todo foram destinados 19.556ha que correspondiam a áreas plantadas ou à colheita, e as principais culturas agrícolas (feijão em grão, milho, soja em grão, e trigo em grão) corresponderam a 96,64% (18.000ha) do total de áreas plantadas ou destinadas à colheita.



Em 2012, quando elaborado o PDM, o cultivo do milho (em grão) ocupava uma área de 3.300ha. Essa produção apresentou uma redução de sua área plantada, chegando a 2.000ha. Já o cultivo do trigo (em grão) ocupava apenas uma área de 100ha; essa produção apresentou um crescimento em sua área plantada, chegando a 600ha. No que diz respeito à plantação da soja (em grão), essa representava 14.500ha em 2012, já em 2020 essa área representava cerca de 16.000ha. A plantação do feijão (em grão) se mantém em 300ha.

Todas as culturas apresentadas obtiveram um crescimento expressivo em seus valores de produção. A cultura que apresentou o maior crescimento em seu valor monetário foi a soja (em grão), obtendo um salto de R\$ 32.886,00 em 2012 para R\$ 68.748,00 em 2020, duplicando seu valor de mercado.

**Gráfico 1 – Evolução da área plantada (ha) e do valor da produção (mil reais) dos principais produtos agrícolas de Coronel Domingos Soares**



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: DRZ - Gestão de Cidades, 2022.

Além dos principais produtos apresentados em 2020, existem também, em menor expressividade de áreas destinados ao plantio, o cultivo de outras culturas como: aveia (em grão), centeio (em grão), mandioca etc.



Apesar da variedade de produtos agrícolas apresentados, deve-se atentar ao fenômeno da produção agrícola da monocultura. A prática representa o cultivo de uma única espécie vegetal e está relacionada à produção para exportação, ou seja, a escolha de cultivar está associada principalmente ao mercado internacional, ocasionando na diminuição ou até mesmo o desaparecimento de algumas culturas agrícolas.

Além da cultura do plantio agrícola, o município conta ainda com a produção de origem animal, que se configura como uma importante fonte de renda para os habitantes. Na pecuária, há a criação de bovinos, equinos, suínos, ovinos, caprinos, ovinos para tosquia e vacas para ordenha, além disso há a criação de galináceos. Já na produção de origem animal, se destacam o leite, os ovos de galinha e o mel de abelha (Quadro 2 e Quadro 3).

**Quadro 2 – Efetivo de pecuária e aves 2020**

efetivos	número
Rebanhos de bovinos	43.720
Rebanho de equinos	1.520
Galináceos – Total	105.896
Galinhas (1)	13.466
Rebanho de suínos – Total	7.221
Matrizes de suíno (1)	1.098
Rebanho de ovinos	3.591
Rebanho de bubalinos	161
Rebanho de caprinos	1.099
Codornas	98
Rebanho de ovinos tosquiados	3.084
Rebanho de vacas ordenhadas	2.035

Fonte: IPARDES, 2022.

**Quadro 3 – Efetivo de pecuária e aves 2020**

produtos	produção
Casulos do bicho-da-seda	-
Lã	13
Leite	10.815
Mel de abelha	126
Ovos de codorna	2
Ovos de galinha	226

Fonte: IPARDES, 2022.

### 3.1.2 SOLO URBANO

A presente avaliação geoespacial de uso e ocupação do solo, baseada nas imagens de satélite referentes ao ano de 2022<sup>5</sup>, identificou um total de oito usos em Coronel Domingos Soares: residencial; institucional; vazio urbano; comércio e serviços; uso rural; indústria; praça; e preservação ambiental.

O levantamento preliminar apresentado no Mapa 1 descreve que, na sede urbana, o uso residencial se destaca de forma predominante, equivalente a 39,28ha (27,28%). As áreas de preservação ambiental localizadas internas ao perímetro urbano ocupam 32,82ha (22,79%) e estão em sua maioria localizadas a oeste da área urbana. As áreas consideradas como vazio urbano ocupam 27,02ha (18,76%) e estão distribuídas por toda a malha urbana da sede, porém se concentram a oeste e nordeste. As áreas voltadas ao uso de comércio e serviços estão distribuídas em sua totalidade ao longo da av. Araucária e a norte do perímetro urbano, representando 19,96ha (13,86%). A área interna ao perímetro urbano, que foi identificada no

<sup>5</sup> GOOGLE, 2022.



Mapa 1 como uso rural e está localizada a sul do perímetro urbano, representa 10,50ha (7,29%). As áreas institucionais, industriais e de praça representam respectivamente 7,57ha (5,26%), 5,91ha (4,10%) e 0,95ha (0,66%).

Diferente do que foi apontado pelo PDM de 2012, onde destacavam-se os vazios urbanos, atualmente o principal uso do solo é voltado ao uso residencial. Entretanto, é possível notar grandes áreas de remanescentes florestais internas ao perímetro urbano e também um alto índice de áreas vazias. Com esse índice de vazios urbanos intermediários, fica evidente a necessidade de que sejam pensadas áreas para a possível expansão do perímetro urbano vigente, de maneira que comporte a demanda futura da população.

**Quadro 4 – Informações sobre o uso e ocupação do solo de Coronel Domingos Soares em 2022**

Sede urbana		
Uso	2022	Área (ha)
Residencial	O uso residencial encontra-se distribuído por todo o perímetro urbano.	39,28
Comercial e Serviços	O uso comercial e serviços ocorre principalmente na av. Araucária.	19,96
Institucional	Os equipamentos urbanos (uso institucional) se encontram na área central da sede e próximas a Prefeitura.	7,57
Vazios urbanos	A sede municipal apresenta cerca de 18,76% das áreas do perímetro vazias e algumas dessas áreas não estão parceladas.	27,02
Industrial	O uso industrial identificado está localizado a norte do perímetro urbano.	5,91
Praça	A Praça Pompílio Vaz, única existente aérea urbana, localiza-se na área norte do perímetro urbano, próxima à Prefeitura Municipal.	0,95
Uso Rural	Área localizada a sul do perímetro.	10,50
Preservação	Áreas constituídas de remanescentes florestais internas ao perímetro urbano da sede.	32,82

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

### 3.1.3 LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO (ZONEAMENTO)

A Lei nº 590, de 04 de abril de 2012, legisla a respeito do uso do solo municipal e uso do solo urbano de Coronel Domingos Soares. A lei em questão traz os parâmetros urbanísticos básicos para edificações, mapas do uso do solo municipal e urbano, quadros de parâmetros de uso e ocupação do solo municipal e urbano, e classificação das atividades de uso do solo urbano.

Atualmente o uso do solo municipal de CDS é dividido em sete macrozonas, sendo elas:

- Macrozona de Fragilidade Ambiental;
- Macrozona Urbana e de Expansão Urbana;
- Macrozona Eixo Especial de Desenvolvimento;
- Macrozona de Uso Restrito e Controlado;
- Macrozona de Preservação permanente;
- Macrozonas Rurais; e



- Macrozoneamento Urbano.

Neste capítulo, será abordado o Macrozoneamento Urbano, que por sua vez é subdividido em sete macrozonas urbanas, sendo elas:

- Macrozona Preferencial (área central) - MP;
- Macrozona de Expansão Prioritária – MEP;
- Macrozona Industrial – MI;
- Macrozona Especial de Interesse Social - MEIS;
- Macrozona de Consolidação - MC;
- Macrozona Eixo Especial de Desenvolvimento – MEED e
- Macrozona de Fragilidade Ambiental Urbana – MFAU.

A áreas definidas como MP estão localizadas ao longo das av. Araucária e Nossa Senhora de Fátima. São áreas onde o uso preferencial é voltado ao comércio e serviços públicos e privados e estão localizadas em locais privilegiados. As dimensões mínimas relacionadas aos lotes são de 360m<sup>2</sup>, com testada mínima de 14m, sendo o recuo frontal de 5m obrigatório apenas para construções residenciais.

As MEP estão localizadas na porção de terra a nordeste das áreas urbanas localizadas na margem esquerda da av. Lucidoro Ferreira. Devido às condições geomorfológicas e ambientais, são áreas propícias ao uso imediato. Os lotes mínimos previstos são de 360m<sup>2</sup>, com testada mínima de 10m; o recuo frontal, assim como na MP, é obrigatório apenas para construções residenciais.

As MI são as áreas voltadas preferencialmente ao uso de indústrias, e, caso haja interesse do Poder Público Municipal, é permitida a construção de comércios e de prestação de serviços que causem certo nível de incomodo ao seu entorno. Atualmente, essa área está localizada ao final da av. Araucária onde já existem algumas indústrias localizadas. O lote mínimo para essas localidades é de 500m<sup>2</sup>, com a testada de 50m e com recuo frontal de 5m.

As MEIS são áreas internas ao perímetro urbano que estão ocupadas irregularmente e necessitam de adequação ou são passíveis de implementação de novos programas de regularização fundiária e/ou habitacionais. Essas áreas possuem um tamanho mínimo de lote reduzido, sendo o mínimo de 250m<sup>2</sup>, com 14m de testada e obrigatoriedade de recuo de 3m.

A MC é correspondente às áreas urbanas onde estão localizadas de maneira predominante o uso residencial. Essas áreas possuem lotes de 360m<sup>2</sup>, com testada mínima de 14m, sendo a obrigatoriedade do recuo de 5m para usos residenciais. No que diz respeito a construções sem aberturas voltadas ao fundo, é permissível a inexistência de recuo. Essas áreas estão distribuídas pela área interna ao perímetro urbano de CDS.



A MEED em sua totalidade está localizada no prolongamento da av. Araucária, sentido norte e sul, em direção à Comunidade São João, e ao sul para o Município de Clevelândia, respectivamente. Também ao longo da av. Nossa Senhora de Fátima, seguindo a oeste para o município de Mangueirinha. Essas áreas em sua totalidade são voltadas à produção agropecuária e exploração de recursos naturais, de forma sustentável. Nessas áreas, é imprescindível que o turismo rural e de lazer sejam incentivados.

Por fim, as MAFUA são áreas internas ao perímetro urbano voltadas para a proteção e preservação permanente. Possuem uso restrito e controlado e seguem os parâmetros previstos por legislações federais, estaduais e municipais.

Atualmente os parâmetros básicos definidos para o uso e ocupação do solo de Coronel Domingos Soares estão presentes no Quadro 5 a seguir.

**Quadro 5 – Parâmetros de uso e ocupação do solo de Coronel Domingos Soares**

ZONA	OCUPAÇÃO							
	COEF. APROV. BÁSICO	TAXA OCUP MÁXIMA	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA	ALTURA MÁXIMA (PAV.)	LOTE MÍNIMO/TESTADA MÍNIMA	RECUO FRONTAL (3)	RECUO LATERAL (4)	RECUO DO FUNDO
MP	3,0	75%	10%	4m	360m <sup>2</sup> /14m	(7)	1,50m(6)	1,50m
MEP	1,5	75%	10%	4m	360m <sup>2</sup> /10m	(7)	1,50m(8)	1,50m
MI	1,0	85%	10%	4m	500m <sup>2</sup> /50m	5m	1,50m	2,50m
MEIS	1,0	50%	20%	4m	250m <sup>2</sup> /14m	3m	1,50m(8)	1,50m(5)
MC	3,0	75%	10%	4m	360m <sup>2</sup> /14m	(7)	(8) e (6)	1,50m(5)
MEED	1,0	50%	20%	4m	360m <sup>2</sup> /14m	3m	1,50m(8)	1,50m(5)

Fonte: Coronel Domingos Soares, 2012. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidade, 2022.

- (1) Atendidas às exigências mínimas de iluminação e ventilação.
- (2) Os lotes de esquina, para efeito desta proposta, possuem somente frente e laterais, não possuindo fundos.
- (3) Para edificações já existentes com recuos menores que os permitidos, terão um prazo de 1 ano para que seja feita a regularização. Após esse prazo, valerá o recuo estabelecido na presente lei.
- (4) Em construção de alvenaria, sem aberturas laterais, não há necessidade do recuo lateral.
- (5) Em construções de alvenaria, sem abertura para os fundos, não há necessidade do recuo dos fundos.
- (6) As construções que utilizarem o potencial construtivo deverão ter o recuo lateral de 2,00m, considerando questões de sombreamento.
- (7) Obrigatório o recuo frontal mínimo de 5,00m para residências.
- (8) Nas divisas laterais e fundos recuo de 0m (zero metros) para obras sem aberturas.
- (9) Para habitação coletiva horizontal será permitida densidade máxima de 05 habitações/ha.
- (10) Para novos parcelamentos serão exigidos lotes mínimos de 360m<sup>2</sup>, para regularização de parcelamentos existentes serão tolerados lotes mínimos de 250m<sup>2</sup> e mediante aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal e Prefeitura Municipal.
- (11) Para habitação coletiva horizontal serão permitidas no máximo 20 unidades por empreendimento.
- (12) Para utilização da Transferência do Direito de Construir será utilizado coeficiente de aproveitamento básico 0,01.
- (13) Somente serão aplicados esses parâmetros para os empreendimentos que obtiverem as concessões das licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental competente.

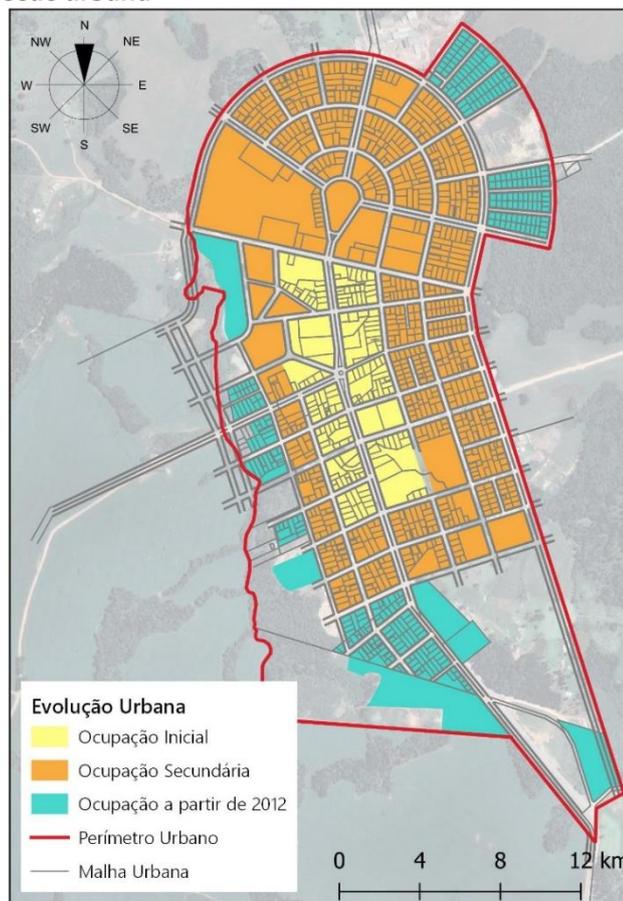
### 3.1.4 EVOLUÇÃO URBANA

Conforme os dados disponibilizados no PDM<sup>6</sup>, a ocupação com a finalidade de moradia em Coronel Domingos Soares teve início ao longo da av. Araucária e se expandiu em torno dessa ocupação inicial. Além dessas ocupações, o município contava ainda com 34 comunidades rurais.

Conforme Figura 15, fica claro que desde 2012 a ocupação urbana nas áreas internas ao perímetro urbano se deu de maneira majoritária a norte e sul das áreas ocupadas previamente. As ocupações a norte atualmente estão em expansão, devido ao novo loteamento ali implantado. Já no que diz respeito às ocupações a sul, é possível considerar ali uma ocupação consolidada.

De acordo com levantamento por satélite, é possível destacar que a norte do perímetro urbano atualmente existem áreas já loteadas e vazias, sendo assim passível da ocupação antrópica. É necessário que sejam previstas áreas passíveis para a expansão urbana futura municipal. Nessa revisão, deverão ser previstas áreas para a expansão do atual perímetro urbano e possíveis áreas de expansão.

**Figura 15 – Evolução da sede urbana**



Fonte: Coronel Domingos Soares, 2012. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidade, 2022.

<sup>6</sup> CORONEL DOMINGOS SOARES, 2012a, p.182.

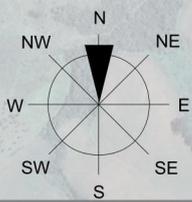


396500

397000

397500

398000



7099500

7099500

7099000

7099000

7098500

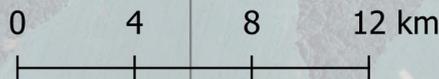
7098500

7098000

7098000

7097500

7097500



396500

397000

397500

398000

Sistema de Projeção  
 Transversa de Mercator  
 UTM Datum Horizontal:  
 Sirgas 2000 | Datum  
 Vertical Imbituba SC | Fuso  
 UTM: 22S. Base de  
 Dados: ITCG, 2010; IAT,  
 2020; TOPODATA, 2020;  
 Esri, HERE, Garmin.

<b>Uso do Solo Urbano</b>	Praça
Institucional	Uso Rural
Residencial	Indústria
Vazio Urbano	Perímetro Urbano
Comércio e Serviços	Malha Urbana
Preservação Ambiental	



**Plano Diretor Municipal de  
 Coronel Domingos Soares**



**Mapa 1 - Uso do Solo Urbano**

**Coordenador:** Henrique Ferrarini  
 CAU A132542-6

**Equipe técnica:** DRZ - Gestão de Cidades





### 3.2 APTIDÃO AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICA

A análise da aptidão do solo para o uso e ocupação antrópica é uma estratégia básica para o estabelecimento, planejamento e regulamentação das áreas municipais e intrínsecas ao perímetro, tendo o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável. É por meio dessa análise que é possível identificar as características que determinarão se as áreas municipais são adequadas ou inadequadas para o uso antrópico e direcionar expansões urbanas futuras. Em Coronel Domingos Soares, as principais restrições quanto ao uso e ocupação na escala municipal, Mapa 2, são:



**Remanescentes de vegetação e Área de Preservação Permanente:** permeiam toda a área municipal, ao longo das margens de córregos e rios. Para essas áreas devem ser respeitados os parâmetros estabelecidos da Lei Federal nº 12.651/2012, que determina a preservação e/ou recomposição das margens dos rios com calha regular inferior a 10 metros em pelo menos 30 metros em cada lado. Destaca-se também a importância da averbação das Áreas de Reserva Legal – ARL, para garantir a preservação dos fragmentos dentro das propriedades rurais. Seria importante também incentivar a criação de ARL próximo às áreas de APP, de modo a garantir a conexão entre fragmentos.



**Várzeas:** são terrenos instáveis cobertos por vegetação (formação pioneira com comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas), em constante sucessão. São áreas sujeitas a enchentes e inundações periódicas, que devem ser preservadas, conforme especificações da Lei 12.651/2012.



**Declividade acima de 30%:** declividades acima de 30% não são aptas para a ocupação antrópica, a menos que atendam exigências específicas das autoridades competentes<sup>7</sup>. Sob esta perspectiva, as áreas com declividades superiores a 30% em Coronel Domingos Soares estão localizadas a norte, nordeste e leste do município, próximas ao Rio Iguaçu e Iratim, e na divisa com o município de Bituruna.



**Granjas (aviários):** este tipo de atividade é importante para economia local e, conseqüentemente, precisa ser mapeada e incorporada nas discussões sobre expansão do perímetro urbano e zoneamento, de modo a evitar conflitos de uso do solo, por exemplo, com o uso residencial.

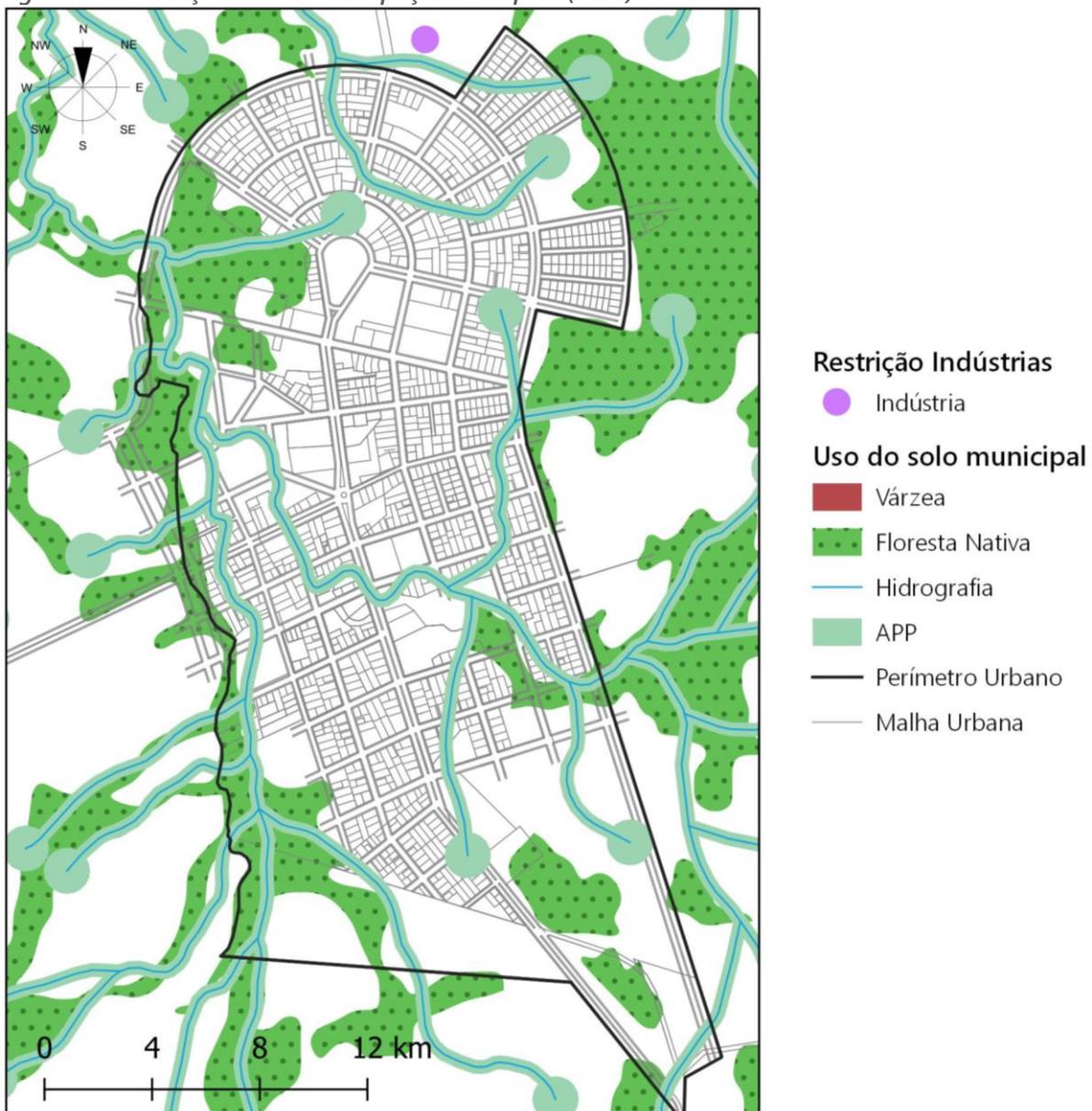
Interno ao perímetro urbano de CDS, as maiores restrições se dão devido aos cursos hídricos existentes, suas Áreas de Preservação Permanente e as áreas de floresta nativa remanescente. As APP internas ao perímetro urbano atualmente se encontram em sua maioria desmatadas, devido ao uso antrópico do solo para finalidades urbanas. As áreas de remanescente florestal internas ao perímetro estão em sua maioria localizadas a oeste e sul da área urbana consolidada. A norte

<sup>7</sup> BRASIL, 1979.

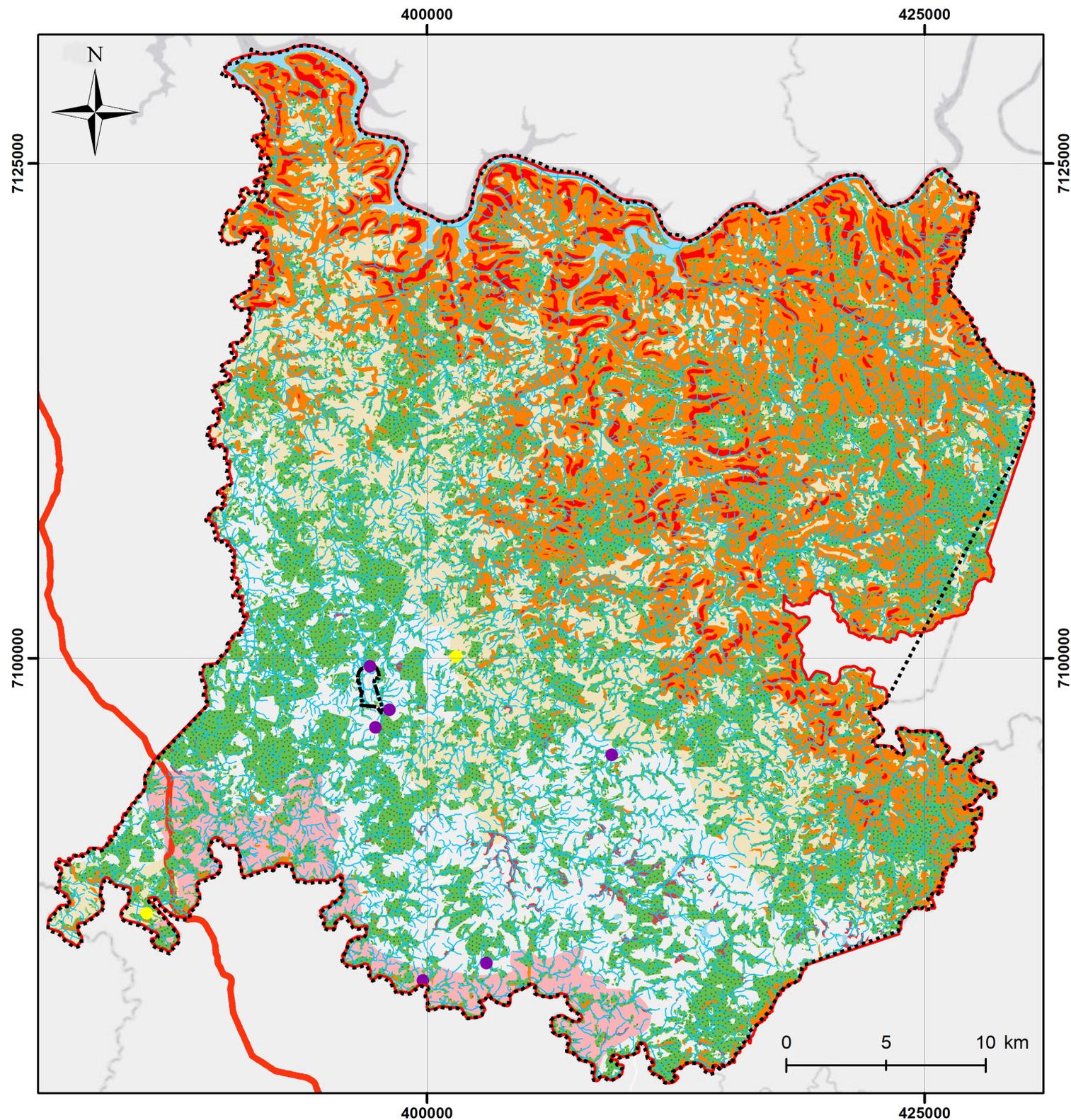
do perímetro urbano vigente, está localizada uma indústria de grande porte, a qual deverá ser levada em consideração quando pensadas as áreas passíveis para a expansão urbana.

Devido aos grandes remanescentes existentes em torno do perímetro vigente, deverão ser pensadas ações para o desenvolvimento e expansão urbana visando ao mínimo de danos ao meio ambiente possível. É imprescindível que sejam pensadas ações para o desenvolvimento sustentável e consciente de Coronel Domingos Soares.

Figura 16 – Restrições ao uso e ocupação antrópica (Sede)



Fonte: IAT, 2021. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.



**Restrição Indústrias**

- Granjas
- Indústria

**Declividade**

- 20% < i < 45%
- 45% > i

**Aptidão do solo**

- Inapto - erosão
- Restrito - mecanização

**Uso do solo municipal**

- Corpos d'Água
- Floresta Nativa
- Várzea

Limite Municipal IBGE 2019

Limite Municipal atualizado IBGE 2021

- Perímetro Urbano
- PR-449
- Hidrografia

Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator  
 UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical  
 ImbitubaSC Fuso UTM: 22S | Base de dados: Esri,  
 HERE, DeLorme.



**Plano Diretor Municipal  
 de Coronel Domingos Soares**



**Mapa 02 - Restrição ao Uso e Ocupação  
 Antrópica Municipal**

**Responsável técnico:** Henrique Ferrarini Ferreira  
 CAU A132546

**Equipe técnica:** DRZ - Gestão de Cidades





## 4. CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS

### 4.1 DEMOGRAFIA

Estima-se que, entre os anos de 2000 e 2010, Coronel Domingos Soares apresentou crescimento populacional de 3,34% (+234 habitantes). Estimativas recentes indicam que em 2017 a população atingiu 7.547 habitantes e em 2021, 7.538. Assim, estima-se que em duas décadas a população domingosoarense tenha crescido cerca de 7,62% (+538 habitantes).

**Tabela 1 – População residente por situação de domicílio – Coronel Domingos Soares/PR**

Dados do Censo Demográfico					Estimativa	
População	2000	(%)	2010	(%)	2017	2021
Urbana	797	11,43	1.753	24,22	-	-
Rural	6.207	88,57	5.485	75,78	-	-
Total	7.004	100,00	7.238	100,00	7.547	7.538

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA), 2022. ATLAS BRASIL, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Comparando os dados apresentados nos dois últimos Censos (2000 e 2010) (Tabela 2), evidencia-se o crescimento da população urbana (+119,97%) e o decréscimo da população rural (-11,63%), tendência semelhante observada no mesmo período no Estado do Paraná, onde a população urbana aumentou 12,68% e a rural diminuiu 16,37%. Na última década (2010-2021), observa-se o crescimento da população total em 4,27%, valor abaixo ao apresentado pelo Estado (11,03%).

**Tabela 2 – Crescimento populacional percentual por década**

Período	Local	Urbana	Rural	Total
2000-2010	Coronel Domingos Soares	+119,97%	-11,63%	+3,34%
	Paraná	+14,52%	-14,07%	+9,19%
2010-2021 (estimativa)	Coronel Domingos Soares	-	-	+4,27%
	Paraná	-	-	+11,03%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA), 2022. ATLAS BRASIL, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Conforme gráfico a seguir, entre os anos de 2000 e 2010 observou-se a diminuição da população menor de 14 anos (-19,54) e o crescimento da população entre 15 e 64 anos e 65 anos ou mais, 15,43% e 56,11% respectivamente. Houve, no período avaliado, aumento na taxa de envelhecimento<sup>8</sup>, passando de 3,34% para 5,11%. Em resumo, o município segue a tendência

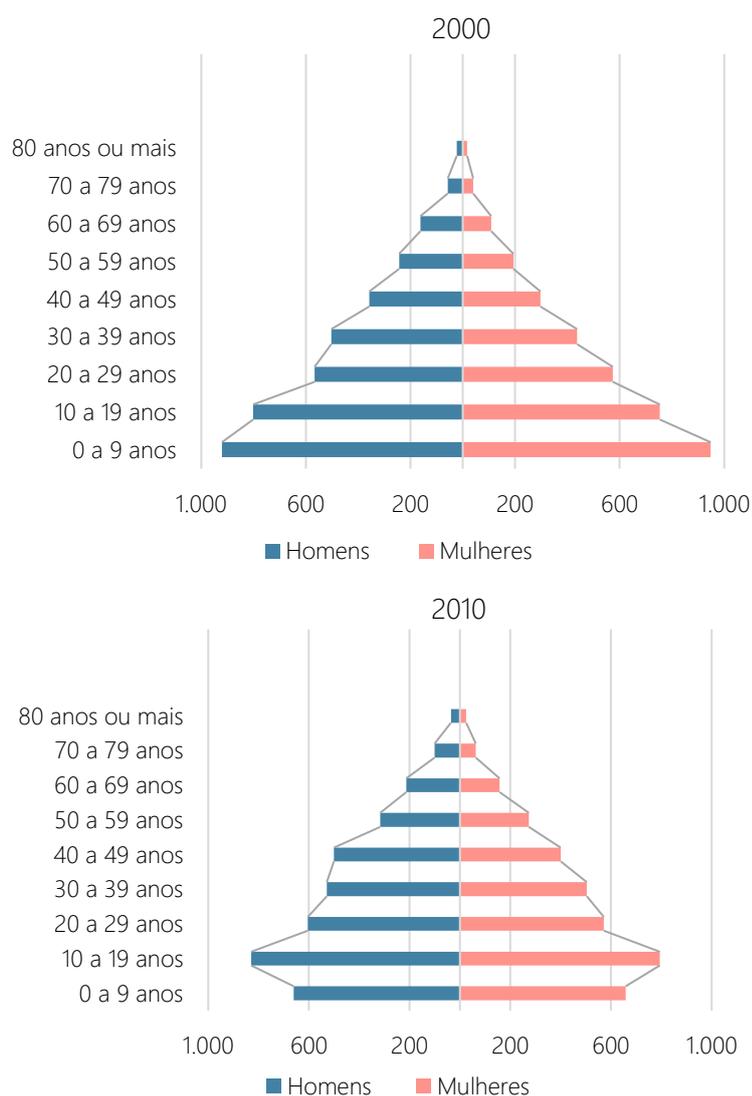
<sup>8</sup> Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.



global de envelhecimento da população e o estreitamento da base, indicando a redução do número de nascimentos.

É importante ainda avaliar a Razão de Dependência<sup>9</sup>, que passou de 52,39% para 43,78%, no mesmo período, indicando que o envelhecimento da população não tem se tornado um problema econômico, devido ao crescimento maior da população potencialmente ativa.

**Gráfico 2 – Pirâmides etárias e distribuição por sexo, segundo grupos de idade (2000 e 2010)**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA), 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

<sup>9</sup> É a população com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos de idade (população economicamente dependente) em relação à população de 15 a 64 anos de idade (população potencialmente ativa).



## 4.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador utilizado para aferir o grau de desenvolvimento econômico e qualidade de vida oferecida à população e é composto por três indicadores<sup>10</sup>:

- **Vida longa e saudável (longevidade):** ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura e de garantir a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental;
- **Acesso ao conhecimento (educação):** O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida;
- **Padrão de vida (renda):** a renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

O índice varia no intervalo entre 0,000 e 1,000; quanto mais próximo de 1,000, maior o desenvolvimento humano de uma localidade. Sobre a importância do índice, é importante destacar os seguintes pontos:

*Figura 17 – Por que o IDHM é importante?*



Fonte: ATLAS BRASIL, 2022.

<sup>10</sup> ATLAS BRASIL, 2022.



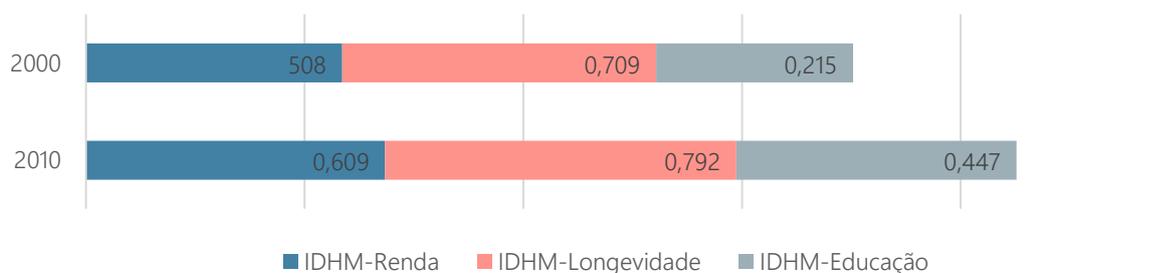
O IDHM de Coronel Domingos Soares aumentou entre os anos de 2000 e 2010, passando de 0,426 para 0,600, classificando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (índice entre 0,600-0,699). Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, a que mais contribuiu para o crescimento do IDHM de Coronel Domingos Soares foi a Longevidade, com índice de 0,792, em 2010. O IDHM Longevidade apresentou alteração de 11,71%, o IDHM Educação apresentou alteração de 107,91% e o IDHM Renda de 19,88% (Tabela 3 e Gráfico 3).

**Tabela 3 – IDHM e seus indicadores no município de Coronel Domingos Soares (2000 e 2010)**

Indicadores	2000	2010	Δ
IDHM	0,426	0,600	+40,82%
IDHM Educação	0,215	0,447	+107,91%
% de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo	16,36	30,69	+14,33p.p.
% de 4 a 5 anos na escola	8,19	44,90	+36,71p.p.
% de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo	38,95	87,96	+49,01p.p.
% de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo	25,72	30,37	+4,65p.p.
% de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo	3,18	21,94	+18,76p.p.
IDHM Longevidade	0,709	0,792	+11,71%
Esperança de vida ao nascer	67,52	72,49	+4,97%
IDHM Renda	0,508	0,609	+19,88%
Renda per capita	189,08	353,16	+86,78%

Fonte: ATLAS BRASIL, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

**Gráfico 3 – Evolução das dimensões do IDHM de Coronel Domingos Soares**



Fonte: ATLAS BRASIL, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Em 2010, o IDHM do Município de Coronel Domingos Soares ocupava a 4.144ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a 394ª posição entre os 399 municípios do Paraná (Figura 18).



Figura 18 – Posição do IDHM do Município – Coronel Domingos Soares/PR - 2010



Fonte: ATLAS BRASIL, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

As ações visando melhorar o IDHM são importantes, pois contribuem para alcançar o **ODS 10 “Redução das Desigualdades”**. Este objetivo apresenta ações para incentivar, principalmente, o aumento da renda da população mais vulnerável.

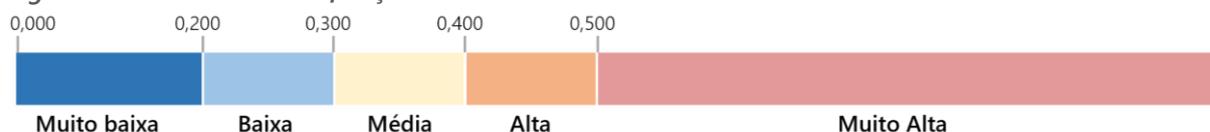


### 4.3 VULNERABILIDADE SOCIAL, POBREZA E RENDA

Outro indicador importante para avaliar a condição de vida de todas as camadas socioeconômicas do país, identificando aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade de risco social, é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O IVS é composto por três indicadores: IVS Infraestrutura Urbana; IVS Capital Humano; IVS Renda e Trabalho.

O IVS é o resultado da média dos índices de vulnerabilidade urbana, capital/humano e renda/trabalho, variando entre 0 e 1, onde 0 corresponde à situação ideal, desejável ou menos vulnerável, e 1 corresponde à pior situação.

Figura 19 – Escala de classificação do IVS



Fonte: ATLAS BRASIL, 2022. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

O IVS de Coronel Domingos Soares apresentou queda, entre os anos de 2000 e 2010, passando de 0,451 para 0,359, alcançando a classificação “média”. As três dimensões avaliadas apresentaram queda no período analisado:

- O IVS Infraestrutura Urbana passou de 0,236 para 0,139 (-41,10%);
- O IVS Capital Humano reduziu de 0,614 para 0,452 (-26,38%);
- O IVS Renda e Trabalho decresceu de 0,563 para 0,485 (-13,85%).



A situação da vulnerabilidade social de Coronel Domingos Soares pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores: houve redução no percentual de crianças extremamente pobres, que passou de 35,83% para 19,55%, entre 2000 e 2010; o percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, no mesmo período, passou de 8,41% para 12,38%.

Neste mesmo período, é possível perceber que houve redução no percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, que passou de 31,77% para 19,53%. Por último, houve crescimento no percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada no município. Em 2000, o percentual era de 40,55% e, em 2010, o indicador registrou 89,49%.

**Tabela 4 – Vulnerabilidade no município de Coronel Domingos Soares (2000 e 2010)**

Indicadores	2000	2010	Δ
<b>Crianças e Jovens</b>			
% de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola	94.67	78.00	-16,67p.p.
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	31.77	19.53	-12,24p.p.
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	35.83	19.55	-16,28p.p.
<b>Adultos</b>			
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	71.24	55.33	-15,91p.p.
% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade	8.41	12.38	+3,97p.p.
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	5.52	3.08	-2,44p.p.
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho	-	0.56	-
<b>Condição de Moradia</b>			
% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	40.55	89.49	+48,94p.p.

Fonte: ATLAS BRASIL, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

**Figura 20 – Renda, pobreza e desigualdade em Coronel Domingos Soares**



Fonte: ATLAS BRASIL, 2022.

Vê-se, na síntese de dados apresentados na Figura 20, que entre os anos de 2000 e 2010 houve melhora nos três aspectos retratados: aumento na renda *per capita*, diminuição da pobreza e redução da desigualdade social.

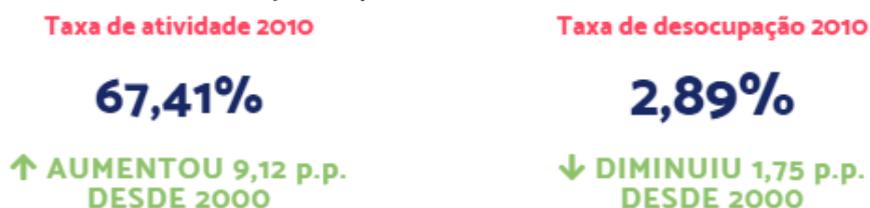


Os dados sobre pobreza<sup>11</sup> demonstram que a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 70,00) inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família, passou de 18,56%, em 2014, para 19,86%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 140,00), inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 67,85%, em 2014, e 72,82%, em 2017. Ademais, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 255,00), também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 72,01%, em 2014, e 91,72%, em 2017.

Por último, sobre a taxa de atividade e situação ocupacional entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa no município, passou de 58,29% para 67,41%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, isto é, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 4,64% para 2,89%.

No município, o grau de formalização entre a população ocupada de 18 anos ou mais de idade passou de 34,47%, em 2000, para 43,01%, em 2010.

*Figura 21 – Taxa de atividade e situação ocupacional*



Fonte: ATLAS BRASIL, 2022.

#### 4.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Este tópico tem como objetivo apresentar as principais informações macroeconômicas cujos resultados mostram as tendências de crescimento econômico, de forma transparente, e servem de subsídio para embasar diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do Município de Coronel Domingos Soares - PR.

As variáveis utilizadas estão relacionadas ao Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (VABPB), Valor Adicionado Fiscal (VAF), Valor Bruto da Produção (VBP), Estabelecimentos Econômicos e Empregos. Como metodologia, foram utilizados os últimos três anos disponibilizados pelos Institutos de Pesquisas e Órgãos Públicos. Para o PIB e o VABPB, utilizou-se o período de 2017-2019, enquanto para o VAF, VBP e Estabelecimentos Econômicos e Empregos, o período de 2018-2020.

<sup>11</sup> ATLAS BRASIL, 2022.



O PIB está constituído pelo somatório do VABPB com o PIB Impostos, enquanto VABPB é composto pelo somatório dos resultados dos setores econômicos (agropecuária, indústria) e serviços (serviços, comércio e administração pública).

Para possibilitar uma análise real dos dados, os dados econômicos foram atualizados por meio de índices de correção monetária que sustentem, meçam e permitam as correções dos valores financeiros por meio dos indicadores de deflação usando o IPCA, INPC e Deflator Implícito. Para os cálculos das variações nos períodos analisados foram considerados, implicitamente, o ano imediatamente anterior ao ano inicial da análise.

#### 4.4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

Analisando a evolução real do PIB de Coronel Domingos Soares, constata-se uma situação de queda no crescimento no ano de 2017, culminando com retração média de -0,10% no PIB de Mercado em função dos baixos níveis de crescimento nos anos de 2017 e 2019. Os resultados são apresentados pelo IBGE e deflacionados pelo INPC, referentes aos anos entre 2017 e 2019 e estão demonstrados na Tabela 5.

O IBGE fornece, por meio de um sistema de indicadores municipais, informações econômicas como ferramenta para o planejamento de políticas públicas. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que deu mais responsabilidade e autonomia aos municípios, ampliaram-se as demandas por informações econômicas padronizadas e comparáveis em nível municipal, tanto por parte de agentes públicos e privados, quanto por estudiosos da economia, e pela sociedade em geral. Os resultados do PIB dos Municípios permitem identificar as áreas de geração de renda, produzindo informações que captam as especificidades do País (IBGE, 2021)<sup>12</sup>.

*Tabela 5 – PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2019 e Variação Real em percentual, período 2017-2019*

Ano	PIB de Mercado (R\$ 1,00)		PIB Per Capita (R\$ 1,00)	
	Valor Deflacionado	Variação Real	Valor Deflacionado	Variação Real
2017	191.087.120,00	-1,70%	25.319,93	-0,92%
2018	204.162.820,00	6,84%	27.313,01	7,87%
2019	193.079.000,00	-5,43%	25.754,00	-5,71%
<b>Média</b>	<b>196.109.650,00</b>	<b>-0,10%</b>	<b>26.128,98</b>	<b>-0,41%</b>

Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2020). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os resultados mostram que a economia de Coronel Domingos Soares apresentou crescimento médio negativo de -0,10% no PIB de Mercado, devido às oscilações reais ocorridas no período 2016-2017 e 2018-2019, influenciados pelas performances dos setores econômicos de acordo com

<sup>12</sup> Disponível em: Produto Interno Bruto dos Municípios - PIB-MUNIC - Conjuntos de dados - Portal Brasileiro de Dados Abertos. Pesquisado em 08/12/2021.



dados do VABPB ou PIB por Setor Econômico, que apontou crescimento de -0,39%, influenciado pelas movimentações decrescentes, ao longo do período, nos setores econômicos. O retrospecto negativo do PIB foi influenciado pelo baixo crescimento médio na agropecuária e pelas retrações apontadas na indústria e nos serviços.

Ao comparar a **média de crescimento** do PIB de Mercado de Coronel Domingos Soares com o PIB nacional e estadual, identifica-se que o desempenho municipal de -0,10% de crescimento real foi inferior ao crescimento do PIB real do Brasil e do Estado do Paraná, que cresceram 1,14% e 0,77%, respectivamente.

Os dados paranaenses e brasileiros servem de alerta para minimizar as volatilidades que a economia pode oferecer para o mercado e, por extensão, para as atividades socioeconômicas em todas as esferas.

O quadro de instabilidade vivido em Coronel Domingos Soares é o mesmo em boa parte dos municípios durante o período 2017-2019, que é reflexo dos problemas na economia e na política brasileira, além das desigualdades regionais tanto no território nacional como no território estadual.

Considerando os resultados do PIB Per Capita referentes aos períodos 2016-2017, 2017-2018 e 2018-2019, o crescimento médio foi de -0,41%, superior às variações do PIB de Mercado, que atingiu retração de -0,10%. Denota-se índice de crescimento no período 2016-2017 de -0,92%; de 7,87% no período 2017-2018 e de -5,71% no período de 2018-2019. Na média de crescimento das variações, os resultados foram suficientes para impactar negativamente no PIB Per Capita médio do período abordado. Em estudos mais aprofundados, com valores reais do período 2017-2019, o PIB Per Capita médio cresceu 1,14% no Estado do Paraná e 1,58% no Brasil, índices superiores ao do Município de Coronel Domingos Soares, que pontuou -0,41% de crescimento (Tabela 5).

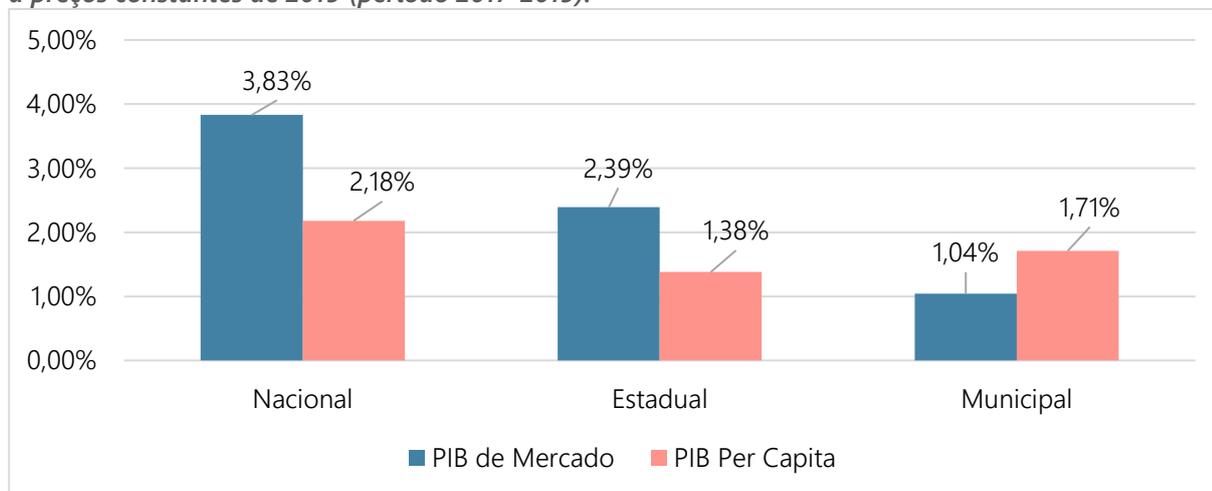
A média real do PIB a Preços de Mercado foi de R\$196.109,65 e do PIB Per Capita foi de R\$26.128,98 durante o período em análise. Considerando as médias, o PIB Per Capita, em valores atualizados, os valores do município foram inferiores aos valores apurados no Estado e do Brasil, com R\$40.497,17 e R\$38.843,75, respectivamente.

Os resultados do PIB, independente do desempenho apresentado, auxiliam a vislumbrar entradas de investimentos diretos e indiretos para a implantação e materialização de empreendimentos com a finalidade de agregar na participação e decisões dos setores econômicos do município.

No Gráfico 3 está delineado importante cenário econômico abrangendo o crescimento acumulado nas três esferas de gestão pública do país, que mostram o desempenho econômico do PIB e PIB Per Capita referente aos últimos três anos, para avaliar o comportamento da economia diante dos resultados alcançados nos níveis superiores hierarquicamente, assim entendidos:



**Gráfico 4 – Comparativo de crescimento acumulado do PIB de Mercado e do Per Capita deflacionado a preços constantes de 2019 (período 2017-2019):**



Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2021). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Em síntese, o município de Coronel Domingos Soares apontou leve crescimento econômico no acumulado real de 1,04% no PIB a Preços de Mercado entre os anos de 2017 e 2019, considerando valores reais de R\$191.087.120,00 e R\$193.079.000,00. Paralelamente, o crescimento acumulado do PIB Per Capita foi de 1,71%, dado o crescimento real de R\$25.319,93 para R\$25.754,00 (Gráfico 4).

As economias nacional e estadual incluíram crescimentos acumulados superior ao do município de Coronel Domingos Soares em relação ao PIB de Mercado e no crescimento do PIB Per Capita em relação às esferas nacional e estadual. O comportamento econômico entre as esferas nacional, estadual e municipal identificadas nesse estudo sugere que o município avance aos alvos de realizações capazes de alavancar os indicadores econômicos e sociais que promovam o desenvolvimento socioeconômico do município.

Consoma-se, neste cenário, a melhora na performance de crescimento na mais relevante variável econômica, que mede as riquezas que proporcionam a reflexão para a tomada de decisões para traçar novas políticas públicas para a execução dos processos de desenvolvimento e crescimento econômico do município de Coronel Domingos Soares.

#### 4.4.2 VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS

Nessa análise, pretende-se mostrar o comportamento dos setores econômicos para o município de Coronel Domingos Soares, assim como identificar a distribuição das riquezas locais, qual o setor de maior relevância e qual é o mais vulnerável economicamente. Enfim, dar uma visão holística, olhando o município como um todo para alcançar os objetivos da gestão, definindo um planejamento estratégico, o que será refletido no Valor Adicionado Fiscal e na arrecadação do município.



**Tabela 6 – PIB/VABPB por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2018 (período 2017-2019)**

Ramo de Atividade	2017		2018		2019	
	Valor	Participação	Valor	Participação	Valor	Participação
Agropecuária	69.090.990,00	38,42%	82.504.970,00	42,98%	75.142.000,00	41,72%
Indústria	33.146.030,00	18,43%	30.577.310,00	15,93%	30.390.000,00	16,87%
Serviços <sup>13</sup>	77.594.500,00	43,15%	78.867.540,00	41,09%	74.597.000,00	41,41%
<b>Total</b>	<b>179.831.520,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>191.949.820,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>180.129.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2020). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Na distribuição do VABPB deflacionado por ramo de atividade, o município de Coronel Domingos Soares seguiu o perfil nacional de boa parte dos municípios no período entre 2017 e 2019.

O setor de serviços é o mais expressivo, representando maior formação de volumes financeiros no esforço produtivo da economia local e contribuindo para a criação de empregos e renda, além de aumentar a receita do município. A agropecuária ocupa a segunda colocação no ranking da formação das riquezas e, por último, a indústria (Tabela 6).

Em relação ao desempenho médio dos setores econômicos no período 2017-2019, o município de Coronel Domingos Soares apresenta a seguinte distribuição com os dados do VABPB:

- Setor de serviços: 41,88% de participação média no total do VABPB, com média de crescimento de -0,44%, resultado das variações dos períodos, sendo: 2,45% (2016-2017); 1,64% (2017-2018) e -5,41% (2018-2019).
- Setor da agropecuária: 41,04% de participação média no total do VABPB, com crescimento médio de 0,71%; foi a segunda maior participação do VABPB. Os períodos 2016-2017 e 2018-2019 apresentaram retração de -8,35% e -8,92%, respectivamente. O período 2017-2018 foi contemplado com taxa positiva de crescimento de 19,41%.
- Setor da indústria: 17,08% de participação média no total do VABPB, com média de crescimento de -1,49%, resultado das variações de: 3,90% (2016-2017); -7,75% (2017-2018) e -0,61% (2018-2019).

O setor da indústria detém os menores valores, a mais baixa participação entre os setores econômicos e com o pior desempenho no período em pauta; a isso, muito se atribui as oscilações econômicas vivenciadas regional e nacionalmente, devido às condições adversas encontradas pelo setor no território brasileiro.

Os segmentos industriais têm imprescindível contribuição para o desenvolvimento local e regional, devido à potencialidade para transformar e agregar valores para participar de forma determinante na geração de empregos e renda, aumentando a arrecadação do município. Dessa

<sup>13</sup> O Setor de serviços é composto pelos serviços, comércio e administração pública.



forma, os investimentos municipais para esse setor podem ser caracterizados como condição primordial para a busca do desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, diante da expectativa de normalidade climática, certamente serão assegurados bons resultados na agropecuária e, por consequência, os demais setores da economia ficam na expectativa de expansão econômica, oportunizando ganhos socioeconômicos para o município.

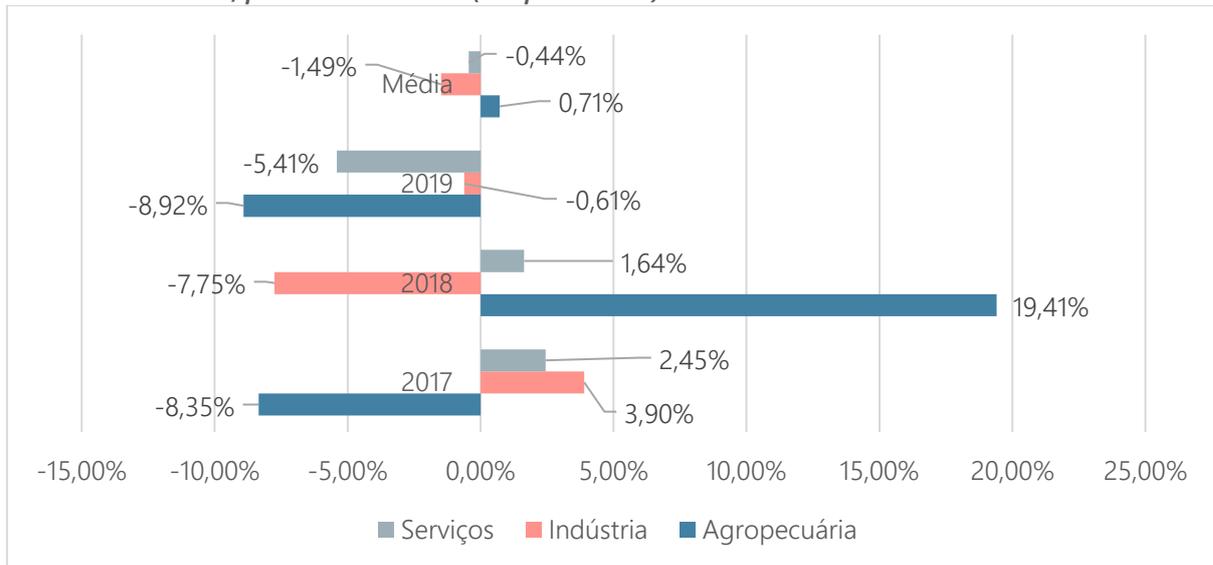
Não obstante as metas de crescimento e desenvolvimento do Município de Coronel Domingos Soares desejadas pela população, é importante mencionar que as taxas de crescimento do setor da agropecuária representariam resultados positivos, ao invés dos números apresentados para o setor nos anos de 2017 e 2019. Tendo queda significativa em relação ao ano anterior, além das condições climáticas adversas, o período foi marcado pela profunda crise brasileira que perdura até os momentos atuais.

Para ratificar o fraco desempenho do PIB de Mercado relativo ao ano de 2017, especificamos o crescimento acumulado dos setores econômicos e do segmento Administração Pública para o período 2017-2019 em valores reais, conforme segue:

- **Agropecuária:** crescimento de 8,76%, considerando os valores de R\$69.090.990,00 para R\$75.142.000,00;
- **Serviços:** retração de -3,86%, considerando os valores de R\$77.594.500,00 para 74.597.000,00;
- **Indústria:** retração de 8,31%, considerando os valores de R\$33.146.030,00 para R\$30.390.000,00;
- **Administração Pública:** retração de -10,09%, considerando os valores de R\$43.278.800,00 para R\$38.911.000,00 e;
- **VABPB TOTAL:** crescimento de 0,17%, considerando os valores de R\$179.831.520,00 para R\$180.129.000,00.



**Gráfico 5 – Crescimento dos setores econômicos em relação ao VABPB de acordo com valores a preços constantes de 2019, período 2017-2019 (em percentual):**



Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2020). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Há baixo desempenho dos três setores econômicos do Município no período 2017-2019, afetando significativamente os resultados totais do VABPB no período. O setor de serviços, considerando a sua relevância econômica em detrimento dos setores da agropecuária e da indústria, apesar de não apresentar os maiores desempenho deteve os maiores valores por envolver atividades do comércio e administração pública.

A Administração Pública tem relevante participação de 22,71% no VABPB e 54,84% do Setor de Serviços, com valor médio de R\$40.907.540,00. A taxa de crescimento médio da Administração Pública foi de -1,77%, resultado das variações de 5,04% (2017); -6,34% (2018) e -4,00% (2019).

Esse desempenho demonstra a importância da Administração Pública na sustentação do processo econômico local, superando individualmente o Setor da Indústria e mostrando, ao mesmo tempo, a dependência dos empregos e renda oriundos do setor público no Município de Coronel Domingos Soares.

Em resumo, os resultados sugerem constantes investimentos nos setores econômicos, com a finalidade de incrementar o processo de produção e serviços estabelecidos que favoreçam a agregação de valor na produção, buscando uma distribuição mais equitativa entre os setores que geram as riquezas do município. Fica evidente a necessidade de fortalecimento do setor industrial devido à capacidade de exercer o poder do efeito multiplicador e de externalidade econômica tão necessários para os municípios.



#### 4.4.3 VALOR ADICIONADO FISCAL

O VAF<sup>14</sup> é um indicador calculado para demonstrar a participação municipal no repasse do ICMS e do IPI, entre outros (Tabela 7), sendo referência para os municípios que se beneficiam da arrecadação resultante das atividades econômicas. Nessa análise, considerou-se o valor total e os índices de participação, com a finalidade de identificar o comportamento dos setores produtivos do município, abrangendo o período 2018-2020, segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

**Tabela 7 – VAF com valores deflacionados a preços constantes de 2020 e percentual de participação, período 2018-2020 (R\$ 1,00)**

Setor	2018		2019		2020	
	Valor Deflacionado	Participação	Valor Deflacionado	Participação	Valor Deflacionado	Participação
Produção Primária	113.811.897,03	53,35%	112.136.974,67	49,52%	153.019.095,00	52,62%
Indústria	52.840.966,01	24,77%	63.338.167,10	27,97%	95.987.910,00	33,01%
Comércio/Serviços	46.689.927,23	21,88%	50.983.407,84	22,51%	41.779.714,00	14,37%
Recursos/Autos <sup>15</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	213.342.790,27	100,00%	226.458.549,61	100,00%	290.786.719,00	100,00%

Fonte: SEFA-PR, 2021. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

O VAF médio de Coronel Domingos Soares, no período entre 2018 e 2020, atingiu o valor de R\$243.529.352,96 com crescimento médio de 17,37%, resultado do crescimento de 17,57% em 2018; 6,15% em 2019, seguido de crescimento em 2020 na taxa de 28,41%. O crescimento dessa variável, aos níveis 2020, traz novos horizontes para alinhar o processo de desenvolvimento socioeconômico como sua meta principal.

Na distribuição dos setores, evidenciamos os seguintes comportamentos quanto à participação e crescimento econômico:

- O setor da produção primária apresentou o maior valor no VAF. Em média, o setor participou com o valor de R\$126.322.655,56, representando com 51,83% da totalidade. Em valores reais no período, representou o crescimento médio de 11,33%, decorrente das variações de -1,00% em 2018; -1,47% em 2019; e o excepcional crescimento de 36,46% em 2020, inclusive, nesse ano, o VAF foi contemplado com o maior valor R\$153.019.095,00 ao

<sup>14</sup> Define-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva (Montoro Filho, 1994, p. 27).

<sup>15</sup> Recursos: é o valor proveniente de decisões judiciais incorporados ao valor adicionado de municípios. Autos: é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência (SEFA, 2018).



longo do período, correspondendo a 52,62% da totalidade do VAF do mesmo exercício fiscal.

Esses dados mostram a importância econômica do setor e a expectativa da arrecadação do Município para fazer frente aos investimentos em infraestrutura e logística, impulsionando sua participação na totalização do VAF, refletindo, assim, em benefícios para a população e promovendo o desenvolvimento local.

- O setor de comércio/serviços se solidificou na terceira posição em relação à totalidade do VAF na média com R\$46.484.349,69, o que corresponde a 19,59% de participação. O desempenho médio foi de 53,27% no período 2018-2020, por conta dos crescimentos de 168,67% em 2018; 9,20% em 2019 e retração de -18,05% em 2020.

Recomenda-se atenção especial com as Instituições (Associação Comercial, SEBRAE, SENAC, SENAI e a própria Administração Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento) para estimular os segmentos do setor, a fim de oferecerem alternativas de atendimento à população residente e público em geral por meio de lojas, farmácias, supermercados e entretenimentos.

Compete ao Município, como política pública, incentivar a entrada de investimentos com a instalação de novas empresas e preocupar-se com as firmas existentes para promover o desenvolvimento econômico.

- O setor da indústria, classificado na segunda posição do *ranking*, teve valor médio de R\$70.722.347,70, respondendo por 28,58% de participação na totalização do VAF no período 2018-2020. O crescimento médio foi de 26,33%, advindo das variações de 7,56% (2018), 19,87% (2019) e 51,55% em 2020.

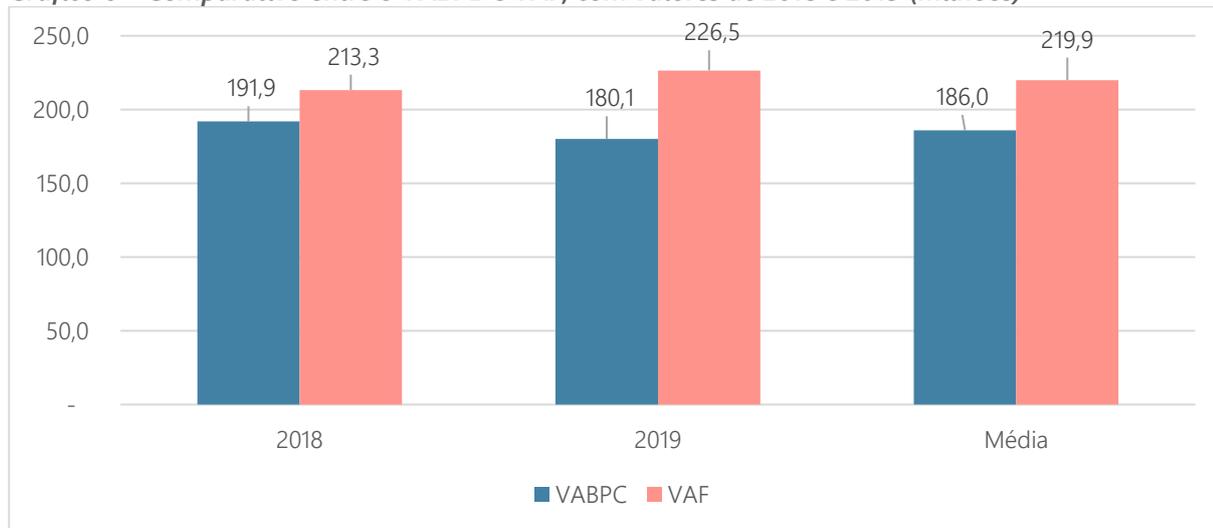
Este setor é representativo para composição do VAF e, nessa linha de raciocínio, são necessários ajustes e mecanismos políticos e econômicos para dinamizá-lo, estabelecendo metas e programas de incentivos e parcerias com instituições e cooperativas, da mesma forma que os setores de comércio/serviços e agropecuária, visando prospectar indicadores sociais e econômicos que promovam mais rapidamente o desenvolvimento local.

- Os Recursos e Autos: não apresentam movimentação durante o período 2018-2020.

O Gráfico 5 correlaciona o comportamento do VABPB e do VAF. Com a finalidade de padronizar a série temporal, analisamos as duas magnitudes econômicas, para tanto utilizamos os anos de 2018 e 2019 para destacar as diferenças de desempenho entre as VABPB e VAF que influenciam diretamente no desenvolvimento do município.



**Gráfico 6 – Comparativo entre o VABPB e VAF, com valores de 2018 e 2019 (milhões)**



Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

De acordo com os dados referentes aos anos 2018 e 2019, houve retração de -6,15% no VABPB e acréscimo de 6,19% no VAF (Gráfico 6). Utilizando as taxas de inflação medidas pelo IPCA, como efeito comparativo, o VAF configurou-se em ganho de rentabilidade financeira nas contas públicas do município, visto que, a média inflacionária para o período 2018-2019 atingiu 4,03%, que foi decorrente dos índices de inflação nos anos de 2018 (3,75%) e 2019 (4,31%).

Observa-se ainda que, em média, o valor real do VAF foi superior ao valor VABPB. O comportamento de crescimento das duas variáveis provoca uma sensação de alento nas finanças públicas do Município, devido ao aumento dos valores de um período para outro (Gráfico 6). Os dados sugerem que podem ser feitos maiores investimentos no setor industrial através de incentivos fiscais e patrimoniais, entre outros, de forma a incrementar o processo industrial e fortalecer esse ramo da economia, favorecendo a agregação de valor na produção e buscando o equilíbrio na distribuição de riquezas e o fortalecimento na arrecadação.

Para melhor entendimento do comportamento das atividades primárias no contexto do VAF, recorre-se ao Valor Bruto da Produção (VBP) como análise complementar (Tabela 8).

O Valor Bruto da Produção retrata o índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses. Engloba produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura etc. (SEAB, 2018).

Os valores a seguir traduzem a supremacia econômica da pecuária em detrimento dos demais segmentos econômicos, o que remete a maiores investimentos na agroindústria como forma de apressar os níveis de crescimento e desenvolvimento econômico local.



**Tabela 8 – Valor Bruto da Produção por atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)**

Ramo de Atividade	2018		2019		2020	
	Valor Deflacionado	Participação	Valor Deflacionado	Participação	Valor Deflacionado	Participação
Agricultura	84.061.108,78	44,56%	87.069.581,63	44,02%	108.912.337,16	57,34%
Florestais	62.636.779,96	33,20%	64.825.010,43	32,77%	27.891.065,76	14,69%
Pecuária	41.953.089,35	22,24%	45.895.920,06	23,21%	53.110.907,90	27,97%
<b>Total</b>	<b>188.650.978,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>197.790.512,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>189.914.310,82</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB)/ Departamento de Economia Rural (DERAL). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

O resultado do período 2018-2020 mostrou, em média, a participação da agricultura com 48,64%, florestais com 26,89%, e da pecuária com 24,47% da totalidade do VBP. Considerando o ano imediatamente anterior, no total o VBP apresentou retração de -1,78% em 2018; crescimento de 4,84% em 2019 e nova retração de -3,98% em 2020. Essa movimentação culminou com o crescimento médio de -0,31%.

O desempenho médio das atividades é resultado dos crescimentos médios de 17,68% para a agricultura, 4,61% para a pecuária e retração de 24,11% para florestais.

**Valor Bruto da Produção** apresentou **crescimento acumulado** de 0,67% durante o período 2018-2020, considerando os valores R\$188.650.978,09 e R\$189.914.310,82, decorrentes da movimentação das variáveis que o compõem, conforme segue:

- **Agricultura com crescimento de 29,56%**, o melhor desempenho do VBP, considerando os valores de R\$84.061.108,78 e R\$108.912.337,16;
- **Pecuária com crescimento de 26,60%**, considerando os valores de R\$41.953.089,35 e R\$53.110.907,90 e;
- **Produtos florestais com retração de -55,47%**, a de menor expressão financeira, considerando os valores R\$62.636.779,96 e 27.891.065,76.

Sintetizando, o desempenho pode ser considerado excepcional; na média do período, o VBP total atingiu R\$192,1 milhões, decorrente da agricultura com R\$93,3 milhões, florestais com R\$51,8 milhões e pecuária com R\$46,9 milhões. Esses dados demonstram e justificam a importância da agropecuária para a economia de Coronel Domingos Soares (Tabela 8).



#### 4.4.4 ESTABELECIMENTO E EMPREGOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Este tópico considera os dados estatísticos para visualizar a dinâmica quantitativa dos Estabelecimentos por Atividades Econômicas que contribuem para gerar empregos no município de Coronel Domingos Soares, considerando a média do período entre 2018 e 2020 (Tabela 9).

**Tabela 9 – Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2018 a 2020**

Atividades Econômicas	Estabelecimentos			Empregos		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Indústria	19	10	16	466	449	436
Construção Civil	3	0	1	6	0	0
Serviços <sup>16</sup>	65	28	53	373	435	470
Agropecuária	104	90	97	293	251	252
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>128</b>	<b>167</b>	<b>1138</b>	<b>1135</b>	<b>1158</b>

Fonte: MTE/RAIS em IPARDES, 2021. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Na composição dos estabelecimentos, em média, a participação dos setores ficou assim distribuída:

- Agropecuária com 59,88%;
- Serviços com 30,04%;
- Indústria com 9,26% e;
- Construção Civil com 0,82.

Os **setores da agropecuária e serviços** responderam por **89,92%** dos estabelecimentos, refletindo a importância que exercem para as atividades econômicas do Município.

Na composição dos empregos, em média, a participação dos setores ficou assim distribuída:

- Indústria com 39,38%;
- Serviços com 37,25%;
- Agropecuária com 23,20%;
- Construção Civil com 0,82

<sup>16</sup> Serviços está composto pelos dados do comércio atacado e varejo, serviços em geral e administração pública.



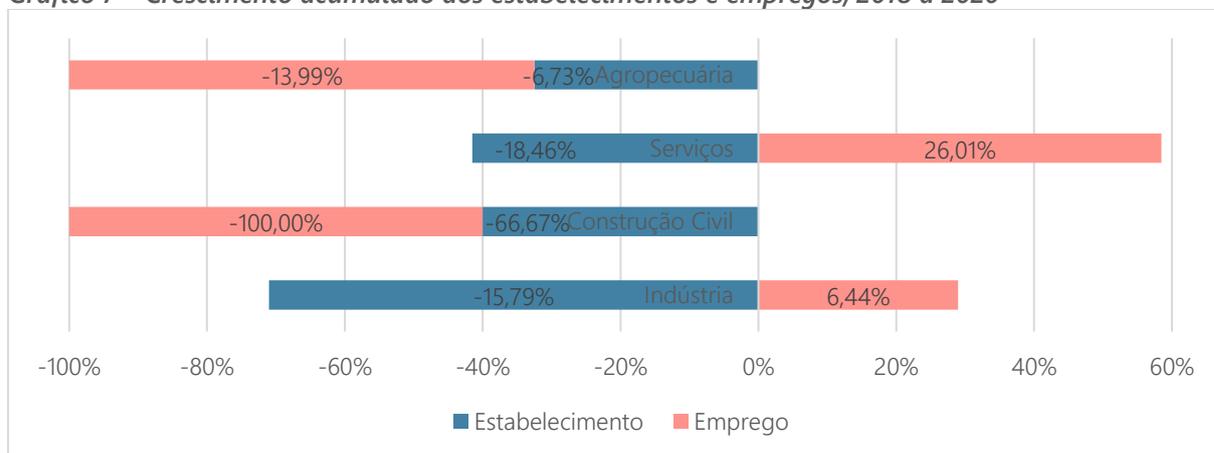
Os setores de **serviços e indústria** responderam por **76,63%** de participação na empregabilidade formal do município.

Considerando a média de crescimento durante o período 2018-2020 nas variáveis **estabelecimento e emprego**, detectou-se queda de -0,66% na quantidade de estabelecimentos e redução de **-2,32% nos níveis de emprego**. Esse comportamento, de acordo com a média, ocorreu em função das movimentações setoriais de empregos e estabelecimentos no Município, conforme segue:

- **Setor de serviços:** foi contemplado com aumento de 10,28% na quantidade de estabelecimentos e aumento de 0,11% nos empregos, destacando os crescimentos de 16,62% (2019) e de 8,05% (2020) suficientes para suportar os crescimentos negativos de -24,34% ocorridos em 2018 nos níveis de empregos formais;
- **Setor agropecuário:** redução de -3,13% na quantidade de estabelecimentos e de -1,67% nos empregos, destacando a retração de 14,33% (2019) e crescimento de 8,92% (2018) e 0,40% (2020) nos níveis de empregos formais;
- **Setor da indústria:** a taxa de crescimento na quantidade de estabelecimentos foi de 19,59% e de redução de -3,02% nos empregos, apresentando retração em todos os períodos -2,51% (2018), -3,65% (2019) e de -2,90% (2020) nos níveis de empregos formais e;
- **Setor da Construção Civil:** crescimento nulo de estabelecimentos e retração de -38,10% nos empregos, onde ocorreu queda de -14,29% (2018); -100,00% (2019) e nulo no ano de 2020, significando uma trajetória totalmente negativa na empregabilidade desse setor.

Em relação ao crescimento acumulado da quantidade de estabelecimentos e de empregos no período 2018-2020, os setores tiveram o seguinte comportamento:

**Gráfico 7 – Crescimento acumulado dos estabelecimentos e empregos, 2018 a 2020**



Fonte: MTE/RAIS/IPARDES (2020). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

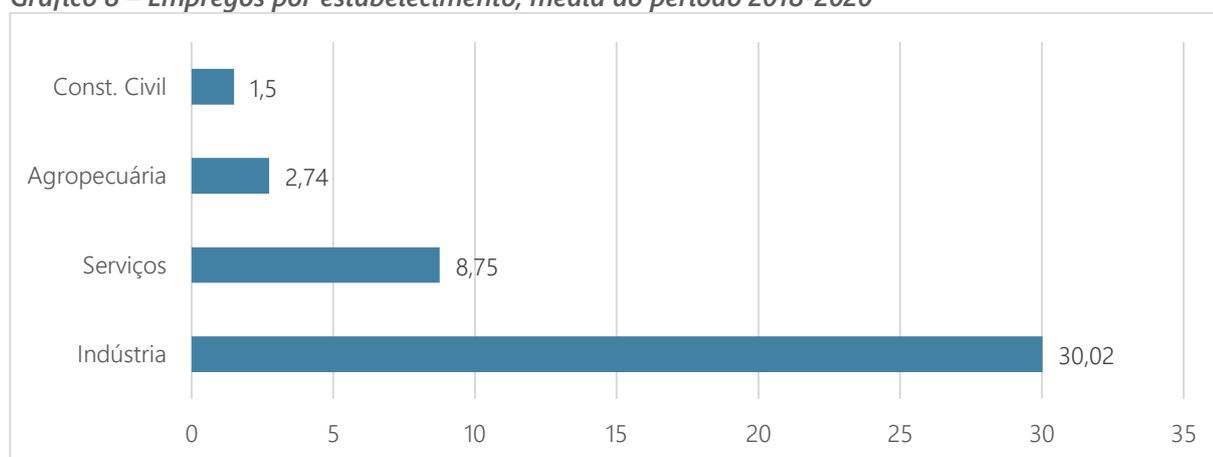


O crescimento acumulado de estabelecimentos culminou com retração de -12,57% aumento de 1,76% de empregos. Os índices negativos foram registrados para os estabelecimentos em todos os setores, enquanto nos empregos somente no setor da construção civil foi identificada redução de empregos formais, na ordem de 100,00%.

O setor de serviços, no ano de 2020, foi o maior empregador, enquanto, na média do período 2018-2020, a indústria se apresentou como o setor que mais empregou no Município refletindo na economia como um todo. No setor de serviços estão incorporados os empregos da administração pública que, individualmente, é a segunda atividade com o maior número de empregos no município de Coronel Domingos Soares.

O Gráfico 8 retrata a relação entre a quantidade de empregos pela quantidade de estabelecimentos. A relevância dessa afinidade entre emprego e estabelecimento tem o objetivo de alertar para a geração de oportunidades de trabalho, incentivar a entrada de novas empresas e fortalecer as existentes, além de aumentar a arrecadação de impostos. Isso tem efeito econômico e social, pois a população pode presenciar a reversão em **melhoria de infraestrutura, segurança e condições de vida**.

**Gráfico 8 – Empregos por estabelecimento, média do período 2018-2020**



Fonte: MTE/RAIS/IPARDES (2021). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

O ranking da equivalência média da quantidade de trabalhadores por estabelecimento é liderado pela indústria com 30,02; seguido dos serviços com 8,75; agropecuária com 2,74% e a construção civil com 1,5 pessoas por estabelecimentos. A média geral é de 7,06 trabalhadores por estabelecimento.

Esses dados revelam a importância do setor industrial e do setor de comércio e serviços na geração de empregos e renda para fomentar a economia local, sugerindo esforços do executivo para atrair a entrada de novas empresas e incentivar permanentemente as empresas existentes, possibilitando a criação de novos empregos, fomentando investimentos para o município e prevenindo o esvaziamento populacional. Considera-se que a produção agropecuária pode ser

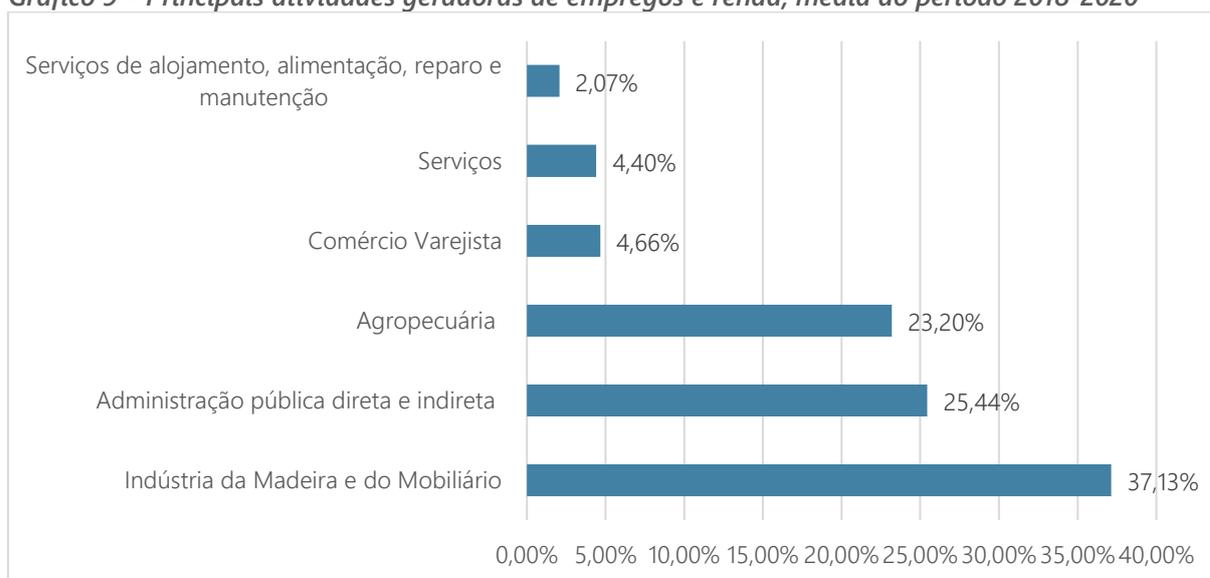


utilizada na transformação de produtos, dada a possibilidade de se aproveitar as potencialidades locais no que se refere ao processamento industrial dos produtos primários.

Algumas atividades delineadas merecem atenção e estabelecem parâmetros para a economia local, como por exemplo a produção industrial que, diante de aumento de R\$1,00, se multiplica pela produção da própria indústria e dos demais setores da economia, resultando em aumento adicional de R\$1,40, o que totaliza um aumento de R\$2,40 no PIB, atuando como efeito multiplicador relevante para os setores econômicos. Na agropecuária, esse efeito final estaria no valor de R\$1,66. Nos Serviços R\$1,49 (CNI)<sup>17</sup>.

Analisando os dados da população ocupada, com referência à média do período 2018-2020, verifica-se que a maior parte da mão de obra empregada formalmente em Coronel Domingos Soares está alocada no setor da indústria, diferentemente o que ocorre na maioria dos pequenos municípios. Os ramos que mais empregam estão distribuídos conforme o Gráfico 9.

**Gráfico 9 – Principais atividades geradoras de empregos e renda, média do período 2018-2020**



Fonte: MTE/RAIS/IPARDES (2020). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Entre as principais atividades econômicas, a indústria da madeira e do mobiliário geram 425 empregos, o que corresponde a 37,13% do total médio de postos de trabalho do Município de Coronel Domingos Soares (Gráfico 9). Os empregos gerados pela Administração Pública, em média, com 291 trabalhadores, representam 25,44% do total médio dos empregos do Município.

Os números, apesar de mostrarem a importância do setor público na geração de empregos e renda, sugerem atenção aos setores produtivos da economia no sentido de gerar empregos nas atividades privadas e minimizar a dependência de administração pública e das transferências de renda do governo federal, tais como previdência social e bolsa família, entre outros.

<sup>17</sup> Confederação Nacional da Indústria, Perfil da Indústria Brasileira de 19 de julho de 2019.



Dessa forma, é necessário desenvolver políticas públicas econômicas e estratégias para fomentar e estruturar as atividades privadas, de forma a atrair empresas e empreendedores, especialmente indústrias, dada sua capacidade de gerar empregos e renda para promover o desenvolvimento municipal.



## 5. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

### 5.1 SANEAMENTO BÁSICO

#### 5.1.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Quando elaborado o PDM em 2012, foi informado que 60% da população possuía abastecimento de água realizado através de fontes ou poços sem proteção adequada. Atualmente, o abastecimento de água tratada no município é de responsabilidade da SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná. Conforme a Administração Pública, **100% das áreas internas ao quadro são atendidas pelo abastecimento e tratamento de água**. De acordo com a ETM, as áreas rurais que possuem abastecimento de água são Lavrama, Iratim e Vila rural.

Os abastecimentos de água se dão através de captação de poços artesianos. Atualmente, a área que enfrenta problema relacionado ao abastecimento de água no território municipal é a Comunidade do Pedregulho, esses problemas se dão devido a longos períodos de estiagem.

*Tabela 10 – Dados de abastecimento de água*

	2012	2016	2020
População total do município	-	-	-
População total atendida com abastecimento de água	2.558	3.031-	3.481
Quantidade de ligações totais de água	792	923	1.068
Extensão da rede de água (km)	14,08	15,63	20,18

Fonte: SNIS, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Conforme dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento – SNIS, entre 2012 e 2020 houve uma pequena ampliação da infraestrutura da rede de água, passando de 14,08km em 2012 para 20,18 em 2020, sendo assim um crescimento de 30,23%. A quantidade de ligações totais de água apresentou crescimento de 25,84% e a população atendida chegou a 26,51%.

Conforme informações disponibilizadas pela ETM, o município conta com Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Atualmente, no ano de 2022 o mesmo se encontra em revisão.

#### 5.1.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Assim como a maioria dos municípios paranaenses com população inferior a 10 mil habitantes, Coronel Domingos Soares não conta com sistema de esgotamento sanitário.

Assim como apontado em 2012, o esgotamento sanitário de CDS é realizado através do sistema de fossas sépticas e fossas rudimentares. Foi informado pela ETM que atualmente os agentes de saúde do município realizam visitas periódicas de fiscalização às residências a respeito do controle das fossas. Também foi informado que o Poder Público Municipal auxilia os munícipes



durante a perfuração de novas fossas sépticas, além também de realizar o enchimento das mesmas com pedras.

De acordo com a Administração Pública, existe um projeto concluído para a implementação da rede de esgoto e construção de uma Estação de Tratamento. Entretanto, após conversa com a SANEPAR, foi informado que esses investimentos serão realizados no município após 2033.

### 5.1.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

Atualmente, a coleta de resíduos sólidos atende 100% da população urbana e duas comunidades rurais de Coronel Domingos Soares. O Município conta com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

Os resíduos recicláveis que são coletados são vendidos para empresas do ramo, para que possa ser dada a sua destinação correta. Já os resíduos orgânicos e não recicláveis possuem destinação para empresa específica que realiza o processamento e finalização desses resíduos gerando assim, função energética. No que diz respeito à coleta dos resíduos provenientes da área da saúde, foi informado que as farmácias e laboratórios realizam através de empresa particular a destinação correta dos resíduos gerados.

Conforme o Quadro 6, é possível verificar as informações referentes ao atendimento da coleta de resíduos sólidos em Coronel Domingos Soares.

**Quadro 6 – Informações sobre a coleta de resíduos sólidos**

Tipo de resíduos	Órgão responsável	Frequência da coleta	Horários	Locais atendidos	Qt. de resíduos coletados
Domésticos	Prefeitura	De segunda a sexta	8h	Sede urbana; Lavrama; Chopim.	30ton/mês
Recicláveis	Prefeitura	De segunda a sexta	8h	Sede urbana; Lavrama; Chopim.	10ton/mês
Hospitalares	Empresa terceirizada	Semanal	18h	Sede urbana; Lavrama; Chopim.	40kg/mês
Podas de árvores	Prefeitura	esporadicamente	-	Sede urbana	1ton/mês

Fonte: Equipe Técnica Municipal, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Atualmente, não existe em Coronel Domingos Soares um Plano Municipal de Coleta Seletiva, entretanto existem programas voltados a esse tipo de coleta sendo realizados em parcerias com



as escolas do município. Foi informado também a existência de um centro de triagem terceirizado.

No que diz respeito à varrição das vias públicas, o Município conta com uma equipe que realiza o trabalho de segunda a sexta-feira, apenas nas vias pavimentadas da área urbana. Entretanto, atualmente a equipe está reduzida e não consegue suprir a demanda municipal. No que diz respeito à fiscalização sanitária das feiras livres, foi informado que a vigilância sanitária é responsável por realizar esse serviço.

#### 5.1.4 DRENAGEM PLUVIAL

No PDM de 2012 não foram apresentados dados específicos a respeito da Drenagem Pluvial no município. Foram descritos apenas que as estradas vicinais de acesso às propriedades rurais encontravam-se em estado regular de conservação e eram prejudicadas pelo escoamento das águas provenientes das lavouras adjacentes e pelo trânsito de máquinas pesadas. Ainda de acordo com o PDM (2012), era comum ocorrer o entupimento dos bueiros e dos canais de drenagem existentes.

De acordo com dados fornecidos pela ETM, desde a elaboração do PDM de 2012, em conjunto com a execução da pavimentação urbana, foram executados trabalhos de drenagem pluvial no município. Atualmente, cerca de 50% da área urbana de CDS é atendida pela drenagem pluvial e existe projeto para que novos pontos críticos sejam atendidos também. O Município não conta com um cadastro técnico das galerias existentes.

Ainda de acordo com a Administração Pública, existem em Coronel Domingos Soares pontos de alagamentos distribuídos pelas áreas do município. Entretanto, já existem projetos para que esses problemas sejam mitigados.

*Figura 22 – Pátio prefeitura tubos de drenagem*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.



## 5.2 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A energia elétrica em Coronel Domingos Soares é distribuída pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL). De acordo com a ETM, as áreas urbanas e rurais do município possuem fornecimento elétrico em sua totalidade.

De acordo com o PDM de 2012, no ano de 2008 o número total de consumidores no município era de 1.691 unidades. Atualmente, de acordo com dados oficiais disponibilizados pelo IPARDES, existem 2.431 unidades. Conforme Tabela 11, fica evidente o crescimento das seguintes unidades consumidoras: residencial (56,6%) e o setor comercial (39,8%). Já em contrapartida, os setores que mais sofreram uma redução das suas unidades foram: setor secundário (indústria) (-2,7%) e as unidades consumidores na área rural (-2,2%).

*Tabela 11 – Consumo e número de consumidores de energia elétrica de 2022*

Categorias	2008		2022		Variação do consumo (%)	Variação da Unidade Consumidora (%)
	Consumo (Mwh)	Consumidores (Qtd)	Consumo (Mwh)	Consumidores (Qtd)		
Residencial	973	552	2.043	1.272	+52,4	+56,6
Setor secundário (Indústria)	7.066	75	11.273	73	+37,3	-2,7
Setor comercial	599	59	778	98	+23	+39,8
Rural	2.978	956	3.466	935	+14	-2,2
Outras classes (2)	1.083	50	708	53	-52,9	+5,6
Consumo livre (indústria) (uso do sistema) (3)	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.126</b>	<b>1.691</b>	<b>18.266</b>	<b>2.431</b>	<b>+33,6</b>	<b>+30,4</b>

FONTE: IPARDES, 2021.

(1) Entende-se por consumidor as unidades consumidoras de energia elétrica (relógio).

(2) Inclui as categorias: consumo próprio, iluminação pública, poder público e serviço público.

(3) Refere-se ao consumo de energia elétrica da autoprodução da indústria. Inclui os consumidores atendidos por outro fornecedor de energia e os que possuem parcela de carga atendida pela COPEL Distribuição e a outra parcela por outro fornecedor.

Os resultados apresentados estão de acordo com a meta 7.1 do **ODS 7 “Energia limpa e acessível”**, que propõe assegurar, até 2030, o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.



Atualmente, o município não conta com uma rede de baixa tensão contínua, de maneira que a iluminação pública acaba sendo descontinuada. A iluminação pública da sede urbana é composta por 162 lâmpadas de LED, super postes e lâmpadas de vapor de sódio. Assim como na sede, a iluminação pública da Comunidade Ponte do Chopim também é composta por lâmpadas LED e



vapor de sódio. De acordo com a Administração Pública, não existem no município conflitos entre a iluminação pública e a arborização urbana.

Ainda de acordo com a Administração Pública, o Município não conta com um sistema georreferenciado com informações relacionadas à iluminação pública. Conforme dados disponibilizados pela COPEL<sup>18</sup>, a divisão das lâmpadas elétricas em Coronel Domingos Soares se dá da seguinte forma:

**Gráfico 10 – Composição da iluminação elétrica municipal**



Fonte: COPEL, 2021. Dados trabalhos por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

As lâmpadas de vapor de sódio ainda são as mais utilizadas no território municipal. Fica, portanto, evidente a necessidade de modernização desses parâmetros, visando a economia futura com a manutenção e consumo de energia.

### 5.3 CADASTRO IMOBILIÁRIO

Cadastro imobiliário é o conjunto de arquivos contendo o registro de dados imobiliários do município, o que pode atuar diretamente na arrecadação de tributos municipais (IPTU e taxas sobre serviços) e auxilia no fornecimento de informações vinculadas ao planejamento urbano. Desta forma, é indicado que a Gestão Pública o mantenha constantemente atualizado e, de preferência, o disponibilize de forma digital para a população. Em Coronel Domingos Soares **a última atualização do Cadastro Imobiliário foi no ano de 2010**, de forma parcial. Atualmente, o Município não conta com uma equipe que atue na fiscalização do cadastro imobiliário.

A Administração Pública não dispõe de uma base cadastral digital ou georreferenciada e nem imagem aérea. De acordo com a ETM, atualmente existem no município um total de 1.254 unidades imobiliárias ativas. O sistema de gestão tributária é realizado por uma empresa terceirizada, denominada Equiplano.

<sup>18</sup> COPEL, 2021.



A Lei Municipal 47/1997 estabelece o Código Tributário Municipal, onde estão descritos todos os fatores básicos para realização dos cálculos de IPTU e demais tributos. Atualmente, os valores lançados e arrecadados do IPTU foram de R\$ 174.169,64 e R\$ 115.523,98, respectivamente.

A Planta Genérica de Valores (PGV) foi revisada em 2018 e aprovada através da Lei Complementar nº 03/2018. A mesma se encontra interligada diretamente aos cálculos dos valores de IPTU. Assim como a base cadastral, a PGV não possui um sistema de georreferenciamento.

Foi apontado pela Administração Pública que o principal problema referente à cobrança do IPTU em CDS é a baixa renda dos contribuintes, o que afeta diretamente na arrecadação municipal.

#### 5.4 SAÚDE

Atualmente Coronel Domingos Soares conta com seis equipamentos voltados à saúde municipal. Um localizado na sede urbana e os demais distribuídos pelas localidades rurais existentes. Os equipamentos existentes atendem à demanda municipal e, em algumas unidades, além do atendimento à população residente, atendem também a população de municípios vizinhos.

Foi informado pelo departamento de Saúde que nenhum dos equipamentos existentes estão adequados às normas de acessibilidade (NBR 9050/2021). Apesar de todos os equipamentos terem passado por reformas nos últimos dez anos, em todos os equipamentos foram apontados problemas referentes à infraestrutura. São problemas relacionados à cobertura, aberturas e pinturas dos equipamentos. Além desses problemas destacados, os equipamentos de saúde possuem problemas relacionados ao seu quadro de funcionários, destacando-se a falta do atendimento de ACS para toda a área do município.

*Quadro 7 – Equipamentos de Saúde*

Estabelecimento	Endereço	Horário de funcionamento	Atende à demanda?
Centro de Saúde	Av. Araucária 2.784 - Sede	08h às 24h	sim
UBS Predegulho	Localidade Pedregulho	08h às 17h	sim
UBS Chopin	Localidade Chopin	09h às 16h uma vez por semana	sim
UBS Zugmann	Localidade Zugmann	09h às 16h uma vez por semana	sim
UBS Iratim	Localidade Iratim	09h às 16h uma vez por semana	sim
UBS Marcon	Localidade Marcon	09h às 16h uma vez por semana	sim

Fonte: Departamento de Saúde, 2022. DRZ – Gestão de Cidades, 2022.



Figura 23 – Centro de Saúde



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

De acordo com o departamento, existe a demanda de construção de novos equipamentos no território municipal, sendo eles a construção de uma Unidade para a Saúde da Família do Centro de Saúde e uma Unidade de Saúde para atendimento de especialidades.

Os equipamentos de saúde estão distribuídos pelo território municipal de forma que toda a população seja atendida. Na sede urbana, o equipamento de saúde está localizado na área central do perímetro urbano. Atualmente, o município conta com ESF na área da sede e nas localidades do interior. São realizados atendimentos de livre demanda em ambas as regiões. Os atendimentos são realizados por quatro equipes, sendo uma realizando o atendimento diário na sede urbana e três realizando o atendimento nas áreas rurais e intercalando o atendimento uma vez por semana em cada localidade.

Conforme informações fornecidas pelo Departamento de Saúde, nos últimos 10 anos de desenvolvimento em Coronel Domingos Soares, todos os equipamentos de saúde passaram por reforma ou ampliação. Também houve a construção de dois novos equipamentos, sendo eles uma nova Unidade de saúde para atendimento de especialidades e uma nova unidade para a Saúde da Família do Centro de Saúde.

De acordo com informações disponíveis no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, o município não conta com nenhum leito hospitalar. Atualmente os atendimentos são realizados por 9 médicos, com variadas especializações, dentre elas: saúde mental, ginecologista, pediatra, clínico geral e um médico de sobreaviso, que é responsável por realizar os atendimentos aos finais de semana.

O município realiza atendimentos de baixa complexidade, sendo os atendimentos de urgência e emergência de média complexidade. Os encaminhamentos de pacientes para atendimentos em outros municípios se dão da seguinte maneira:



- Os atendimentos relacionados às gestantes que se enquadram em riscos considerados como intermediário ou alto são feitos através do ambulatório Conims ou ISSAL e ambos são realizados no município de Pato Branco-PR;
- Já as gestantes que se enquadram em riscos habituais são atendidas no Instituto Santa Pelizzari, localizado no município de Palmas-PR;
- Os atendimentos de alto ou médio risco voltados às crianças são realizados através do Conims.

Todos os equipamentos de saúde municipal utilizam o sistema SIGSS, gerenciado pela Empresa MV/Consultoria. Todos os prontuários estão interligados e eletrônicos e utilizam o Sistema de Informações IDS. Dessa maneira, os atendimentos e acessos às informações dos pacientes são integrados, o que facilita os atendimentos ofertados pelos profissionais municipais.

Atualmente, CDS conta com a Vigilância Sanitária e Epidemiológica. A Vigilância Sanitária realiza atendimentos voltados à fiscalização geral do comércio, emissão de alvarás, combate à dengue, notificação de doenças compulsórias e investigação de óbitos. Já a Vigilância Epidemiológica tem como principal objetivo a obtenção contínua e oportuna de conhecimentos acerca dos componentes envolvidos com as condições de saúde e a ocorrência de doenças.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM e faz referência ao **ODS3 "Saúde e Bem-estar"**. O valor dessa variável no município era de 67,52 anos em 2000 e de 72,49 anos, em 2010.

Já a taxa de mortalidade infantil, definida como o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade para cada mil nascidos vivos, passou de 32,77 por mil nascidos vivos em 2000 para 16,30 por mil nascidos vivos em 2010. Com a taxa observada



em 2010, o município não cumpre ainda com a meta 3.2 do **ODS 3 "Saúde e Bem-estar"**, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 12 óbitos por mil nascidos vivos em 2030.

## 5.5 EDUCAÇÃO

Atualmente em Coronel Domingos Soares existem 16 equipamentos de ensino, sendo 11 de gestão municipal, 4 de gestão estadual e 1 voltado à educação especial. De acordo com a Secretaria de Educação e Desporto, todos os equipamentos municipais suprem a demanda, porém, no que diz respeito à acessibilidade universal (NBR-9050/2020), apenas sete estão adequados. A atual situação está apresentada no quadro a seguir:



**Quadro 8 – Equipamentos públicos de educação**

Estabelecimento	Modalidade	Localização	Atende à demanda?	Acessibilidade?
E. M. Pedro F. de Almeida	Infantil e anos iniciais	Pedregulho	sim	sim
E. M. Iraras	Infantil e anos iniciais	Iraras	sim	-
E. M. N. S. Consoladora	Infantil e anos iniciais	Assentamento Marcon	sim	não
E. M. Francisco Taques	Infantil e anos iniciais	Ponte do Iratim	sim	sim
E. M. Santa Rita	Infantil e anos iniciais	Assentamento Chico André	sim	não
E. M. Danilo Bordignon	Infantil e anos iniciais	Assentamento de Pauli	sim	sim
E. M. N. S. Das Graças	Infantil e anos iniciais	Lavrama	sim	sim
E. M. Santana P. Carraro	Infantil e anos iniciais	Ponto do Chopim	sim	não
E. M. Aurora Tortelli	Infantil e anos iniciais	Sede	sim	sim
CMEI Anjo da Guarda	Educação infantil	Sede	sim	sim
CMEI Pequeno Polegar	Educação infantil	Lavrama	sim	sim
C. E. Santa Catarina	Anos finais	Sede	-	-
C. E. Monteiro Lobato	Anos finais	Pedregulho	-	-
C. E. Candido Rossoni	Anos finais	Ponte do Iratim	-	-
C. E. Antônio Artemi Franca	Anos finais	Ponto do Chopim	-	-
APAE	Educação especial	Sede	-	-

Fonte: Escolas. Secretaria de Educação e Desporto, 2022. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

O município conta com o Plano Municipal de Educação vigente. O Departamento responsável informou ainda que nos últimos 10 anos foram construídos dois novos equipamentos voltados à educação municipal, além de reformas e melhorias em grande maioria dos equipamentos municipais. Foi apontado que existe a necessidade de reforma dos equipamentos de educação no que diz respeito à acessibilidade universal, dimensionamento adequado, acessos e instalações sanitárias.



Figura 24 – Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Aurora F.N. Tortelli



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

O Município oferta variados programas de atendimento para a população escolar, sendo eles:

- **Projeto Aprendizagem:** são atendidos os alunos que possuem dificuldades no aprendizado, os mesmos realizam atividades no contraturno às suas aulas;
- **Jovem empreendedor:** são firmadas parcerias entre a escola e o SEBRAE no intuito de incentivar alunos para o empreendedorismo;
- **Biblioteca Móvel:** parceria desenvolvida com o SESC para o incentivo à leitura;
- **Reforço Escolar:** trabalhos desenvolvidos com o SESI no intuito de realizar reforços escolares nas disciplinas de Português e Matemática de forma lúdica e recreativa.

No que diz respeito às Políticas de Inclusão desenvolvidas em Coronel Domingos Soares, além do atendimento especial desenvolvido pela APAE, é ofertado também o atendimento de todos os tipos de deficiência motoras e cognitivas, além também de contar com um professor intérprete quando faz-se necessário. Os profissionais que desenvolvem atendimentos no município são habilitados e pós-graduados e atendem todas as modalidades de deficiência.

De acordo com a Secretaria responsável, o Município fornece educação para jovens e adultos (EJA). São ofertados atendimentos de EJA Fase I e Fase II, ensino fundamental e ensino médio respectivamente. Atualmente, CDS conta com o polo educacional da CENSUPEG, onde são ofertados cursos tecnológicos, de licenciatura, e também de bacharelado. De acordo com as informações oferecidas pela Secretaria, são atendidos aproximadamente 80 alunos no atual semestre.

No que tange ao transporte escolar, foi informado que o mesmo é realizado tanto pela frota municipal quanto por empresas terceirizadas. Atualmente, são 14 linhas de gestão do Município e 25 geridas por 20 empresas terceirizadas, todas contratadas através de processo licitatório.



Atualmente, são transportados cerca de 901 alunos de segunda à sexta-feira, nos períodos matutino, vespertino e noturno (EJA e Faculdade). Os transportes suprem a demanda e são utilizados de forma expressiva pela população do interior. O município oferece transporte gratuito para alunos que estudam no município de Palmas-PR e são transportados cerca de 100 alunos.

Conforme informações da Secretaria, os maiores problemas enfrentados a respeito do transporte escolar são a superlotação, a precariedade dos transportes que ocorrem devido às vastas estradas de chão, que se deterioram com as grandes chuvas, e a falta de novos veículos para realizar esse serviço por conta própria.

A merenda escolar é preparada nas cantinas das próprias escolas municipais. O município conta com uma nutricionista responsável pelo acompanhamento das merendas e da elaboração do cardápio para a alimentação, o que varia de acordo com a faixa etária sendo atendida e os hábitos alimentares da região. Os alunos que possuem necessidades nutricionais específicas (diabetes, hipertensão, intolerância à lactose e doença celíaca) são identificados no momento da matrícula e através de entrevistas com os pais.

De acordo com dados da Secretaria do Paraná, no ano de 2021, 62% das matrículas foram em estabelecimentos de ensino fundamental, 18,5% no infantil, 17,45% no ensino médio, 2,4% na educação especial e 1,9% no EJA.

**Quadro 9 – Matrículas na educação Básica segundo a modalidade de ensino e dependência administrativa – 2022**

Modalidade de Ensino	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
Educação infantil	-	299	3	302
Ensino fundamental	445	559	5	1.009
Ensino médio	284	-	-	284
Educação profissional	-	-	-	-
Educação especial – classes exclusivas	-	2	37	39
Educação de jovens e adultos (EJA)	-	3	29	32
TOTAL	729	861	37	1.627

Fonte: PARANÁ, 2022. DRZ – Gestão de Cidades.

A meta 4.1 do **ODS 4 “Educação de Qualidade”** estabelece a meta de, até 2030, garantir que todos os alunos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade.

Sobre o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, entre 2000 e 2010 esse percentual passou de 16,36% para 30,69%, em Coronel Domingos Soares<sup>19</sup>. Dados sobre o Ideb<sup>20</sup> indicam que nos anos iniciais de ensino houve um aumento, passando de 4,8 em 2016 para 5,4 em 2019.

<sup>19</sup> ATLAS BRASIL, 2022.

<sup>20</sup> O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).



Tal valor encontra-se abaixo da meta de 6 pontos estipulada pelo Governo Federal. Entretanto, o valor estipulado deverá ser alcançado até o presente ano de 2022.

Atualmente, as principais demandas da Secretaria são a adequação da frota veicular para a realização do transporte escolar, reformas e construção de novos equipamentos de ensino e adequação do quadro de funcionários.

## 5.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com a ETM, o Plano Municipal de Assistência Social de Coronel Domingos Soares está vigente até 2025. Atualmente o município conta com três equipamentos públicos, conforme Quadro 10. Os equipamentos de assistência social atendem parcialmente a demanda municipal.

### *Quadro 10 – Equipamentos de Assistência Social*

<b>Estabelecimento</b>	<b>Endereço</b>
CRAS Genir Bugs da Rosa	R. José Salvador – S/N - Centro
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	R. José Salvador – S/N - Centro
Casa Lar de Coronel Domingos Soares	R. Ver. José Maria Beles Silveira – n 3.150 – Centro
Casa de Apoio Nossa Senhora de Fátima	-

Fonte: Departamento de Ação Social, 2022. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Conforme informações do Departamento de Ação Social Em 2021 foi inaugurada a Casa de Apoio Nossa Senhora de Fátima, o serviço oferta aos assistidos, no período em que estiverem em tratamento de saúde ou de acompanhamento social, abrigo e alimentação. Atualmente está alocado em imóvel alugado pela administração pública, conta com 03 servidores em seu quadro de pessoal.

O Município possui ainda diversos Conselhos que visam orientar e cuidar do bem-estar da população. Esses Conselhos em sua maioria atendem a população em situação de vulnerabilidade do município, são eles: Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Conselho Municipal do Idoso – CMI; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED; e Conselho Tutelar.

Conforme informações oferecidas pelo Departamento de Ação social, é ofertada uma capacitação continuada para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, assim como CMDCA e o Conselho Tutelar. Já no que diz respeito ao CMAS, os membros recebem capacitação de 08 horas anuais. Os membros do CMI, por sua vez, recebem capacitação de 04 horas anuais.

No Quadro 11 estão presentes os programas que são desenvolvidos pelo departamento de Assistência Social, o local onde os atendimentos são realizados e a quantidade de famílias atendidas em cada programa.



**Quadro 11 – Programas Assistenciais Desenvolvidos**

Programas desenvolvidos	Desenvolvimento	Público atendido
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Cerca de 120 pessoas ao mês
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Cerca de 120 pessoas ao mês
Benefícios Eventuais: natalidade, funeral, alimentação, vulnerabilidade temporária e calamidade pública.	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Cerca de 70 pessoas ao mês
Projeto Transformando o Futuro	Aulas <i>Online</i>	Cerca de 20 pessoas

Fonte: Departamento de Ação Social, 2022. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Em destaque, o Projeto Transformando o Futuro tem o objetivo de preparar adolescentes do município para o vestibular. São realizadas aulas *online* e são trabalhadas matérias do ensino fundamental e médio, que geralmente são abordadas no processo seletivo. Dessa maneira, é propiciada a possibilidade de ingresso no ensino superior a adolescentes cujas famílias não possuem recursos para o ingresso em cursos particulares. O projeto teve início em outubro de 2021 e será finalizado em abril de 2022, e até o presente momento atendeu cerca de 20 alunos.

**Quadro 12 – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

CDS conta ainda com o Conselho Tutelar que é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, foi criado através da Lei Municipal nº 56/98 de 03 de abril de 1998. Atualmente está alocado em imóvel alugado pela administração pública, conta com 03 veículos próprios e possui em seu quadro de servidores 05 conselheiros.

Atualmente, a principal demanda do Departamento de Ação Social é a adequação do quadro de funcionários municipais. É necessário um estudo de viabilidade política financeira para a contratação de novos membros para as equipes assistenciais.



## 5.7 CULTURA E TURISMO

O município de Coronel Domingos Soares não obteve grandes avanços no que diz respeito aos equipamentos voltados a cultura municipal. Atualmente, o município conta apenas com dois equipamentos voltados à cultura, sendo eles: a Biblioteca Cidadã e um edifício locado provisoriamente.

Atualmente, a edificação locada atende à demanda da população municipal e está adequada às normas de acessibilidade universal. Já a Biblioteca Cidadã, atualmente não recebe visitaçãõ devido ao fato de o acervo ser antigo e por não ser um edifício que disponibiliza tecnologias. Também foi informado que o atual acervo municipal não atende à demanda devido à desatualização.

O funcionamento do Departamento de Cultura é das 8h da manhã até às 19h, devido à oferta de oficinas culturais, que geralmente ocorrem no contraturno de segunda a sexta-feira, no intuito de atender todo público municipal. São realizadas as seguintes oficinas: *Ballet*, violão, danças em geral, teatro, artesanato, pintura e karatê. De acordo com o Departamento, não são realizadas atividades específicas nas áreas rurais do município. São realizadas apenas apresentações culturais nos equipamentos de educação em datas comemorativas. Porém, já estão sendo desenvolvidas ações para solucionar essa questão.

Os eventos e festividades culturais realizadas em Coronel Domingos Soares ao longo do ano estão apresentados no Quadro 13.

**Quadro 13 – Festividades Culturais**

Festividade	Local	Época do ano	Participação
Festa da Padroeira	Pavilhão Igreja Matriz	mês de maio	Toda população
Baile estudantil	Ginásio de Esportes	mês de agosto	Toda população
Festa do Município	Praça Central	mês de dezembro	Toda população
Natal para todos	Praça Central	mês de dezembro	Toda população
Festival da Canção	-	-	Toda população

Fonte: Departamento de Cultura, 2022. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Atualmente, o município dispõe de incentivos culturais, que são realizados através do Conselho Municipal de Cultura, do Fundo de Cultura e legislação própria. Atualmente, existem programas e leis do Estado no intuito de incentivo cultural. Entretanto, a realidade cultural de CDS não se enquadra nos termos da Lei Aldir Blanc, por exemplo.

No que tange ao turismo municipal, Coronel Domingos Soares não conta com o Plano Municipal de Turismo. Entretanto, o município aderiu à Agência de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná – IGR. Com isso já estão sendo realizados cursos de Receptivos Turísticos para capacitar Gestores do Turismo, Desenvolvimento de Rotas das Cachoeiras, Gastronomia, Ciclismos e Vinhos.



Devido à Lei do Turismo ser recente, o Município não conta com um calendário específico para a divulgação dos eventos turísticos municipais. Devido ao município ter aderido ao IGR, o mesmo já está incluso ao Mapa do Turismo, fazendo parte do 13º Distrito – Vales do Iguaçu.

Nos dias de hoje, os turismos que são explorados prioritariamente em CDS são: turismo ecológico (trilhas e rotas), turismo de aventura (rapel), turismo das águas (cachoeiras), cicloturismo e turismo religioso. Um dos principais pontos estratégicos no município é a Fazenda Tremassa, que oferece atividades turísticas de aventura, cachoeiras, rapel, camping etc.

Conforme informações da ETM, o município conta com mais de 30 Cachoeiras não catalogadas, que estão distribuídas pelo vasto território municipal. Assim, fica evidente a necessidade de investimento para o desenvolvimento de políticas que desenvolvam o turismo no território municipal.

## 5.8 ESPORTE E LAZER

De acordo com o departamento responsável, no que diz respeito ao esporte e lazer municipal, Coronel Domingos Soares conta com um ginásio de esportes (Figura 25), campo de futebol sete, campo sintético, uma quadra de areia que atualmente está em construção e um parquinho para as crianças.

*Figura 25 – Ginásio de Esportes*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

De acordo com o Departamento de Educação e Desporto, mesmo possuindo uma população pequena, já é necessária a construção de novos equipamentos de esporte e lazer para atendimento da população.

Foi informado que são desenvolvidos projetos na área esportiva e de recreação, tais como treinamentos e competições. São atendidas a população de 04 a 17 anos nas mais variadas modalidades esportivas, como: futsal, voleibol, xadrez e tênis de mesa. Também são realizadas competições adultas, como campeonatos municipais e participação em competições regionais.

*Figura 26 – Quadra Meu Campinho*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

De acordo com o departamento, desde 2020 não estão sendo realizadas atividades nas áreas rurais do município devido à pandemia de COVID-19. Entretanto, as atividades de futebol, futsal e voleibol irão ser retomadas aos poucos no ano de 2022.

No que diz respeito ao lazer municipal, foi informado que os locais que a população mais utiliza são a praça central, o ginásio de esporte e os campos de futebol. São realizados nesses locais caminhadas, a prática do futebol e do futsal, sendo essas as atividades mais desenvolvidas pelos munícipes. Foi informado que a praça central conta com um parquinho completo (Figura 27), bancos e academia ao ar livre, porém apenas alguns equipamentos estão em funcionamento. Conforme o Departamento, atualmente se encontra em fase inicial de construção uma nova área de lazer, constituída por uma quadra para futebol e vôlei de areia.

*Figura 27 – Parquinho municipal*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Ainda de acordo com o departamento, as principais demandas para o desenvolvimento futuro do esporte municipal são a necessidade de construção de novas quadras esportivas para atender a demanda de treinamentos, jogos e projetos, além, também, da construção de local adequado



para o atletismo. Já no que diz respeito ao desenvolvimento do lazer, foi apontada a necessidade de implementação de novos equipamentos voltados às atividades ao ar-livre, destacando-se implementação de pistas de atletismo e skate.

### 5.9 CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Coronel Domingos Soares conta com sete cemitérios municipais, um localizado na sede urbana e os demais distribuídos pelas áreas rurais do município. Todos os cemitérios são administrados pelo Município e, de acordo com a ETM, todos os cemitérios são limpos pela Administração Pública e pelos moradores das regiões próximas.

Conforme Quadro 14, é possível avaliar quais são as condições de vida útil, a atual situação de licenciamento e sua ordem de utilização.

**Quadro 14 – Situação dos cemitérios**

Nome Cemitério	Localização	Vida útil	Utilização	Licenciamento
Sede	Sede urbana	Sem vida útil	mais utilizado	não licenciado
São João	Área rural	10 anos	pouco utilizado	não licenciado
Passo Fundo	Área rural	20 anos	pouco utilizado	não licenciado
Butiá	Área rural	20 anos	pouco utilizado	não licenciado
Pirapó	Área rural	20 anos	pouco utilizado	não licenciado
Iratim	Área rural	Sem vida útil	pouco utilizado	não licenciado
Bom Retiro	Área rural	-	pouco utilizado	não licenciado

Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, 2022. Dados trabalhos por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

De acordo com a ETM, todos os cemitérios possuem mais de 50 anos de implantação no território municipal e nenhum possui licenciamento perante os órgãos responsáveis. Ainda de acordo com a ETM, o cemitério da sede urbana está localizado dentro de uma área de Preservação Permanente e próximo ao poço artesiano de captação de água. Levando isso em consideração, é necessário realizar a regularização dos cemitérios junto aos órgãos fiscalizadores, no intuito de inibir que os lençóis freáticos municipais sofram contaminações.



*Figura 28 – Cemitério da Sede Municipal*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

No que diz respeito à Capela Mortuária, o município conta com apenas uma, localizada na sede urbana. Já no que diz respeito aos serviços funerários, o mesmo é realizado por empresa particular, que visa atender toda a população municipal.

#### 5.10 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

O policiamento de Coronel Domingos Soares é realizado pelo 3º Batalhão da Polícia Militar. Atualmente, está localizado na R. Vereador José Maria Beles da Silveira, 3250. Entretanto, de acordo com a ETM, será executada uma nova edificação para a Delegacia, e essa nova construção será executada em parceria com a SEDU.

*Figura 29 – Equipamento de Segurança*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Não foram apresentados dados a respeito da frota veicular. Contudo, foi informado pela ETM que o contingente de atuação e atendimento é insuficiente. Mesmo havendo estrutura para os atendimentos oferecidos pela delegacia, o quadro de funcionários efetivos é insuficiente. Os atendimentos em sua maioria são realizados pelos profissionais do município limítrofe – Palmas.



As ocorrências mais comuns na área urbana são vandalismos, como o roubo de fios de luz, destruição da iluminação pública e assalto nos comércios. Já na área rural, as ocorrências possuem um aumento principalmente durante a colheita de grãos ou extração de pinhão. Entretanto, conforme citado anteriormente a situação de atendimento é crítica devido ao baixo contingente profissional.

Coronel Domingos Soares não conta com Corpo de Bombeiros. Sendo assim, as ocorrências de incêndios e acidentes são atendidas pela equipe do município de Palmas. O município conta com uma equipe de Defesa Civil e a mesma é atuante e realiza diversos atendimentos.

A principal demanda da segurança pública municipal é a necessidade de aumento do contingente profissional, devido à extensa área municipal.

Os equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social, cultura e turismo, esporte e lazer, cemitérios e serviços funerários e da segurança pública estão presentes no Mapa 3.



396500

397000

397500

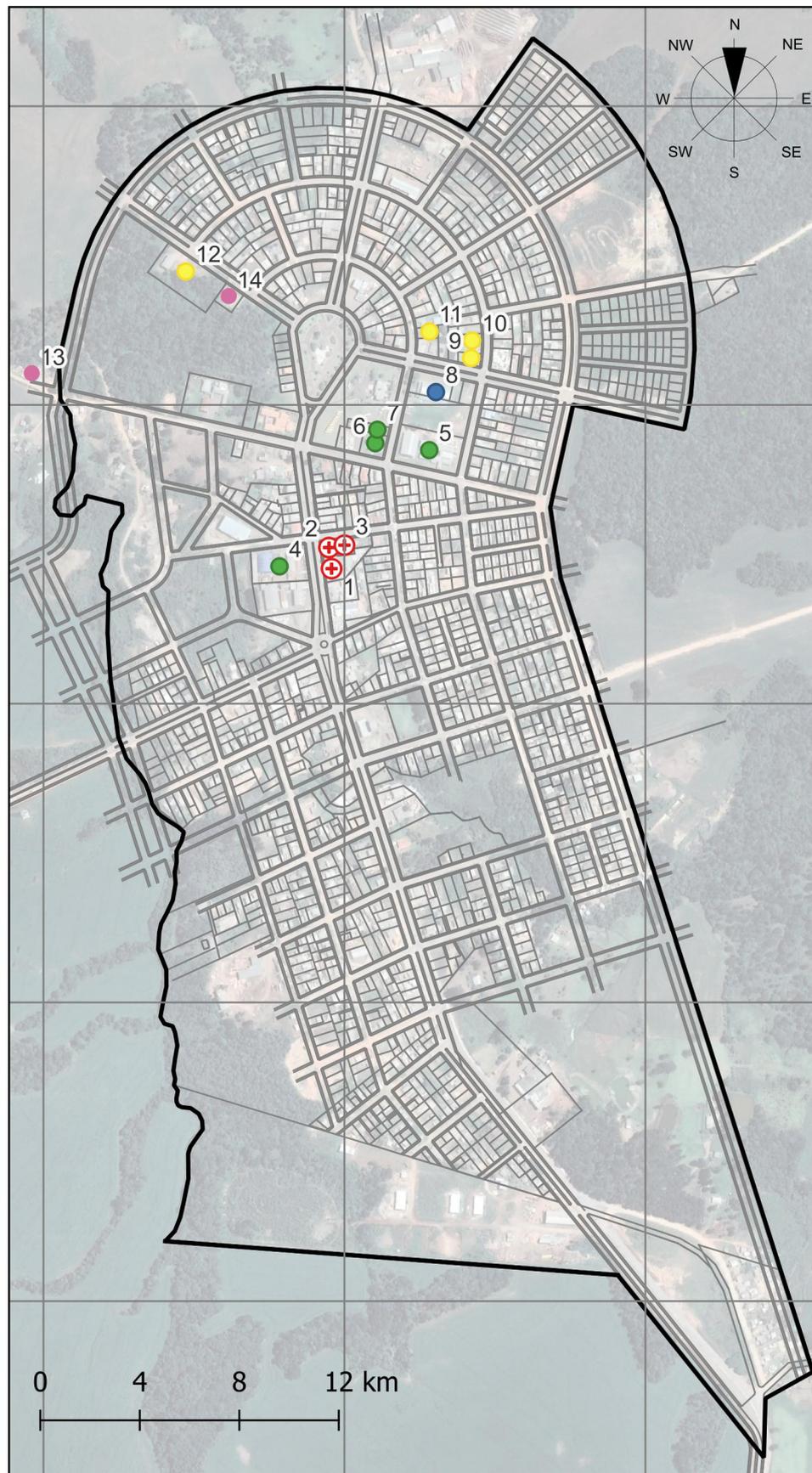
7099500

7099000

7098500

7098000

7097500



### Equipamentos de Infraestrutura

- + 01 - Centro de Saúde
- + 02 - Academia de Saúde
- + 03 - Unidade Básica de Saúde
- 04 - Colégio Estadual Santa Catarina
- 05 - Escola Municipal Coronel Domingos Soares
- 06 - Creche Municipal
- 07 - Biblioteca Municipal
- 08 - Ginásio de Esportes
- 09 - Provopar
- 10 - CRAS - Casa Fia
- 11 - Casa Lar
- 12 - Clube do Idoso
- 13 - Cemitério Municipal
- 14 - Capela Mortuária
- Perímetro Urbano
- Malha Urbana

396500

397000

397500

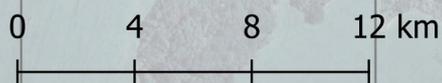
7099500

7099000

7098500

7098000

7097500



**Plano Diretor Municipal de Coronel Domingos Soares**



**Mapa 3 - Equipamentos de Infraestrutura**

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S. Base de Dados: ITCG, 2010; IAT, 2020; TOPODATA, 2020; Esri, HERE, Garmin.

**Coordenador:**

Henrique Ferrarini  
CAU A132542-6

**Equipe técnica:**

DRZ - Gestão de Cidades



# FASE II - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARTE 2





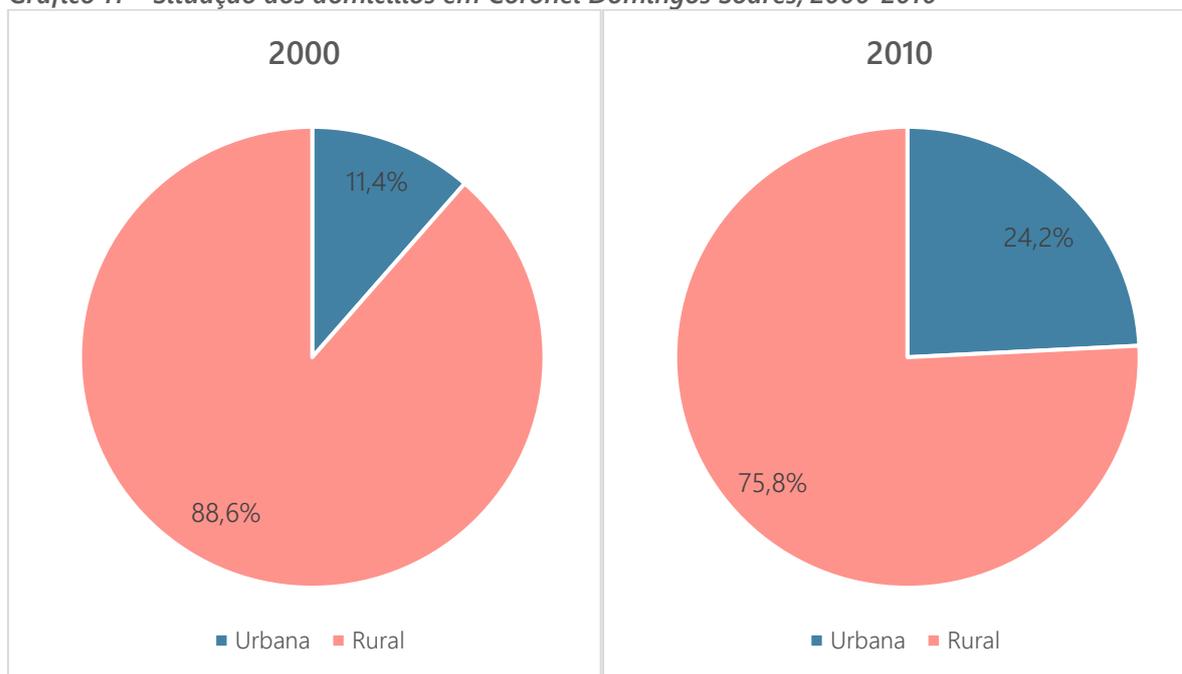
## 6. CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS

A análise sobre as condições fundiárias é relevante para a formulação adequada das diretrizes e políticas na área habitacional no município. Os dados do ano 2000 (Censo Demográfico do IBGE) contribuíram para a elaboração do PDM de 2012, os dados de 2010 (último Censo realizado) e as informações fornecidas pela ETM da Revisão do PDM de Coronel Domingos Soares – CDS possibilitam a comparação dos índices para que seja identificada a situação do município.

### 6.1 CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

Levando em consideração os últimos censos demográficos realizados pelo IBGE, e comparando-os, é possível notar um aumento da população urbana existente em CDS, que chegou a dobrar em 2010, passando de 11,4% nos anos 2000 para 24,2% em 2010 (Gráfico 11). Entretanto, quando levamos em consideração que o último censo foi realizado há mais de uma década, é possível afirmar que a taxa de urbanização atualmente tende a ser consideravelmente maior. Para a realização dessa análise, optou-se por utilizar somente os dados oficiais disponíveis.

*Gráfico 11 – Situação dos domicílios em Coronel Domingos Soares, 2000-2010*



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Assim como na população municipal total, houve um crescimento considerável da população urbana nos anos que separam a realização dos censos demográficos. Essa população em questão chegou a dobrar em 10 anos, tendo um crescimento de 956 pessoas<sup>21</sup>. Levando em consideração esse aumento da população urbana, é evidente que devem ser pensadas ações para mitigar o impacto negativo devido à falta de planejamento urbano.

<sup>21</sup> 797 em 2000 e 1.753 em 2010 (IBGE – Censos Demográficos).



A respeito da distribuição populacional, é possível analisar o número de moradores por domicílios na Tabela 12. Assim como em 2000, em 2010 o mais comum eram os domicílios que possuíam de 3 a 4 pessoas, tanto na área rural quanto na área urbana. É possível ainda, quando comparados os dados apresentados na Tabela 12, notar um aumento na quantidade de domicílios com 1 a 4 moradores, uma certa estabilidade nos domicílios com 5 moradores e uma redução nos domicílios com 6 ou mais moradores.

**Tabela 12 – Número de moradores por domicílios em Coronel Domingos Soares, 2000-2010**

	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1 morador	96	3	93	167	33	134
2 moradores	227	35	192	397	112	285
3 moradores	359	63	296	560	156	404
4 moradores	372	55	317	452	119	333
5 moradores	272	22	250	272	51	221
6 moradores	165	20	145	116	27	89
7 moradores	68	6	62	53	9	44
8 moradores	37	2	35	20	3	17
9 moradores	23	-	23	11	3	8
10 moradores	9	-	9	3	1	2
11 moradores ou mais	14	1	13	4	1	3
Total	1.642	207	1.435	2.055	514	1.541

Fonte: IBGE /SIDRA, 2022 (Tabela 185). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

**Tabela 13 – Domicílios particulares permanentes em Coronel Domingos Soares por condições de ocupação, 2000-2010**

Condição de Ocupação	2000		2010	
	Nº de domicílios	%	Nº de domicílios	%
Próprio já quitado	873	53,2	1.177	57,1
Próprio em aquisição	70	4,3	53	2,6
Alugado	52	3,2	143	6,9
Cedido	535	32,6	663	32,2
Outra Condição	112	6,8	24	1,2
Total	1.642	100	2.061	100

Fonte: IBGE /SIDRA, 2022 (Tabela 1435 e 3513). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Baseado nos dados apresentados na Tabela 13, conclui-se que:

- A maioria dos domicílios existentes em CDS já são próprios e já quitados (53,2% em 2000 e 57,1% em 2010);
- Entre os anos 2000 e 2010 houve uma redução expressiva na proporção de domicílios próprios em aquisição (4,3% para 2,6%), já os domicílios alugados sofreram um pequeno crescimento (3,2% para 6,9%).



A classificação do IBGE para domicílios particulares permanentes é dividida em três categorias, conforme sua adequação. Conforme Tabela 14, conclui-se que 72,9% dos domicílios estão semiadequados, ou seja, 1 ou mais componentes estão adequados, o que demonstra a necessidade de investimentos e que sejam elaboradas políticas capazes de solucionar essas carências apontadas.

**Tabela 14 – Domicílios particulares permanentes por adequação de moradia em Coronel Domingos Soares, 2010**

<b>Categoria</b>	<b>Domicílio</b>	<b>%</b>
<b>Adequada</b>	375	18,2
<b>Semiadequada</b>	1.503	72,9
<b>Inadequada</b>	183	8,9

Nota: A adequação da moradia foi definida como:

- a) Adequada - quando o domicílio atendia a todas as seguintes condições: até dois moradores por dormitório; abastecimento de água por rede geral de distribuição; esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial, ou por fossa séptica; e lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza;
- b) Semiadequada – quando o domicílio tem 1 ou mais das condições adequadas;
- c) Inadequada - quando o domicílio não apresentava sequer uma das condições definidas para a condição de adequada (IBGE, 2021).

Fonte: IBGE / SIDRA, 2021 (Tabela 3513). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

**Tabela 15 – Componentes de inadequação dos domicílios urbanos em Coronel Domingos Soares**

	<b>Domicílios Urbanos</b>
<b>Inadequação por abastecimento de água (poço ou rede)</b>	2,56
<b>Inadequação por esgotamento sanitário</b>	151
<b>Inadequação por iluminação elétrica</b>	6,45
<b>Pelo menos um componente de infraestrutura inadequada</b>	155
<b>Adensamento excessivo em domicílios próprios</b>	9

Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Levando em consideração apenas os domicílios inadequados nas áreas urbanas municipais, a Fundação João Pinheiro apresenta um detalhamento de qual componente estava inadequado nos domicílios (Tabela 15). De acordo com os dados apresentados, a inadequação mais comum foi em relação ao sistema de esgotamento sanitário, ou seja, domicílios que não possuem fossas sépticas ou acesso à rede de coleta de esgoto. Problemas esses que perduram até os dias de hoje, conforme abordado no item Esgotamento Sanitário, presente no documento – Fase II Análise Temática Integrada – Parte 1.

### 6.1.1 DÉFICIT HABITACIONAL

O déficit habitacional está relacionado diretamente às deficiências do estoque de moradias que englobam aquelas sem condições de serem habitadas, devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas.

Inclui-se ainda, no déficit habitacional, a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias conviventes), aos moradores de baixa renda sem condições



de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grandes densidades demográficas. A moradia em imóveis em locais com fins não residenciais também faz parte desse conceito.

Desta forma, três fatores compõem o cálculo de déficit habitacional: domicílios improvisados<sup>22</sup>; famílias conviventes<sup>23</sup>; coabitação disfarçada<sup>24</sup>. Vale destacar que os dados disponibilizados pela Fundação João Pinheiro e utilizados para essa análise são datados de 2010. Além desses, existem também dados disponibilizados pela COHAPAR, entretanto não estão detalhados conforme os da FJP. O déficit habitacional do município, em 2010, era de 241 no total; já em 2022, era de 313 novas unidades habitacionais.

Conforme os dados apresentados na Tabela 16, é evidente que em 2010 a maioria do déficit habitacional de Coronel Domingos Soares era nas áreas rurais do município, chegando a 172 residências (71%). No mesmo período analisado, o déficit urbano era de 69 habitações (29%). Em 2022, os dados são referentes apenas ao déficit total municipal, que era de 313 habitações, tendo um considerável crescimento de 30%.

**Tabela 16 – Déficit Habitacional em Coronel Domingos Soares, 2010-2021**

Déficit Habitacional	2010		2021
	Total	Total relativo* (%)	Total
Urbano	69	29	-
Rural	172	71	-
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>100</b>	<b>313</b>

Nota: (\*) Porcentagem do déficit total em relação ao número de domicílios particulares permanentes.

Fonte: FJP, 2010. COHAPAR, 2021. Dados Trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Os componentes que compõem o déficit habitacional estão presentes na Tabela 17. Nas áreas rurais do município, o déficit era composto de forma majoritária por domicílios precários, já na área rural, era pela coabitação familiar. De acordo com a ETM, as habitações em condições precárias estão localizadas em locais de invasão.

**Tabela 17 – Componentes do Déficit Habitacional em Coronel Domingos Soares, 2010**

Déficit Habitacional	Urbano	Rural	Total
Domicílios precários	21	116	137
Coabitação familiar	20	57	77
Ônus excessivo com aluguel	-	-	17
Adensamento de domicílios alugados	10	-	10
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>173</b>	<b>241</b>

Nota: (\*) Ônus com aluguel somente foram avaliados nas áreas urbanas.

Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

<sup>22</sup>Domicílios Improvisados são os locais e imóveis sem fins residenciais e que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, pontes, viadutos, carros abandonados, cavernas, entre outros.).

<sup>23</sup> Famílias Conviventes: mais de uma família residindo no mesmo domicílio.

<sup>24</sup> Coabitação disfarçada: mais de uma família que apresenta laço de parentesco residindo no mesmo domicílio.



*Figura 30 – Habitação em condição precária*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

É importante destacar que, no mesmo ano, a quantidade de domicílios vagos na área rural de CDS supriria a demanda do déficit habitacional rural e urbano. Entretanto, é necessário que o Município desenvolva novos programas habitacionais em conjunto com os governos estadual e federal.

*Tabela 18 – Domicílios vagos em Coronel Domingos Soares, 2010*

Domicílios vagos	Total	Total relativo* (%)
Urbano	74	27,5
Rural	195	72,5
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>100</b>

Nota: (\*) Porcentagem em relação ao número de domicílios particulares permanentes.

Fonte: FJP, 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

### 6.1.2 PROGRAGAMAS HABITACIONAIS

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituído pela Lei nº 11.124/2005, é um sistema de gestão descentralizado, democrático e participativo, que tem como objetivo principal o equacionamento do problema do déficit habitacional por meio de programas e ações que invistam na melhoria das condições de habitualidade, incorporando o planejamento e provisão habitacional, a urbanização, regularização e integração de assentamentos precários e a assistência técnica.

As áreas voltadas para as habitações de interesse social, denominadas como MEIS estabelecidas em 2012, possuem atualmente áreas vazias passíveis de implantação de novos programas habitacionais. Porém, visando os próximos dez anos de desenvolvimento municipal, é necessário que sejam pensadas novas áreas para a implementação de novos empreendimentos de habitação social através de programas habitacionais, além também de colaborar com o processo de regularização fundiária das ocupações irregulares existentes.



Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Regional (2022)<sup>25</sup>, a atual situação de CDS referente à adesão ao SNHIS é categorizada como pendente. Tal condição é derivada da ausência de algumas informações necessárias para adesão ao programa. De acordo com os dados do MDR, o município não conta com o Plano de Habitação de Interesse Social. Porém, o mesmo foi elaborado em 2012.

De acordo com a ETM, foram implantados ao longo dos anos novos loteamentos de habitação popular. Foi implementado no município uma Vila Rural<sup>26</sup> no ano de 2001, beneficiando 63 famílias. Atualmente, o Poder Público Municipal em parceria com a COHAPAR estão tramitando um novo projeto para aprovação de 29 unidades habitacionais; essas, por sua vez, serão implantadas ao longo da av. das Araucárias, na entrada da sede urbana municipal.

### 6.1.3 OCUPAÇÕES IRREGULARES

Os loteamentos irregulares são aqueles que descumprem a legislação urbanística e/ou ambiental, civil, penal e do registro de imóveis, quando parcelam clandestinamente, demarcam e subdividem lotes e pavimentam ruas sem qualquer permissão do Poder Público.

Baseado em dados fornecidos pela ETM e disponibilizados pela COHAPAR, foi possível desenvolver um mapeamento de onde estão localizadas as ocupações e loteamentos irregulares de CDS (Figura 31). Atualmente, além dos loteamentos demarcados (Figura 31), existem cerca de 60 habitações irregulares, que em sua maioria se encontram em condições precárias.

De acordo com a COHAPAR e de seu levantamento in loco, em 2019 a realidade dos loteamentos clandestinos era a seguinte (Quadro 15):

**Quadro 15 – Situação da Área dos Loteamentos Clandestinos em 2019**

<b>Loteamento Suely Ferreira Pires</b>	
Anos de existência do loteamento	16
Total de edificações	60
Total de lotes vazios	23
Total de unidades	83
<b>Loteamento Tia Joana I</b>	
Anos de existência do loteamento	15
Total de edificações	33
Total de lotes vazios	9
Total de unidades	42
<b>Loteamento Afonso</b>	
Anos de existência do loteamento	19
Total de edificações	29
Total de lotes vazios	4

<sup>25</sup> Ministério do Desenvolvimento Regional, 2022.

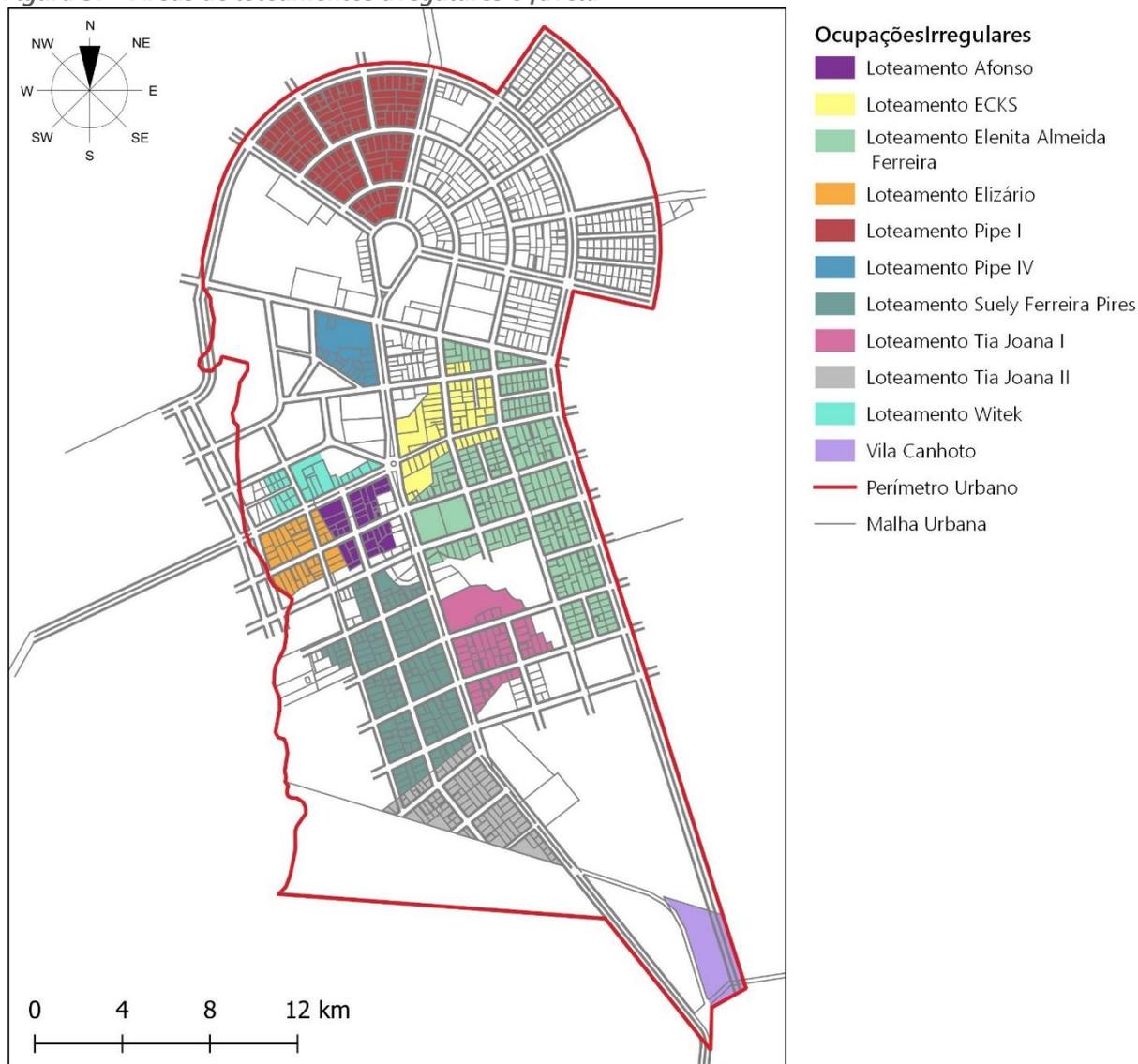
<sup>26</sup> Lei Municipal 152/2001.



Total de unidades	33
<b>Loteamento Pipe I</b>	
Anos de existência do loteamento	19
Total de edificações	81
Total de lotes vazios	27
Total de unidades	108
<b>Loteamento ECKS</b>	
Anos de existência do loteamento	19
Total de edificações	42
Total de lotes vazios	10
Total de unidades	52
<b>Loteamento Elizário</b>	
Anos de existência do loteamento	19
Total de edificações	25
Total de lotes vazios	4
Total de unidades	29
<b>Loteamento Elenita Almeida Ferreira</b>	
Anos de existência do loteamento	19
Total de edificações	210
Total de lotes vazios	23
Total de unidades	233
<b>Loteamento Witek</b>	
Anos de existência do loteamento	15
Total de edificações	24
Total de lotes vazios	4
Total de unidades	28
<b>Loteamento Tia Joana II</b>	
Anos de existência do loteamento	15
Total de edificações	69
Total de lotes vazios	20
Total de unidades	89
<b>Loteamento Pipe IV</b>	
Anos de existência do loteamento	19
Total de edificações	20
Total de lotes vazios	5
Total de unidades	25
<b>Vila Canhoto</b>	
Anos de existência do loteamento	21
Total de edificações	29
Total de lotes vazios	2
Total de unidades	31

Fonte: COHAPAR, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Figura 31 – Áreas de loteamentos irregulares e favela

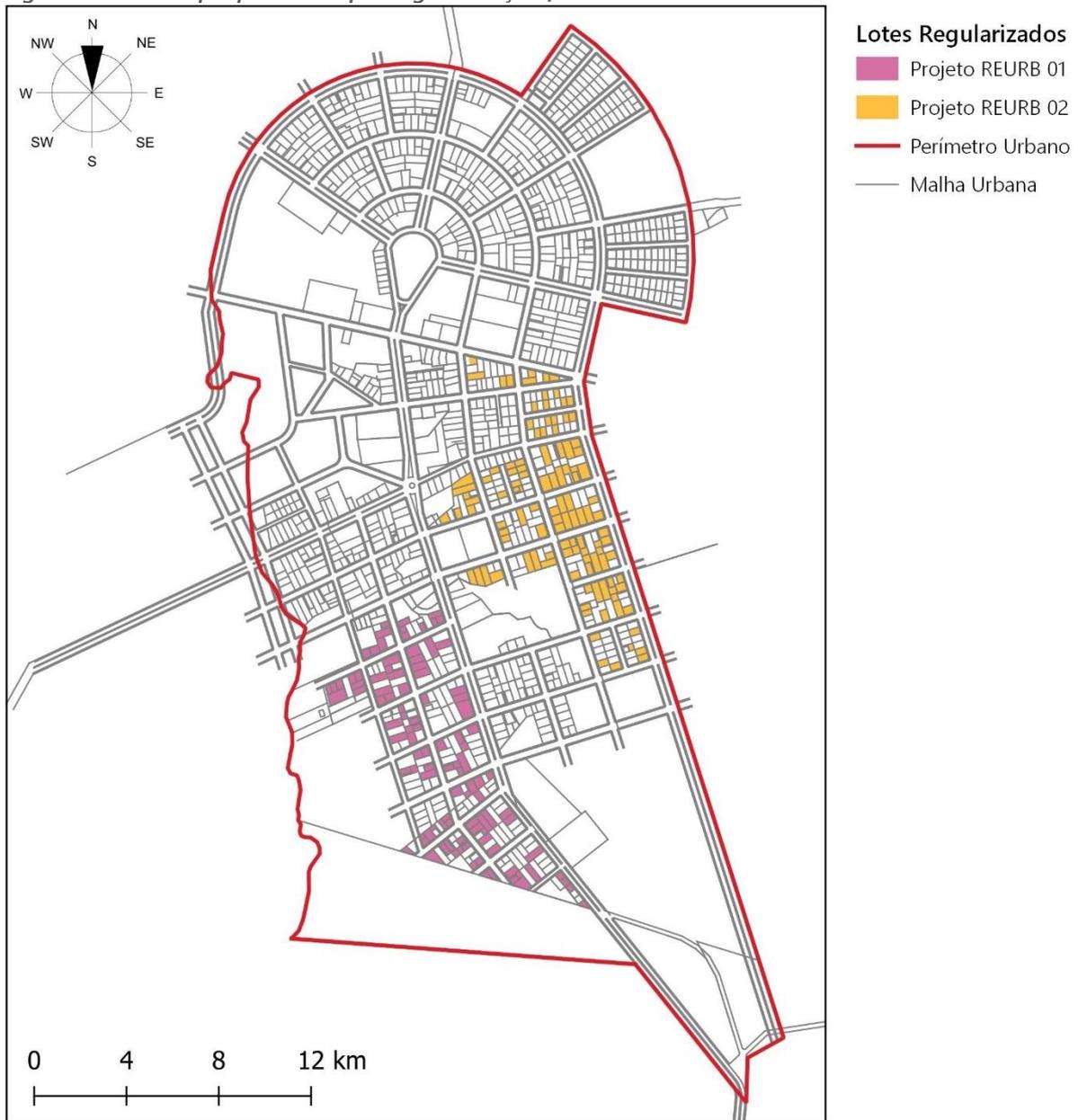


Fonte: SISPEHIS, COHAPAR, 2022. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Após análise do Quadro 15, fica evidente que todos os loteamentos são datados de um período anterior ao PDM de 2012, e alguns possuem entre 21 e 19 anos de existência. De acordo com os dados disponíveis no SISPEHIS, em 2019 existiam cerca de 131 lotes irregulares vazios na área urbana municipal. Levando em consideração esse alto índice de loteamentos irregulares e de lotes vazios, é importante destacar que futuramente deverão ser desenvolvidas ações no intuito de cobrir novos loteamentos e parcelamentos irregulares pelo território municipal.

No que diz respeito à regularização fundiária, conforme informações disponibilizadas pela ETM, nos últimos 10 anos foram realizados dois processos do tipo REURB em localidades do perímetro urbano. O projeto 01, onde foram regularizados 105 lotes, e o Projeto 02, com 110 lotes, conforme Figura 32.

Figura 32 – Lotes que passaram por regularização fundiária



Fonte: SISPEHIS, COHAPAR, 2022. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Vale enfatizar que baseada nas informações disponibilizadas pela COHAPAR, existe aprovada pela Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares uma legislação que visa à regularização de todos os loteamentos existentes na área urbana municipal<sup>27</sup>. Entretanto, tal legislação não foi disponibilizada. Além disso, também foi destacado que o município está passando por um processo para a implantação de projeto de diversas obras de urbanização.

<sup>27</sup>SISPEHIS, 2019.





## 7. CAPACIDADE DE SUPORTE ATUAL E FUTURA

Deve-se ter em mente que o cenário futuro considerado é, principalmente, estimado pelas tendências de variação populacional prováveis para o município, ou seja, caso não haja nenhuma mudança brusca que estimule um rápido crescimento populacional ou até mesmo uma redução inesperada no número de habitantes.

### 7.1 PROJEÇÃO POPULACIONAL

Suprir as necessidades básicas de uma população requer, entre outras ações, a formulação de planos e programas sociais que, para serem implementados de maneira adequada, precisam, no mínimo, se basear em uma previsão do tamanho desta população. As projeções populacionais auxiliam o setor público no conhecimento e quantificação de demandas futuras de diversas naturezas<sup>28</sup>.

Diversos são os métodos e modelos matemáticos aplicados aos estudos populacionais. Dados históricos e socioeconômicos, como os índices demográficos disponíveis, são variáveis importantes e que devem ser analisadas no processo, considerando que cada município possui uma realidade particular.

Em julho de 2018, com uso dos dados de registros de nascimentos entre os anos de 2000 e 2016, visando dar continuidade na atuação sobre a área de projeção populacional do Estado do Paraná, o IBGE realizou um estudo atualizando as projeções realizadas em anos anteriores. Levando em consideração essa revisão realizada pelo IBGE, o IPARDES revisou as projeções populacionais dos municípios paranaenses, de maneira a compatibilizar ambas as projeções (IBGE e IPARDES).

De acordo com o IPARDES, o método adotado para as projeções municipais, reproduzidas nas análises desse estudo, foi o método de relação de coortes<sup>29</sup>. Para a sua execução, são necessários dados de população por sexo e por grupos etários, além das Projeções e Retroprojeções obtidas nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Ainda conforme o IPARDES:

*“Esse método utilizado tem a vantagem de trabalhar a estrutura populacional dos municípios, levando em consideração as mudanças demográficas que possam ocorrer ao longo do período projetado, possibilitando realizar projeções para períodos quinquenais. Para os anos intermediários das projeções quinquenais inicialmente calculadas, utilizou-se o procedimento de interpolação linear para realizar as estimações correspondentes a esses anos intermediários.” IPARDES, 2018, p. 2.*

<sup>28</sup> BRITO et al., 2010.

<sup>29</sup> DUCHENSE, 1989.



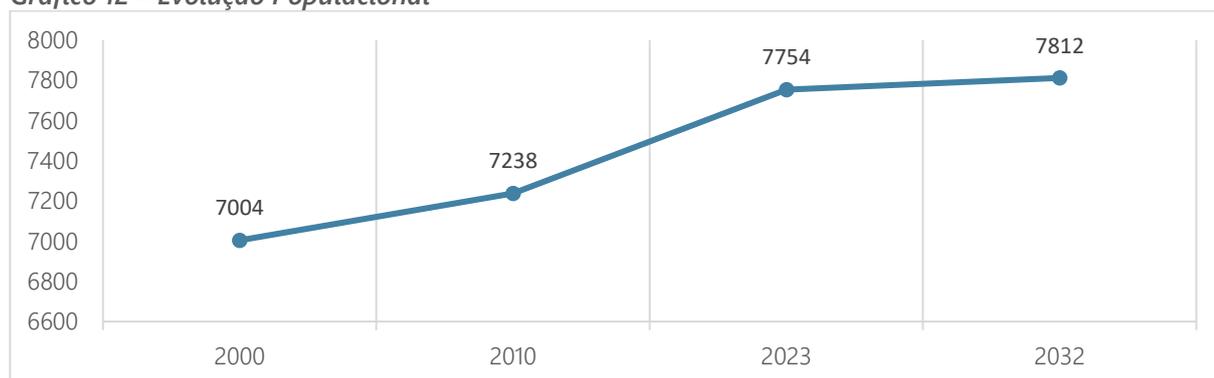
As informações desenvolvidas para o município de CDS estão expressas no Quadro 16, levando em consideração um horizonte de 10 anos após a aprovação desta revisão do PDM.

**Quadro 16 – Projeção populacional, 2023-2032**

2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
7.754	7.764	7.778	7.788	7.796	7.802	7.809	7.810	7.810	7.812

Fonte: IBGE, 2017. IPARDES, 2019. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

**Gráfico 12 – Evolução Populacional**



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010. IPARDES, 2019. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Conforme o Gráfico 12, é possível verificar a curva de crescimento populacional com os dados oficiais dos dois últimos Censos Demográficos mais o cálculo da projeção populacional realizado pelo IPARDES para os anos de 2023 a 2032. Vale ressaltar ainda que, como já visto na análise das condições fundiárias, a população total do município tende ao crescimento.

## 7.2 EXPANSÃO URBANA

Considerando os assuntos abordados até a presente etapa e somados a outros aspectos, como as restrições ao uso e ocupações antrópicas (Parte 1 da Análise Temática Integrada – Item 3.2 Aptidão ao Uso e Ocupação Antrópica), as dinâmicas imobiliárias e tendências de mercados e as condições geográficas, é possível definir quais áreas são adequadas para que seja realizada a expansão urbana de Coronel Domingos Soares.

Atualmente, conforme Figura 33, é possível notar no perímetro urbano da sede municipal a existência de apenas três grandes glebas vazias, duas localizadas a nordeste e outra a sudeste, sendo todas passíveis de parcelamento e ocupação do solo urbano. Além disso, levando em consideração levantamento por satélite, apenas cerca de 18,76% das áreas internas ao perímetro urbano estão vazias. Com isso, nessa revisão far-se-á necessidade de expansão do atual perímetro urbano vigente, e também a previsão de áreas passíveis de expansão urbana para o próximo decênio de desenvolvimento da área urbana municipal.

No que tange às áreas urbanas já consolidadas, é evidente a necessidade de investimentos nas questões básicas de infraestrutura e urbanização, assim como já vem sendo realizada ao longo da av. das Araucárias. Quando forem realizados novos parcelamentos, é imprescindível que as novas áreas a serem parceladas e ocupadas estejam próximas das malhas urbanas existentes, facilitando assim a oferta e manutenção dos serviços de infraestrutura.

Levando em consideração a atual realidade municipal, assim como citado anteriormente, recomenda-se que haja a ampliação do perímetro urbano vigente, devido à existência de baixa quantidade de áreas vazias.

Caso futuramente sejam realizadas alterações no perímetro urbano, que serão definidas na presente revisão do PDM, é necessário que as leis do zoneamento e do sistema viário também sejam adequadas.

**Figura 33 – Atual uso dos perímetros urbanos**



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

### 7.3 CAPACIDADE DE SUPORTE

O presente capítulo visa avaliar a capacidade de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, considerando tanto o uso e ocupação do solo atual quanto o cenário futuro de expansão urbana.

#### 7.3.1 CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL



Conforme apresentado nos tópicos onde foram tratadas as características ambientais, Coronel Domingos Soares não apresenta grandes problemas relacionados ao meio ambiente. Em linhas gerais se destacam algumas particularidades de maneira prioritária:

- é necessário que sejam elaboradas ações voltadas à manutenção da vegetação nativa existente, principalmente nas áreas internas ao perímetro urbano;
- no que diz respeito à recuperação de Áreas de Preservação Permanente degradadas, é preciso desenvolver ações e parcerias público-privadas para a recuperação e conservação dessas áreas, principalmente nos cursos hídricos internos à área urbana;
- o município deverá elaborar e aprovar de forma prioritária o Plano de Arborização Municipal, uma vez que desde o PDM de 2012 foi identificada uma grande desvalorização da arborização urbana básica;
- os cursos d'água internos aos perímetros urbanos deverão receber atenção e fiscalização recorrente, no intuito de que não sejam poluídos.

Como já apontado no item 3.2 APTIDÃO AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICA, é necessário que sejam levadas em considerações as restrições decorrentes da existência de indústrias próximas à sede urbana (norte do perímetro). Devem ser levadas em consideração também as áreas de APP e as áreas de remanescentes florestais localizadas internamente e que circundam o perímetro urbano.

Levando em consideração as grandes áreas de matas densas distribuídas pelo limite municipal, se recomenda que sejam implementadas áreas de RPPN, novas áreas de Estações Ecológicas e Reservas Biológicas pelo território municipal.

Levando em consideração as restrições apontadas, o município de Coronel Domingos Soares não terá problemas de suporte ambiental nos próximos 10 anos de desenvolvimento. Além de

ambientalmente suportar o uso e ocupação humana, vale destacar também alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 que podem ser cumpridos ainda com políticas adequadas voltadas ao meio ambiente.



### 7.3.2 CAPACIDADE DE SUPORTE DE INFRAESTRUTURA



Atualmente, a infraestrutura de Coronel Domingos Soares possui uma capacidade de suporte que pode ser enquadrada como regular para o atendimento da demanda da população residente e futura. Destacam-se alguns aspectos positivos e negativos:

Pontos positivos:

- toda a população (urbana e rural) tem acesso à água tratada;
- sistema de coleta de resíduos sólidos atende toda a área urbana municipal e localidades rurais;
- amplas áreas verdes internas ao perímetro urbano; possibilidade de criação de parques para a população;
- áreas urbanas e rurais possuem atendimento de energia elétrica;
- grandes investimentos na melhoria da infraestrutura viária e drenagem pluvial urbana.

Pontos negativos:

- inexistência de sistema de tratamento de esgoto;
- falta de investimento na cultura e no turismo municipal;
- necessária adequação dos cemitérios municipais.

Apesar do grande investimento que vem sendo realizado no desenvolvimento da infraestrutura urbana, é evidente a necessidade de continuidade dessas ações visando a melhoria da qualidade de vida da população. Com isso em mente, deverão ser levados em consideração os princípios de acessibilidade e sustentabilidade para que sejam realizados os novos investimentos em infraestrutura.



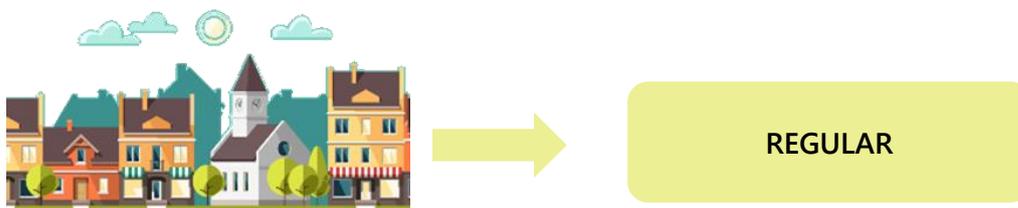
Também é necessário que o Poder Público Municipal elabore ações no município no intuito de atrair novas indústrias para CDS, com a premissa de gerar novos empregos e renda para a população.

Quanto ao turismo municipal, fica evidente o grande potencial voltado ao turismo ecológico e rural existente em Coronel Domingos Soares. É imprescindível que sejam elaboradas ações para que o turismo municipal seja difundido de forma que atraia mais visitantes. Atualmente, o município já está desenvolvendo ações pontuais para o desenvolvimento turístico.

A seguir estão alguns ODS que têm relação direta com a melhoria da infraestrutura local, para que essa dê o suporte adequado à ocupação antrópica, em especial das áreas urbanas.



### 7.3.3 CAPACIDADE DE SUPORTE AOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS



Os equipamentos e a oferta de serviços públicos existentes atualmente suprem a demanda municipal. Porém, existem ressalvas, tais como a necessidade de reformas e adequações às normas vigentes de acessibilidade universal<sup>30</sup>. Para que nos próximos 10 anos os serviços continuem sendo realizados e ofertados de forma satisfatória e eficiente, é necessário que sejam desenvolvidas certas ações, tais como:

- necessidade de adequação dos equipamentos públicos municipais que não atendam às normas de acessibilidade
- adequação dos equipamentos que necessitam de reformas de ampliação, conforme previamente apontado;
- imprescindível a implementação de atividades e equipamentos que atendam e supram a demanda na área da cultura, esporte e lazer;

<sup>30</sup> NBR 9050/2020.



- necessária a atualização da Base Cadastral e da Planta Genérica de Valores devido à defasagem;
- também é evidente a necessidade de atualização do zoneamento existente no município, uma vez que o poder público municipal não dispõe dos arquivos para disponibilização da população;
- o cemitério da sede urbana não comporta a demanda atual e futura, de forma que é necessária à sua ampliação. Também é necessária a adequação às normas ambientais.

Além dos pontos citados, é necessário que sejam realizados investimentos na criação de um cadastro multifinalitário municipal, no intuito de que sejam unificadas as informações a respeito do território municipal, servindo como base de dados para o planejamento urbano e rural e como ferramenta de gestão para a tomada de decisões inteligentes.

Para que os equipamentos possuam capacidade de suporte dos serviços públicos, é necessário que sejam realizados investimentos em modernização dos serviços, capacitação dos servidores e melhoria das estruturas físicas dos equipamentos.

A seguir estão alguns ODS que têm relação direta com a melhoria dos serviços municipais.





# FASE II - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

## PARTE 3





## 8. MOBILIDADE URBANA

A Política de Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587/2012, que deve ser seguida em todo país, e fundamenta-se nos princípios de acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável, equidade no acesso ao transporte coletivo e ao espaço público, gestão democrática, segurança no deslocamento, justa distribuição de ônus e bônus e a eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana e na prestação de serviços de transporte.

### 8.1 DESLOCAMENTO NÃO-MOTORIZADO

#### 8.1.1 DESLOCAMENTO DE PEDESTRES

No planejamento dos deslocamentos e nos investimentos em infraestrutura urbana para a circulação de pessoas deve ser considerada: a qualidade das calçadas; existência de rotas exclusivas para pedestres; a iluminação pública; arborização urbana.

Considerada como a infraestrutura que mais impacta no deslocamento a pé, as calçadas para serem adequadas, precisam cumprir com os seguintes requisitos<sup>31</sup>:

- acessibilidade: deve assegurar a completa mobilidade dos usuários;
- largura adequada: deve atender as dimensões mínimas na faixa livre;
- continuidade: piso liso e antiderrapante, mesmo quando molhado, quase horizontal, com declividade transversal para o escoamento de águas pluviais de não mais de 3%. Não devem existir obstáculos dentro do espaço livre ocupado pelo pedestre;
- segurança: não oferecer ao pedestre perigo de queda ou tropeço;
- espaços de socialização: deve oferecer espaços de encontro entre as pessoas para a interação social a área pública;
- desenho da paisagem: deve propiciar climas agradáveis que contribuam para o conforto visual do usuário.

Atualmente, assim como apontado em 2012, o calçamento municipal ainda é deficitário na área urbana de Coronel Domingos Soares. Não existem informações a respeito da quantidade de vias que possuem passeios públicos na área urbana de Coronel Domingos Soares. É comum encontrar poucas vias onde o calçamento é igual ao apresentado na Figura 34.

Após visita *in loco*, é possível notar a inexistência de calçamento nas áreas afastadas da principal avenida municipal (Figura 35). Sendo assim, fica evidente a necessidade do Poder Executivo Municipal, desenvolver ações para a adequação do calçamento público municipal. Também é clara a necessidade de que seja estabelecido um padrão de calçadas a serem seguidas nas áreas

<sup>31</sup> BRASIL, 2015.

urbanas municipais, que leve as normas de acessibilidade universal, e que deverá ser seguido e cobrado pelo Poder Executivo Municipal.

Foi informado ainda, que recentemente a av. Araucária passou por intervenções de pavimentação asfáltica que contemplaram também o calçamento municipal. No que diz respeito a faixa de pedestres e rebaixo para acesso de pessoas com mobilidade reduzida em alguns pontos específicos a inclinação existente não está compatível com o que é definido pela norma de acessibilidade universal (NBR-9050).

*Figura 34 – Calçamento existente com acessibilidade*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidade, 2022.

*Figura 35 – Áreas de calçamento inexistente*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidade, 2022.

### 8.1.2 DESLOCAMENTO DE CICLISTAS

Os deslocamentos por bicicleta são influenciados principalmente pelos seguintes fatores: distância total da malha viária para circulação; infraestrutura existente de suporte ao modal; e declividade do terreno.



Figura 36– Ciclofaixa existente



Fonte: DRZ – Gestão de Cidade, 2022.

O município de CDS conta com uma ciclofaixa que foi recentemente implementada ao longo da Rodovia PR-912, e de acordo com a ETM se encontra em ótimo estado de conservação. Vale citar ainda, que considerando a declividade interna ao perímetro urbano da sede municipal, a implementação de novas ciclovias é um fator positivo que deverá ser levada em consideração para o desenvolvimento municipal nos próximos 10 anos.

Levando em consideração o perfil topográfico urbano favorável, é importante que sejam pensadas ações visando criar uma rede cicloviária urbana interligada, onde a população municipal de CDS consiga realizar seus deslocamentos através desse modal, também é evidente que sejam pensadas infraestruturas de apoio para o modal.

## 8.2 DESLOCAMENTO MOTORIZADO

Antes de detalhar cada uma das modalidades de transporte motorizado, estão apresentados na Tabela 19 alguns dados recentes sobre a frota veicular de CDS, comparando-os aos dados dos municípios limítrofes. Conforme Tabela 20, é possível concluir que a quantidade de veículos registrados no município quase duplicou no período analisado.

Tabela 19 – Evolução da frota de veículos cadastrados por município, 2012/2022

Municípios	2012	2022	
	Nº	Nº	Crescimento (%)
Bituruna	6.269	10.671	70,2
Clevelândia	6.897	11.127	61,3
<b>Coronel Domingos Soares</b>	<b>1.431</b>	<b>2.735</b>	<b>91,1</b>
Mangueirinha	6.507	11.181	71,8
<b>Palmas</b>	15.177	25.998	71,3
Pinhão	8.309	15.229	83,3
Reserva do Iguaçu	1.539	2.884	87,4

Fonte: Detran-PR, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

Tabela 20 – Frota de veículos de Coronel Domingos Soares em 2009 e 2022

	janeiro de 2012	janeiro de 2022	Crescimento (%)
Automóvel	754	1.458	93,3
Caminhonete	180	402	123,3



	janeiro de 2012	janeiro de 2022	Crescimento (%)
Camioneta	63	108	71,4
Motocicleta	252	430	70,6
Motoneta	12	19	58,3
Total	1.261	2.417	91,6

Glossário: Caminhonete: veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até 3.500kg; Camioneta: veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento; Ciclomotor: veículo de duas ou três rodas provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda 50cm<sup>3</sup> (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a 50km/h; Motocicleta: veículo automotor de duas rodas dirigido por condutor em posição montada; Motoneta: veículo automotor de duas rodas, dirigido por condutor em posição sentada. Fonte: DETRAN-PR, 2022<sup>32</sup>. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

### 8.2.1 TRANSPORTE COLETIVO

Quando o transporte coletivo é utilizado e possui uma oferta dos serviços adequados, a necessidade da utilização de veículos motorizados individuais é reduzida. Os serviços de transporte coletivo, independente dos tipos de veículos utilizados, devem ser organizados em uma rede única complementar integrada<sup>33</sup>.

Assim como em 2012, o município de Coronel Domingos Soares não conta com o sistema de transporte coletivo. Porém, de acordo com a ETM, existe uma empresa terceirizada que realiza o transporte da população por duas rotas, sendo uma da comunidade rural Pedregulho sentido sede urbana e outra da Localidade Pedregulho até a Localidade Pedra Branca. Esses serviços são realizados duas vezes por semana, sendo às segundas e quartas-feiras, e transporta em média cerca de 40 pessoas por semana.

Conforme apontado no item 5.5 EDUCAÇÃO, presente na Fase II – Parte 1, atualmente existem em CDS 39 linhas de transporte escolar, que são geridas por empresas terceirizadas e também pelo Poder Executivo Municipal. Atualmente, conforme informações do Departamento Municipal de Educação, são transportados cerca de 901 alunos pelo território municipal.

É importante citar também que as rotas do transporte escolar necessitam de um mapeamento adequado, onde sejam definidos os pontos de parada para o embarque e desembarque dos alunos e quais são as suas rotas de circulação. Foi informado pela ETM, que atualmente esse está sendo o maior problema relacionado a essa questão. Outros pontos a serem destacados e que foram destacados anteriormente, são os problemas referentes a superlotação do transporte coletivo e a precariedade do transporte.

Destaca-se então, a necessidade de que sejam pensadas ações no intuito de sanar os problemas referentes ao transporte coletivo urbano e transporte escolar municipal.

<sup>32</sup> DETRAN 2020.

<sup>33</sup> BRASIL, 2015.



### 8.2.2 TRANSPORTE DE CARGAS

O transporte de cargas e serviços é essencial para o funcionamento da cidade e é necessário para os deslocamentos de mercadorias e alimentos. A Lei Federal nº 12.587/2012 prevê o controle de uso e operação da infraestrutura viária destinada à circulação e à operação de transporte de carga, visando reduzir os impactos da circulação desses veículos no meio urbano e promover o abastecimento da cidade de forma organizada.

Vem sendo implementado ao longo da av. Araucária no município de CDS um novo sistema de sinalização horizontais e verticais, onde será identificado as condições de utilização adequada daquela via. Atualmente, a sinalização horizontal já passou por adequações e se encontra finalizada, enquanto a sinalização vertical se encontra em fase de implementação e instalação das novas placas. De forma que deverá ser concluída até o final de 2022. Além da adequação das sinalizações viárias, estarão disponíveis também as restrições e informações que são permitidas ao longo da avenida. Com isso, se pretende ordenar e ampliar a segurança nos fluxos de tráfego.

No que diz respeito aos locais voltados para carga e descarga, foi informado pela ETM que no intuito de melhorar o tráfego de veículos pesados e a realização desses serviços, o mesmo será realizado na rua Darcilio Tiesca, considerando as características dessa via. Entretanto, visando considerar a participação popular, o Poder Executivo Municipal estará disposto a discutir tais assuntos com a população de Coronel Domingos Soares.

*Figura 37 – Tráfego de veículos pesados na av. Araucária*



Fonte: DRZ – Gestão de Cidade, 2022.

### 8.2.3 TRANSPORTE INDIVIDUAL

Os principais pontos que dizem respeito ao deslocamento motorizado individual numa cidade são a qualidade e a estruturação da malha viária, o fluxo de veículos, as vagas de estacionamento e a sinalização horizontal e vertical.



Além dos aspectos físicos citados, outras condicionantes que influenciam diretamente na trafegabilidade dos veículos é a educação/conscientização dos condutores e o respeito às leis de trânsito, incluindo os limites de velocidade.

No que diz respeito ao fluxo de veículos interno à área urbana do município, se destacam os problemas referentes a pavimentação das vias urbanas. Também foi informado pela ETM, que atualmente não existem dados referentes a pontos críticos de acidentes no município. Entretanto foi implementada uma rotatória de forma experimental na av. Araucária, devido a acidentes que ali ocorreram.

No que diz respeito a Educação no Trânsito, foi informado que as escolas municipais realizam de forma recorrente conscientização de educação no trânsito. Conforme ETM, está incluso na matriz curricular, dentro das disciplinas de ciência, história e geografia. Em 2021, foi realizado um pedágio com o auxílio da Polícia Militar, com os alunos do 5º ano da Escola Aurora Tortelli.

### 8.3 SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

O sistema viário municipal é vital para o escoamento da produção agrícola e para o deslocamento intermunicipal. Conforme informado pela ETM, a manutenção das estradas rurais municipais, são de responsabilidade do Departamento de Infraestrutura.

O Município de Coronel Domingos Soares conta com a Lei nº 154/2001, que é responsável por definir as faixas de domínio das estradas rurais e divide em dois dimensionamentos, sendo elas 20m e 25m. As estradas rurais estão apresentadas no Quadro 17.

**Quadro 17 – Faixas de domínios**

Nome da Estrada Rural	Faixa de domínio
Estrada Coronel Domingos Soares/ Asfalto (Travessão)	25m
Estrada Ponte do Rio Chopim/ Coronel Domingos Soares	25m
Estrada Barracamento/ Ferronato/ Fazenda S. Xavier	25m
Estrada Coronel Domingos Soares/ Distrito Ubaldino Taques	25m
Estrada Coronel Domingos Soares/ Butiá/ Pedregulho	25m
Estrada Coronel Domingos Soares/ Iraras/ Nova Iguaçu/ Balsa do Rio Iratim/ Colônia Soares	25m
Estrada Ponte do Rio Iratim/ Tristão/ Balsa	25m
Estrada Ponto do Rio Iratim/ Posto Fiscal (Divisa)	25m
Estrada Ponte do Rio Iratim/ Chico André/ Posto Ficasl (Divisa)	25m
Estrada Nova Iguaçu/Balsa do Rio Butiá	25m
Estrada Projetada Coronel Domingos Soares/ Cadeado/ Iratim	25m
Entroncamento da PRT-401/ Cacumbangue/ Ponte do Rio Iratim	25m
Estrada Distrito Ubaldino Taques/ Itiberê/ Assentamento 27 de Outubro	20m
Estrada Pedra Branca/ São João	20m
Estrada Ferronato/ SINCOL/ Pintado	20m
Estrada Coronel Domingos Soares/ Vila Rural/ Cacumbangue	20m



Nome da Estrada Rural	Faixa de domínio
Estrada Travessãozinho/ Passo Fundo	20m
Estrada Engenho Velho/ Itiberê	20m
Estrada Colônia Soares/ Videirense/ Posto Fiscal (Divisa)	20m
Estrada Bom Retiro/ Iraras	20m
Estrada/ Iraras/ Pouso Frio/ Balsa	20m
Estrada Iratim/ Ponto de Rio Estrela/ São João	20m
Estrada Ubaldino Taques/ Engenho Velho	20m

Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidade, 2022.

De acordo com a Lei municipal citada, as estradas rurais que não foram descritas no corpo do documento, possuirão faixas de domínio com largura de 20m. Além da largura das vias, fica especificado também as obrigatoriedades dos proprietários rurais que possuem imóveis que margeiam as mesmas.

No que diz respeito as faixas *non aedificandi* o Município não conta com uma regulamentação municipal a respeito dessas faixas nas estradas e rurais e rodovias. Entretanto foi informado que se segue o Decreto Estadual 140/2015, onde é especificado uma faixa de 15m além das faixas de domínio especificadas.

Sobre a qualidade das vias municipais e sua conservação, não foram informadas pela ETM se são realizadas obras voltadas a conservação e manutenção das vias municipais.

#### 8.4 SISTEMA VIÁRIO URBANO

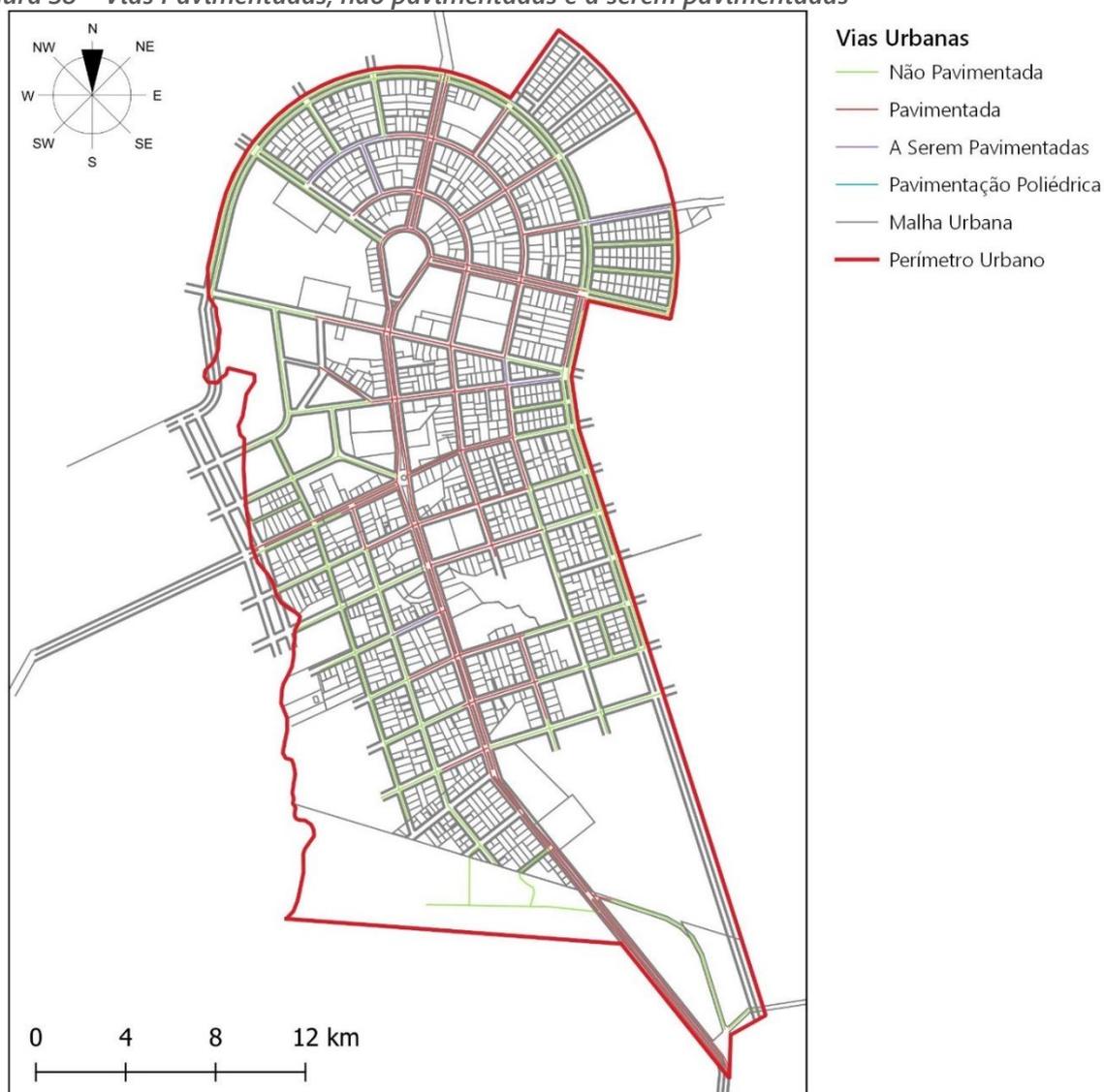
Em Coronel Domingos Soares, o sistema viário urbano é regido e hierarquizado pela Lei nº 594, de 04 de abril de 2012. A malha viária urbana é estrutura a partir da rodovia estadual PR-912, que corta a malha urbana de norte a sul. Em seu trecho interno ao perímetro urbano, a mesma é denominada de av. Araucária. Fica evidente que as primeiras ocupações territoriais de CDS definiram a atual malha viária existente, que pode ser definida como ocupação em forma de “xadrez”.

De acordo com a ETM, atualmente a sinalização vertical e horizontal se encontra em situação precária. Fica evidente a necessidade de ações para aumentar a segurança da população pedestre de CDS. Também foi reportado que o município irá adquirir placas de sinalização e até o presente momento já realizou as pinturas viárias no intuito de aumentar a segurança dos municípios.

Conforme a Figura 38, é possível notar que apenas 41% da malha urbana de CDS é asfaltada. Na Figura 38 fica evidente ainda, as vias que possuem projetos para a pavimentação (3%), além também das áreas que possuem pavimentação poliédrica, essa representando cerca de 6% da malha urbana. E também as vias que não possuem nenhum tipo de pavimentação representando cerca de 51%.

De acordo com informações concedidas pela ETM, existem na área urbana cerca de 66.074,0m<sup>2</sup> de calçamento existente e projeto para o calçamento de mais 8.088,54m<sup>2</sup>.

Figura 38 – Vias Pavimentadas, não pavimentadas e a serem pavimentadas



Fonte: Coronel Domingos Soares, 2022. Dados trabalhados por DRZ – Gestão de Cidade, 2022.



## 9. FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças públicas são o conjunto de ações e problemas que integram o processo de gestão do patrimônio público. Incluem a arrecadação e execução de despesas pela administração pública e abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de recursos, formulação e execução de orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas. Para que o governo possa realizar políticas de alocação e realocação de recursos escassos, torna-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação, necessária ao pagamento do que se chama estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicação de políticas econômicas objetivadas na equidade e crescimento da renda.

Este tópico apresenta dados estatísticos a partir das variáveis “Receitas” e “Despesas” relativos ao período 2019-2021 no município de Coronel Domingos Soares, sendo utilizados implicitamente os dados de 2018 para demonstrar a variação percentual de 2019 e, por conseguinte em relação aos demais anos. Em todas as análises, as variações que apontam o desempenho em relação a determinado ano são combinadas com o valor do ano anterior. As informações utilizadas foram extraídas da Secretaria do Tesouro Nacional – SICONFI/FINBRA, Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, IPARDES e IBGE. Os valores atribuídos para os documentos foram atualizados, ou seja, foram deflacionados a preços constantes de 2021 de acordo com os indicadores oficiais utilizados para correção de valores.

Conceitualmente, as receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, influenciando diretamente a circulação financeira. A arrecadação, por ter diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas, entre outros. As despesas, geralmente indexadas às receitas, são previstas nos orçamentos públicos a partir das receitas orçamentárias, normalmente ficando à mercê da restrição orçamentária do Município e do atendimento à Lei de Responsabilidade Social (LRF).

### 9.1 RECEITAS FINANCEIRAS

A receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes<sup>34</sup>, que derivam para outras variáveis decorrentes delas e que exercem grande influência para a gestão pública, principalmente sobre sua alocação de acordo com as despesas por função.

Nesse estudo, pode-se identificar que a mobilidade de recursos destinados ao FUNDEB é legalmente uma redução na Receita Corrente, que conceitualmente resulta na formação da Receita Corrente Líquida (RCL). A dedução das receitas correntes para formação do FUNDEB

---

<sup>34</sup> Receitas Correntes - Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes (STN, 2016).



objetiva a elevação e uma nova distribuição dos investimentos em educação, disponibilizados para os municípios atenderem às demandas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

A Tabela 21, a seguir, apresenta as análises das receitas orçamentárias de Coronel Domingos Soares com valores atualizados ou deflacionados a preços constantes de 2021, tendo como o índice do INPC para apontar a realidade financeira do Município.

**Tabela 21 – Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)**

Ano	Receita Corrente (1)	Dedução da Receita Corrente (2)	Receita Corrente Líquida (3) = (1-2)	Receita Corrente Intraorçamentária (4)	Receita de Capital (5)	Receita Orçamentária (6) = (1+4+5)
2019	36.020.481,67	4.224.980,46	31.795.501,21	0,00	2.176.155,57	38.196.637,24
2020	39.942.119,18	3.975.221,60	35.966.897,58	0,00	4.527.499,91	44.469.619,09
2021	43.539.736,31	4.739.637,24	38.800.099,07	0,00	1.701.005,97	45.240.742,28
Média	39.834.112,39	4.313.279,77	35.520.832,62	0,00	2.801.553,82	42.635.666,21

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidade.

Em relação à participação média no conjunto das receitas do Município no período 2019-2021, as Receitas Correntes foram responsáveis por 93,43%, enquanto as Receitas de Capital<sup>35</sup> tiveram 6,57% de participação das receitas orçamentárias, **não houve movimentação com receitas Intraorçamentárias** para o período.

As deduções das Receitas Correntes legais responderam, em média, por 10,83% da Receita Corrente e 10,12% da Receita Orçamentária, cujos recursos financeiros devem ser realocados na Educação. A Receita Corrente Líquida média (Receita Corrente - Deduções da Receita Corrente) representa 89,17% das receitas orçamentárias (Tabela 21).

No contexto do desempenho<sup>36</sup> médio das receitas no período 2019-2021, **as Receitas Correntes cresceram 3,71% e as Receitas de Capital cresceram 1,21%. Observando que no crescimento acumulado entre 2019-2021**, ocorreu aumento na Receita Corrente e retração nas despesas de capital. Os valores atribuídos as receitas de capital pouco influenciaram na totalização das receitas orçamentárias.

O comportamento das mais importantes contas públicas, **as receitas correntes**, apresentou picos elevados de crescimento e de retração, conforme segue:

<sup>35</sup> Receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital (STN, 2016).

<sup>36</sup> As variações medem os níveis de crescimentos das rubricas relacionadas as receitas orçamentárias oriundas das receitas correntes e de capital.

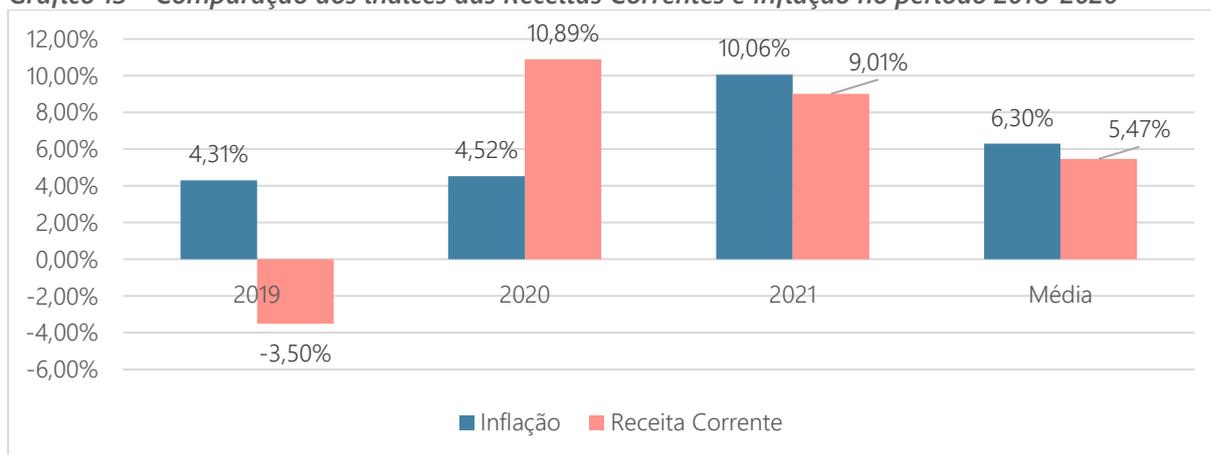


- Retração de -3,50% no ano de 2019;
- Aumento de 10,89% em 2019 e;
- Manutenção de crescimento no ano de 2021 com elevação de 9,01%.

Observou-se que nesse período de três anos, especialmente ano de 2019, em a contabilidade pública do Município registrou resultados financeiros inferior ao ano anterior, haja vista, a desaceleração na Receita Corrente, causando inquietação econômica, colocando a arrecadação em estado de retração, com índice de crescimento inferior a taxa de inflação para o exercício 2019. Com essa movimentação, houve uma perda real de entrada de recursos na ordem de R\$3.921.637,51 impactando negativamente no planejamento financeiro municipal.

Para mensurar as perdas e ganhos financeiros no período 2019-2021, avaliou-se o crescimento da "Receita Corrente", na média dos três anos, comparando aos índices de inflação, considerados o termômetro para aferir o crescimento ou não da economia (Gráfico 13).

**Gráfico 13 – Comparação dos índices das Receitas Correntes e Inflação no período 2018-2020**



Fonte: STN/FINBRA e SEFA-PR, 2022. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Os desempenhos da receita corrente do ano de 2019 afetou sobremaneira a arrecadação do Município pela retração no crescimento dessa rubrica, determinando perdas de arrecadação ao compararmos com a inflação de 4,31%. Essa movimentação foi restaurada com o desempenho ocorrido em 2020 quando o crescimento das receitas correntes mais que dobrou ao crescimento da inflação.

O desempenho da Receita Corrente, no ano de 2021, foi satisfatório, aproximando-se ao índice de inflação em igual período, haja vista, que a taxa de crescimento desse ano foi insuficiente para suprir as perdas financeiras do ano 2019, derrubando o índice médio das taxas das receitas correntes ante a inflação (Gráfico 13).

Em 2019, as receitas correntes foram inferiores em 7,81% (inflação de 4,31% somada a retração de -3,50%), uma diferença significativa que interfere no planejamento das contas públicas, visto que os orçamentos são projetados, no mínimo, de acordo com a inflação.



A média entre 2019 e 2021 demonstrou que a inflação (6,30%) superando ao índice médio de crescimento das receitas correntes (5,47%). Assim, o crescimento das receitas correntes atualizadas para o período 2019-2021, comparando com a inflação, se constituiu em perdas financeiras para o Município em 0,83%, mostrando o peso da taxa de crescimento da Receita Corrente perante o índice de inflação (Gráfico 13).

Em continuação, das análises de desempenho, as deduções da receita corrente, na média do período aumentou 3,85%, dado os resultados de -1,71% (2019); -5,91% (2020) e de 19,23% (2021). Os números mostram que os recursos destinados à educação foram maiores em 2021 se comparados com os demais anos analisados, ocasionando elevações em investimentos e custeio para a educação, dinamizando a gestão do ensino municipal.

Sobre as Receitas de Capital, o crescimento médio foi de 1,21%, marcado por oscilações em seus valores o que influenciou a retração em 2019 (-42,00%); expressivo crescimento em 2020 (108,05%) e em 2021 com queda de -62,43%. O crescimento acumulado negativo de R\$-475.149,60 razão da retração de 21,83% nessa rubrica.

Considerando a evolução média das Receitas Orçamentárias no período 2019-2021, em valores atualizados, ocorreu aumento de 3,71%, índice abaixo da inflação média (6,30%). No período, identificou-se retração de -7,02% (2019); aumento de 16,42% (2020) e 1,73% (2021). A elevação registrada em 2020, sobrepôs às taxas verificadas nos demais anos. Ressalta-se que, em 2019, o desempenho das Receitas Orçamentárias teve influência direta da contração de -42,00% das Receitas de Capital, especificamente para esse ano.

O crescimento acumulado real da arrecadação do Município de Coronel Domingos Soares apresentou os seguintes desempenhos no período, considerando os anos de 2018 e 2020:

- **Receitas Correntes:** elevação de 20,87%, considerando os valores R\$36.020.481,67 e R\$ 43.539.736,31;
- **Deduções:** elevação de 12,18%, considerando os valores de R\$4.224.980,46 e R\$3.515.901,55;
- **Receitas Correntes Líquidas:** elevação de 22,03%, considerando os valores de R\$31.795.501,21 e R\$38.800.099,07;
- **Receitas de Capital:** retração de -21,83%, considerando os valores R\$2.176.155,57 e R\$1.701.005,97 e;
- **Receitas Orçamentárias:** elevação de 18,44%, considerando os valores R\$38.196.637,24 e R\$45.240.742,28.

Ao considerar o "crescimento acumulado", exceto a Receita de Capital, as demais rubricas apresentaram elevação, com ênfase para as Receitas Correntes. As Deduções Legais influenciam diretamente a educação básica. Esses desempenhos exigem, continuamente, estudos atualizados



e sistematizados e, sobretudo, planejamento eficaz para elevar as receitas e aplicar racionalmente os recursos.

### 9.1.1 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal de 1988 aborda a partilha de impostos de recolhimento Federal ou Estadual através de transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, considerando que a arrecadação tributária, às vezes, não é suficiente para manter os serviços básicos inerentes à administração pública. Entende-se que:

As transferências são uma das formas de tornar o setor público mais bem desenhado, sendo seu uso destinado a compatibilizar as ações públicas com os recursos necessários para atendê-las, de forma que possa maximizar o bem-estar da população<sup>37</sup>.

As transferências constitucionais são compostas basicamente pelas Transferências Correntes e Transferências de Capital que formam a Receita Efetiva. Os dados sugerem, basicamente a identificação da equivalência entre a Receita Orçamentária e as Transferências Correntes para visualizar a capacidade de arrecadação municipal durante determinado exercício fiscal. Essa análise indica que quanto maior a equivalência, menor é a participação das receitas próprias do Município (Tabela 22).

**Tabela 22 – Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (R\$ 1,00)**

Ano	Origem dos Recursos (R\$)		Equivalência Receita e Transferência (%) = (A/B) *100	Crescimento Real (%)	
	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)		Transferências Correntes	Receita Orçamentária
2019	32.052.968,04	38.196.637,24	83,92%	-7,13%	-7,02%
2020	34.620.183,51	44.469.619,09	77,85%	8,01%	16,42%
2021	37.793.420,71	45.240.742,28	83,54%	9,17%	1,73%
Média	34.822.190,75	42.246.722,89	82,43%	3,35%	-5,52%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Comparando as Receitas Orçamentárias com as Transferências Correntes (sem as deduções) recebidas pelo Município, verificou-se equivalência média de 82,43% no período 2019-2021, ou seja, as transferências correntes têm relevante participação nas receitas orçamentárias do Município. A maior equivalência ocorreu em 2019, quando alcançou 83,92%, evidenciando o peso financeiro das Transferências Correntes no contexto das receitas públicas. As Receitas Orçamentárias tiveram crescimento médio de 3,71% e as Transferências Correntes de 3,35% durante o período 2019-2021.

<sup>37</sup> GASPARINI e MIRANDA, 2006, p. 10.



O crescimento acumulado das Transferências Correntes entre 2019 e 2021 foi de 17,91%, considerando os valores de R\$32.052.968,04 e R\$37.793.420,71. Os valores advindos do FPM e o ICMS são os principais responsáveis dos repasses governamentais para o Município.

Os níveis de crescimento das Transferências Correntes foram: queda de -7,13% em 2019; aumento de 8,01% (2020) e 9,17% em 2021, enquanto às Transferências Totais ou Receitas Transferidas atingiram: retração de -10,46%; (2019); crescimento de 15,17% (2020) e queda de 0,75% (2021). Na média, as Transferências Correntes com 3,35% foram superiores às Transferências Totais que cresceram 1,32%.

As Transferências Correntes são as mais representativas para os Municípios, por meio dos repasses da União, Estado e Outras Transferências (Transferências Multigovernamentais, Transferências de Convênios, Transferências advindas de ementas parlamentares e Transferências de Instituições Privadas), em menor extensão financeira que as Transferências de Capital (Tabela 23).

**Tabela 23 – Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2018-2020 (R\$ 1,00)**

Ano	Transferências Correntes				Transferências Capital (5)	Transferências Totais (6) 4+5
	União (1)	Estado (2)	Multigovernamentais Convênios e Outras (3)	Total (4) 1+2+3		
2019	23.206.819,45	8.760.171,90	1.937.683,07	32.052.968,04	1.937.683,07	33.990.651,11
2020	20.363.843,62	10.191.754,12	8.582.825,51	34.620.183,51	4.527.499,91	39.147.683,43
2021	21.275.530,01	11.714.050,39	5.863.234,24	37.793.420,71	1.059.393,93	38.852.814,64
Média	21.615.397,69	10.221.992,14	5.461.247,62	34.822.190,75	2.508.192,30	37.330.383,06

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

As transferências financeiras da União são as mais relevantes para as finanças públicas do município de Coronel Domingos Soares, enquanto as transferências do Estado se mantêm em nível menor, mas significativas na composição das transferências totais.

Considerando a **média** de crescimento no período 2019-2021, as Transferências Constitucionais apresentaram as seguintes variações:

- Transferências Correntes: crescimento de 3,35%;
- Transferências da União: crescimento de 5,76%
- Transferências do Estado: crescimento de 2,97%;
- Transferências Multigovernamentais: crescimento de 78,50%
- Transferências de Capital: crescimento de 4,41%;



- Transferências totais: retração de 1,32%.

Sintetizando, as Transferências Constitucionais, com exceção das Transferências Multigovernamentais e Transferências Totais, as demais tiveram níveis de crescimento inferior à inflação média do período 2019-2021, significando perdas financeiros significativas nos repasses de recursos para o Município de Coronel Domingos Soares.

No comparativo com as principais contas macroeconômicas, constatou que o **crescimento médio das Transferências Totais, de 1,32%, inferior à inflação média de 6,30% no período 2019-2021**, refletindo diretamente nas contas públicas municipal, dificultando no cumprimento orçamentário, com indicação de reflexos na política, economia e social.

As Transferências Constitucionais da União são a mais relevantes contribuições na arrecadação do município. Estes repasses, no período 2019-2021, são representados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFERN), Serviço Único de Saúde (SUS), Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Imposto Territorial Rural (ITR), e Outras Transferências da União (Transferências do Salário Educação, PNAE, PNATE, verbas parlamentar e Lei Candir 87/86 etc.) (Tabela 24).

**Tabela 24 – Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)**

Transferências da União (Variáveis)	Anos			Média 2019-2021
	2019	2020	2021	
FPM	9.530.514,16	10.588.780,58	12.837.642,28	10.985.645,67
CFERN	5.253.223,72	3.207.956,67	3.630.134,77	4.030.438,39
SUS	1.509.706,08	1.737.294,63	1.810.449,96	1.685.816,89
FNAS	172.640,00	248.091,55	68.053,59	162.928,38
FNDE	611.909,73	540.040,25	470.648,62	540.866,20
ITR	243.448,46	571.417,06	589.007,89	467.957,80
Outras Transferências União	5.883.682,93	3.470.037,46	1.869.592,90	3.741.104,43
<b>Total da União</b>	<b>23.206.819,45</b>	<b>20.363.843,62</b>	<b>21.275.530,01</b>	<b>21.615.397,69</b>

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Nas análises e dados sobre os desempenhos reais das Transferências da União, consideram as dificuldades do Município de Coronel Domingos Soares originados pela crise política e econômica brasileira estabelecida e evidenciada a partir dos anos 2014 e 2015. Exceto o FNDE, as demais transferências apontaram médias com taxas de crescimento positivas no período (Tabela 24):

- **FPM crescimento médio de 8,22%**, devido à queda de repasse -7,68% em 2019 e o crescimento de 11,10% em 2020 e de 21,24% em 2021;



- **FNDE retração médio de -11,72%**, devido às retrações de -10,56% (2019); -11,75% (2020) em 2020. A evolução de 44,77% em 2018 amenizou a retração e 12,85% (2021);
- **SUS: crescimento médio de 7,12%**, resultado da expansão de 2,07% (2019); de 15,08% (2020) e consolidando com a elevação de 4,21% em 2021;
- **FNAS: crescimento médio de 17,57%**, com crescimento de 81,59% em 2019 e de 43,70% em 2020 e retração de -72,57% em 2021;
- **CFERN: crescimento de médio de 5,17%**, resultado do crescimento de 41,28% (2019), retração de -38,93% (2020) e retornando ao crescimento em 2021 com 13,16%;
- **ITR: crescimento médio de 29,49%**, resultado da retração de -49,32% (2019) e crescimento de 134,72% em 2020 e de 3,08% em 2021 e;
- **Outras Transferências da União: crescimento médio de 47,97%**, resultado do aumento de 231,04% (2019) e retração de -41,02% (2020) 46,12% (2021);

As Transferências Constitucionais da União para o Município de Coronel Domingos Soares consistiram na seguinte configuração ao tratar de crescimento acumulado entre os anos 2018 e 2020:

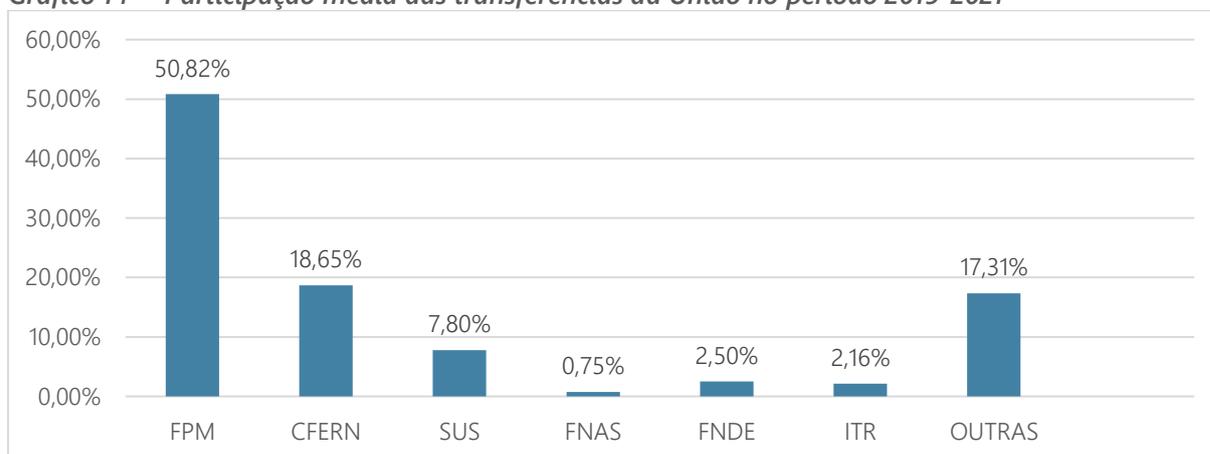
- **FPM:** crescimento de 34,70%, considerando os valores de R\$9.530.514,16 e R\$12.837.642,28;
- **CFERN:** retração de 30,90%, considerando os valores de R\$5.253.223,72 e R\$3.630.134,77;
- **FNAS: retração de -60,58%, considerando os valores de R\$172.640,00 e R\$68.053,59;**
- **SUS:** crescimento de 19,92%, considerando os valores de R\$1.509.706,08 e R\$1.810.449,96;
- **FNDE:** retração de -23,09%, considerando os valores R\$611.909,73 e R\$470.648,62;
- **ITR:** crescimento de 141,94%, considerando os valores de R\$243.448,46 e R\$589.007,89;
- **Outras Transferências da União:** retração de -68,22%, considerando os valores R\$5.883.682,93 e R\$1.869.592,90; e
- **Transferências da União:** retração de -8,32%, considerando os valores de R\$23.206.819,45 e R\$21.275.530,01.

Em contraponto, considerando os anos de 2019 e 2021, houve aumento da inflação de 4,31% para 10,06% e, ao mesmo tempo, quedas relevantes, no FNDE, FNAS, e CFERN que comprometem no conjunto das Transferências Constitucionais, levando a retração de -8,32% nos repasses da União. Levando-se em conta a principal conta o FPM que possui o maior peso nas finanças públicas contribuiu para amenizar as quedas da União ao Município dentro de sua contextualização orçamentária.



O Gráfico 14, a seguir, apresenta a relação da composição das Transferências Constitucionais e Repasses da União, considerando valores médios atualizados.

**Gráfico 14 – Participação média das transferências da União no período 2019-2021**



Fonte: STN/FINBRA (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Os dados de participação mostrados servem para consolidar os repasses do FPM como a principal fonte de arrecadação para a maioria dos municípios brasileiros e Coronel Domingos Soares não é exceção, em que 50,82%, em média, das transferências da União são realizadas por meio do FPM.

*O FPM é a principal transferência obrigatória da União para os municípios, e seus critérios de distribuição são, principalmente, proporcionais a população, sendo de fundamental importância para os pequenos municípios, principalmente, dada sua fragilidade estrutura econômica e social (STN, 2012).*

Sobre as Transferências do Estado, estas têm expressiva participação na arrecadação do município. As transferências foram representadas pelo ICMS, IPVA, SUS, IPI, CIDE e Compensação Financeira pela Produção de Petróleo (Lei nº 7990/89), conforme Tabela 25.

Da receita total do ICMS, 25% (vinte e cinco por cento) são destinados aos municípios. No caso do IPVA, 50% (cinquenta por cento) da arrecadação são destinados aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos. Trata-se dos valores mais expressivos na composição da arrecadação municipal. As rubricas IPI e CIDE tiveram níveis de crescimento real negativo, enquanto a rubrica IPVA apresentou o menor índice entre as rubricas de transferência do Estados no período.



**Tabela 25 – Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado com valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2019-2021 (R\$ 1,00)**

Transferências do Estado (Variáveis)	Anos			Média 2019-2021
	2019	2020	2021	
ICMS	7.581.569,25	9.004.834,05	10.427.935,95	9.004.779,75
IPVA	356.431,66	439.099,29	441.757,69	412.429,55
SUS	43.374,02	244.993,20	245.506,64	177.957,95
CIDE	14.661,27	11.571,17	6.810,79	11.014,41
IPI	119.196,75	147.142,09	155.867,28	140.735,37
Outras	730.915,64	353.374,50	436.172,04	506.820,73
Total do Estado	8.760.171,90	10.191.754,12	11.714.050,39	10.221.992,14

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os **desempenhos reais** das transferências constitucionais do Estado entre 2019 e 2021 foram:

- **ICMS: crescimento de 3,41% em média no período 2019-2021**, resultado da retração de -24,34% (2019) e crescimento de 0,96% (2020) e de 15,80% (2021);
- **IPVA: crescimento médio de 1,47%**, com retração de -19,39% (2019) e aumento de 23,19% (2020) e 0,61% (2021);
- **SUS: crescimento médio de 127,70%**, com retração de -81,95% em 2019; aumento de 464,84% (2020) devido a variação de R\$43.374,02 para R\$244.993,20 e aumento de 0,21% (2021);
- **CIDE: retração de -29,13% em média no período 2019-2021**, com reduções nos três anos em 2019 (-42,24%), 2020 (-21,08%) e 2021 (-41,14%);
- **IPI: crescimento médio de 4,59%**, com aumento de 18,66% (2018), queda de -8,63% (2020) e retomada de crescimento em 2019 na ordem de 3,74% (2019); e
- **Outras Transferências: crescimento médio de 4,59%**, com aumento de 42,42% (2019); retração de -51,65% (2020) e crescimento 23,43% (2021).
- **Transferências Estado: crescimento médio de 2,97%**, com retração de -22,38% (2019); aumento de 16,34% (2020) e 14,94% (2021).

Considerando valores atualizados para cálculo do **crescimento acumulado** entre os anos de 2019 e 2021, a distribuição das transferências constitucionais do Estado para o Município consistiu na seguinte configuração:

- **ICMS: crescimento de 37,54%**, considerando os valores de R\$7.581.569,25 e R\$10.427.935,95, superior ao aumento da inflação de 4,31% para 10,06% no período;



- **IPVA: crescimento de 23,94%**<sup>38</sup>, considerando os valores de R\$356.431,66 e R\$441.757,69, superior ao aumento da inflação de 4,31% para 10,06% no período;
- **SUS: crescimento de 466,02%**, considerando os valores de R\$43.374,02 e R\$245.506,64, superior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período;
- **CIDE: retração de -53,55%**, considerando os valores de R\$14.661,27 e R\$6.810,79, inferior ao aumento da inflação de 4,31% para 10,06% no período;
- **IPI: crescimento de 30,76%**, considerando os valores de R\$119.196,75 e R\$155.867,28, superior ao aumento da inflação de 3,75% para 4,52% no período;
- **Outras Transferências do Estado: retração de -40,33%**, considerando os valores de R\$730.915,64 e R\$436.172,04, inferior ao aumento da inflação de 4,31% para 10,06% no período; e
- **Transferências Totais do Estado: crescimento de 33,72%**, considerando os valores de R\$8.760.171,90 e R\$ 11.714.050,39, superior ao aumento da inflação de 4,31% para 10,06% no período

A análise do crescimento acumulado entre 2019 e 2021 apenas o CIDE e Outras Transferências do Estado apresentaram índices negativos. As demais rubricas apresentaram desempenhos com índices de crescimentos superiores as taxas de inflação entre os dois anos, ficando o Município com preocupação na utilização de métodos capazes de, ao menos, minimizar os riscos de perdas relativas as transferências do Estado.

*O ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) que o consumidor paga no ato da compra de uma mercadoria é empregado pelos estados e municípios em políticas públicas sociais para educação, saúde e segurança. Em casos específicos, também é usado como incentivo ao desenvolvimento de setores como a produção de alimentos e a indústria automobilística, além da geração de energia renovável no caso específico do Paraná (SEFA, 2016).*

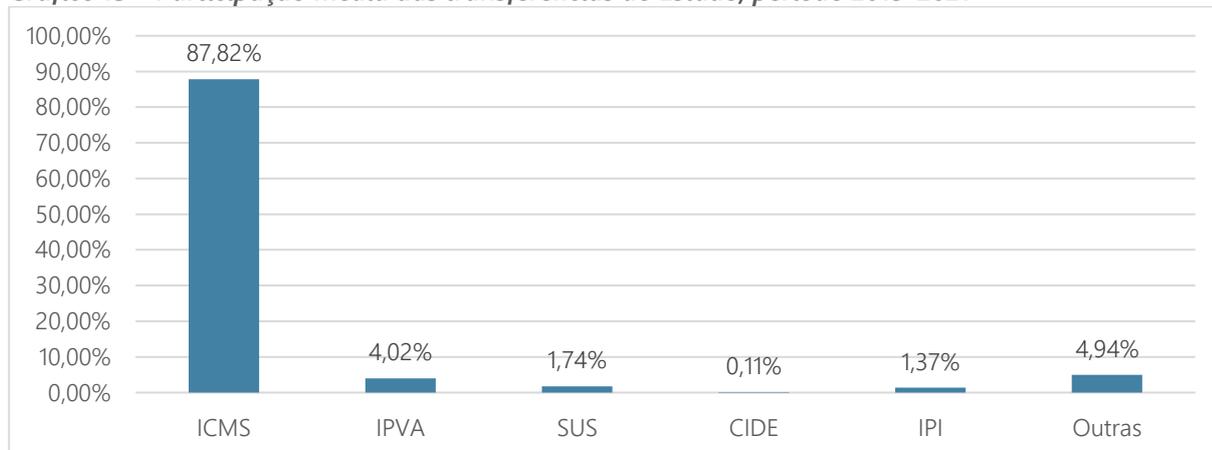
O Gráfico 15 apresenta a participação, em valores médios, das Transferências Constitucionais do Estado em relação ao total, pela ordem de grandeza:

---

<sup>38</sup> Contribuiu para esse resultado a elevação da frota de veículos do município de 2.468 para 2.741 que corresponde ao crescimento acumulado de 11,06% entre os anos de 2019 e 2021. O crescimento na quantidade de veículos do município de Coronel Domingos Soares superou ao da frota do Paraná que foi contemplado com o aumento de 6,01% resultado da frota de veículos de 7.453.198 para 7.900.866 conforme registro no Detran-PR (IPARDES, 2022).



**Gráfico 15 – Participação média das transferências do Estado, período 2019-2021**



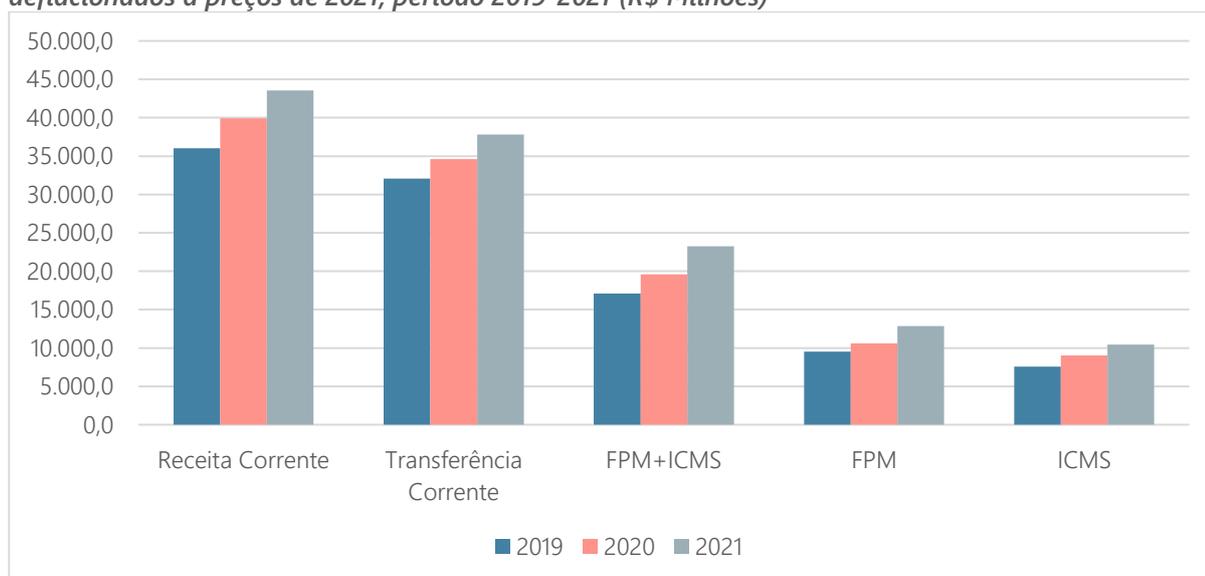
Fonte: STN/FINBRA/SEFAD-PR (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Os dados de participação mostrados servem para consolidar os repasses ICMS como a primeira maior fonte de arrecadação para a maioria dos municípios brasileiros e Coronel Domingos Soares não é exceção, em que 87,82% Transferências do Estado são realizadas por meio do ICMS.

O IPVA com 12,61% se consolida na segunda posição do ranking das transferências do Estado, sendo uma importante fonte de arrecadação do Município, conforme Nota de Rodapé citada anteriormente.

O Gráfico 16, a seguir, apresenta a comparação entre os repasses do ICMS e do FPM com o total das Receitas Correntes e Transferências Correntes do Município.

**Gráfico 16 – Comparativo entre o ICMS e FPM, Receitas Correntes e Transferências Correntes, valores deflacionados a preços de 2021, período 2019-2021 (R\$ Milhões)**



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2019). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.



A finalidade dos dados, é de mostrar a força econômica que representam essas duas fontes de recursos para a composição das receitas e transferências correntes para as finanças públicas de Coronel Domingos Soares.

Considerando a **média** dos valores, o repasse financeiro oriundo do **ICMS é o mais relevante entre as Transferências do Estado, correspondendo a 25,86% das transferências correntes e 22,61% das receitas correntes**. Por isso, propagandas institucionais a respeito da exigência da emissão de Notas Fiscais é uma medida plausível para melhorar, ainda mais, os índices de transferências.

O **FPM participa com 31,55% das transferências correntes e 27,58% das receitas correntes**, valores significativos e motivadores para estimular o crescimento econômico municipal para atingir níveis mais elevados. **Juntas, as rubricas FPM e ICMS representam 57,41% das transferências correntes e 50,19% das receitas correntes**, as duas rubricas são imprescindíveis para a administração pública municipal.

#### 9.1.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS

Historicamente os municípios apresentam dificuldades em aumentar a arrecadação, devido a falhas e fragilidades na fiscalização e no processo de modernização tributária. Para aumentar a arrecadação, os municípios devem estruturar sua administração tributária em função da responsabilidade pela cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa.

A receita tributária própria municipal é composta de impostos, taxas e contribuições. Os impostos municipais são: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza (ISSQN); Imposto Sobre a Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI); Taxas de Alvará/Licenciamento e Taxa de Coleta de Lixo. Enquanto, a composição da Receita Tributária é acrescentada o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

As informações constantes da Tabela 26, são determinantes para exibir as vulnerabilidades e potencialidades do Município em relação a arrecadação tributária que é uma obrigação constitucional. As rubricas apresentaram crescimentos no período, com destaque para o ISSQN e IRRF. Todas as rubricas apresentam crescimento impactando, positivamente, nos resultados das receitas tributárias do município quando comparados com as taxas de inflação em igual período.

Mas, mesmo diante deste quadro, deve-se remeter-se, a velha máxima, de que os Municípios devem estruturar e modernizar a sua administração tributária municipal, uma vez que é responsável pelo lançamento, cobrança e inscrição na dívida ativa, no sentido de reduzir drasticamente a inadimplência dos contribuintes.



Tabela 26 – Receitas Tributárias, valores deflacionados a preços de 2020, período 2019-2021 (R\$ 1,00)

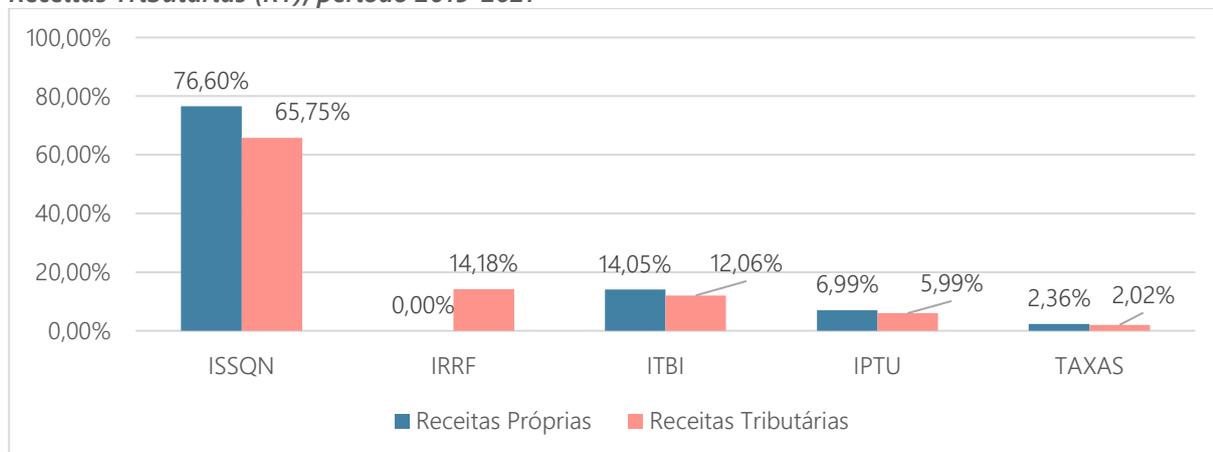
Receitas Municipais	Anos			Média do período 2019-2021 (R\$)	Crescimento Médio 2019-2021 (%)
	2019	2020	2021		
IPTU	220.730,00	209.190,20	367.783,04	265.901,08	18,46%
ISSQN	2.415.298,76	3.488.288,78	2.848.358,26	2.917.315,27	75,46%
ITBI	346.804,74	399.940,58	858.666,84	535.137,39	25,34%
TAXAS	85.402,61	79.949,15	104.091,55	89.814,44	12,70%
<b>Receitas Próprias</b>	<b>3.069.074,30</b>	<b>4.177.441,35</b>	<b>4.178.899,69</b>	<b>3.808.471,78</b>	<b>32,72%</b>
ITR	567.817,94	671.935,41	647.973,41	629.242,25	17,15%
IRRF	3.636.892,24	4.849.376,76	4.826.873,10	4.437.714,03	30,11%
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>220.730,00</b>	<b>209.190,20</b>	<b>367.783,04</b>	<b>265.901,08</b>	<b>18,46%</b>

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Destaca-se, em termos de valores, o **ISSQN e IRRF**, pela relevância no contexto da arrecadação tributária dos municípios brasileiros, representam os maiores níveis de arrecadação em Coronel Domingos Soares, tendo os maiores índices de participação na Receita Própria e na Receita Tributária.

O Gráfico 17 apresenta a participação média das rubricas IPTU, ISSQN, ITBI, Taxas, ITR e IRRF em relação ao total das Receitas Próprias e Receitas Tributárias do Município de Coronel Domingos Soares.

Gráfico 17 – Comparativo da participação média das rubricas com as Receitas Próprias (RT) e as Receitas Tributárias (RT), período 2019-2021



Fonte: STN/FINBRA/Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares-PR (2021). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades



Dentre a demonstração das rubricas no contexto da arrecadação da Receita Tributária, o ISSQN tem a maior participação média no componente Receitas Próprias Municipais com 76,60% e 65,75% da Receita Tributária. A rubrica IRRF, que integra apenas a Receita Tributária e configura uma ação de responsabilidade do Governo Federal.

O IPTU, com baixa participação média se constituiu na rubrica que precisa ser remodelada para fomentar sua contribuição na arrecadação municipal. O ISSQN é a rubrica com maior participação na RP (76,60%) e na RT (65,75%) tem se constituído em rubrica de relevância econômica. A rubrica TAXAS com menor participação nas Receitas Tributárias, precisa ser revista em termos de valores conforme determina as Leis Municipais.

Em relação ao crescimento médio, que não necessariamente representa os maiores valores financeiros, as rubricas que compõem as receitas próprias municipais tiveram o seguinte desempenho no período 2019-2021:

- **IPTU: crescimento médio de 18,46%**, com variações de -15,19% (2019); -5,23% (2020) e 75,81% (2021), essa mobilidade, resultou em ganhos financeiros acumulado de R\$147.053,04.

Essa rubrica é uma das fontes de receita municipal com mais viabilidade econômica se for corretamente instituída e cobrada desde que utilizando os mecanismos eficientes de modernização tributária. Cabe ressaltar que o IPTU Per Capita (IPTU/População<sup>39</sup>) em 2021 foi de R\$48,92 (valor considerado baixo por ser uma base de cálculo anual).

- **TAXAS: crescimento médio 12,70%**, crescimento de 14,28% (2019); retração de 6,39% (2020) e aumento de 30,20% (2020). Os ganhos financeiros acumulados no período atingiram R\$18.688,94.

Essa rubrica se refere ao pagamento que a população efetua ao Município para fazer frente as despesas públicas de que promova melhorias, tais como, a valorização dos imóveis de propriedade privada, em virtude de obras públicas como pavimentação, iluminação, arborização etc.

- **IRRF: crescimento médio de 17,15%**, acréscimos de: 36,68% (2019); 18,34% (2020) e retração de 3,57% (2021), o ganho financeiro acumulado perfaz o valor de R\$80.155,47 ao final do período. Os valores do IRRF são também oriundos dos pagamentos efetuados aos servidores e aos serviços terceirizados por pessoas físicas e jurídicas.
- **ITBI: crescimento médio de 25,34%**, com redução de: -54,01% (2019); crescimento de 15,32% (2020) e crescimento de 114,70% (2021), o ganho financeiro acumulado perfaz o valor de R\$511.862,10 ao final do período.

<sup>39</sup> Considerando a população estimada de 7.518 no ano de 2021 e arrecadação de R\$367.783,04 que resultou no IPTU per capita de R\$48,92 (IPARDES, 2022).



- **ISSQN: crescimento 75,46%**, com crescimento de 200,31% (2019) e 44,42% (2020), culminando com retração de -18,35% (2021). As variações positivas da rubrica, acumulou ganhos de R\$433.059,50 face aos resultados alcançados nos anos 2019 e 2020, apesar do da crise comercial e política da economia brasileira.
- **As Receitas Próprias do Município: crescimento médio de 32,72%**, resultado dos crescimentos de: 62,02% (2019); de 36,11% (2020) e aumento de 0,03% (2021). No período as Receitas Próprias acumularam ganhos financeiros no valor de R\$1.109.825,39.
- **Receitas Tributárias: crescimento médio de 30,11%**, resultado do crescimento de 57,46% (2019) e 33,34% (2020) e retração de -0,46% (2021). As movimentações das receitas tributárias representaram ganhos financeiros acumulado de R\$1.189.980,86.

Esse comparativo sustenta que as receitas municipais atingiram ganhos financeiros reais ao longo do período de acordo com o desempenho de todas as rubricas, considerando os resultados absolutos e reais dos anos 2019, 2020 e 2021, com a utilização do efeito cascata.

Os indicadores Receita Própria e Receita Tributária, em média cresceram, respectivamente, 32,72% e 30,11%, quando comparados com os índices de inflação (IPCA), cuja média ficou em 6,30% durante período 2020-2021, são animadores conjunto dos indicadores alcançados. Esses indicadores são reflexo das performances municipais no tocante as receitas tributárias, apesar das dificuldades políticas e econômicas do Brasil nos últimos anos.

A Gestão Pública deve investir e fortalecer o setor de tributos, provocando situações para tornar mais eficiente a arrecadação das Receitas Próprias. Para isso, a qualificação dos servidores modernização tecnológica com equipamentos de informática e soluções de sistemas que venham de encontro com as necessidades de alimentar os processos de cobrança e reaver os ativos estocados no montante da dívida ativa dos contribuintes.

Para melhorar a arrecadação dentro das receitas próprias, é necessário o enfrentamento das demandas e dos investimentos suficientes para cumprimento das obrigações constitucionais e da LRF. Isso será possível mediante a elevação da Receita Própria e assim diminuindo a dependência dos repasses governamentais.

*“Há muita receita sendo desprezada pelos Municípios e a justificativa principal é o ônus político de cobrar impostos. É necessário enfrentar este ônus com sabedoria, para ficar livre de possíveis penalidades e melhorar a receita própria diminuindo a dependência das transferências. A cobrança correta do ISSQN e da Contribuição de Melhoria certamente superariam as receitas do IPTU na grande maioria dos municípios” (MELO, 2010).*

Da mesma forma, como parte conclusiva dessa análise individual das rubricas, salienta-se o crescimento acumulado das receitas próprias e das receitas tributárias do Município que mostrou desempenho acumulado de 36,16% e 32,72%, respectivamente, entre os anos 2019 e 2021.



Os dados do gráfico, tem a função de indicar as possibilidades de cada rubrica como fator arrecadatório e prospectar as políticas internas de modernização e dinâmicas na aplicação de métodos convincentes para aumentar a receita e poder propiciar benefícios para a comunidade local.

O Gráfico 18 apresenta o crescimento acumulado real da Receita Tributária por meio das rubricas: IPTU, ISSQN, ITBI, TAXAS, ITR e IRRF no período 2019-2021.

**Gráfico 18 – Comparativo do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (%)**



Fonte: STN/FINBRA/Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2021). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

As rubricas IPTU e ITBI tiveram os melhores índices de crescimento acumulado da Receita Tributária no período entre os anos de 2019 e 2021. A seguir detalhes dos resultados demonstrados no Gráfico 18:

- **IPTU: crescimento acumulado de 66,62%**, considerando os valores de R\$220.730,00 e R\$367.783,04. Crescimento maior que as taxas de inflação de 4,31% (2019) e 10,06% 2021);
- **ISSQN: crescimento acumulado de 17,93%**, considerando os valores de R\$2.415.298,76 e R\$2.848.358,26. Crescimento maior que as taxas de inflação de 4,31% (2019) e 10,06% 2021);
- **ITBI: crescimento acumulado de 147,59%**, considerando os valores de R\$346.804,74 e R\$858.666,84. O crescimento foi maior que o aumento da inflação de 4,31% para 10,06% no período refletindo um ganho financeiro;
- **Taxas: crescimento acumulada de 21,88%**, considerando os valores de R\$85.402,61 e R\$104.091,55. O crescimento foi maior que o aumento da inflação de 4,31% para 10,06% no período refletindo um ganho financeiro, perfazendo um superávit financeiro de pequena escala;



- **IRRF: crescimento acumulado de 14,12%**, considerando os valores R\$567.817,94 e R\$647.973,41. Aumento do crescimento acumulado do IRRF foi superior ao aumento da inflação de 4,31% para 10,06% no período.
- **Receitas Próprias: obteve crescimento acumulado de 36,16%**, considerando os valores R\$3.069.074,30 e R\$4.178.899,69. Crescimento maior que as taxas de inflação do período de 4,31% para 10,06% no período; e
- **A Receita Tributária obteve crescimento acumulado de 32,72%**, considerando os valores R\$3.636.892,24 e R\$4.826.873,10. No conjunto as Receitas Tributárias, obteve crescimento superior a inflação de igual período.

**Tanto nas Receitas Próprias como na Receita Tributária**, as taxas de crescimento são superiores aos índices inflacionários de igual período, em que somados, impactam positivamente nas Receitas Correntes do Município.

Apesar de adequadas as condições tributárias na gestão das Receitas Próprias com o devido cumprimento das normas constitucionais, deve-se estabelecer medidas sólidas e efetivas. Assim o espelho dos resultados acumulativos mostra que o norte das decisões é exposto com o aumento da arrecadação e serviços públicos e a consequente melhora da qualidade de vida para a população local e regional.

### 9.1.3 RECEITAS CORRENTES E RECEITA TRIBUTÁRIA

A Receita Tributária, parte integrante das Receitas Correntes, compreende o pagamento de impostos, taxas e contribuições de melhoria que o Município recebe de seus contribuintes, conforme previsto na legislação municipal, sem desrespeitar as Constituições Federal e Estadual e o Código Tributário Nacional<sup>40</sup>.

A Receita Tributária é uma parcela significativa da Receita Corrente, mostrando a correlação entre ambas conforme prevê as Finanças Públicas, significando o ingresso de recursos financeiros para aplicação em despesas correspondentes ou para atividades correntes ou de capital, de acordo os programas e ações de governo, para atendimento às demandas da coletividade.

Dessa forma, as receitas tributárias são de suma importância para a administração pública e devem ser dispendidos esforços para aumentá-la e conseqüentemente minimizar a dependência das transferências constitucionais. Sua estrutura está demonstrada na Tabela 27.

As Receitas Tributárias, permite ao Município a administração dos impostos, taxas e contribuições que fazem parte das Receitas Próprias, sendo uma fonte de arrecadação que possibilita

---

<sup>40</sup> SILVA, 2002.



conjecturar um cenário parcial da performance econômica através dos tributos municipais e indicadores econômicos condicionados ao desempenho do ISS, IPTU, ITBI e Taxas.

**Tabela 27 – Relação entre Receita Tributária e Receita Corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2018-2020 (R\$ 1,00)**

Ano	Receita Tributária (A) (R\$)	Receita Corrente (B) (R\$)	Participação Indicador (A:B) *100
2019	3.636.892,24	36.020.481,67	10,10%
2020	4.849.376,76	39.942.119,18	12,14%
2021	4.826.873,10	43.539.736,31	11,09%
Média	4.437.714,03	39.834.112,39	11,14%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

A **Receita Tributária** apresentou crescimento médio de **30,11%** no período 2019-2021, de acordo com as variações de crescimento a cada ano. Enquanto a **Receita Corrente do Município** aumentou de **5,47%**, o que demonstra que as **Receitas Tributárias** estão em um ritmo de **crescimento** superior ao das Receitas Correntes e refletem um indicador de participação médio de 11,14%. A melhor participação ocorreu em 2020, com 12,47% (Tabela 27).

Esses dados remetem a proposta de busca, pelo Município, por avanços sistemáticos nos mecanismos de **atualização constante e modernização fiscal**, com a finalidade de melhorar os índices de arrecadação e ampliar os serviços públicos para a comunidade por meio de investimentos, além de mitigar a dependência financeira das Transferências Constitucionais.

*“Há muita receita sendo desprezada pelos Municípios e a justificativa principal é o ônus político de cobrar impostos. É necessário enfrentar este ônus com sabedoria, para ficar livre de possíveis penalidades e melhorar a receita própria diminuindo a dependência das transferências. A cobrança correta do ISSQN e da Contribuição de Melhoria certamente superariam as receitas do IPTU na grande maioria dos municípios” (MELO, 2010).*

O Município deve, ainda, **exercer os limites de apuração**, de acordo com a capacidade contributiva da população, através dos tributos, que poderão ser revistos no processo de modernização na estrutura municipal e na adoção de fiscalização mais eficaz, visando aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

## 9.2 DESPESAS FINANCEIRAS

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de cumprir os compromissos assumidos de acordo com a Lei de Orçamento Anual (LOA), com o intuito de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos. Segundo Jund (2008), a despesa é parte integrante do orçamento e corresponde às autorizações para os gastos com diversidade de



atribuições governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

Para fiscalização e planejamento das despesas, a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Social (LRF), é um instrumento que fixa limites para o endividamento das esferas governamentais, obrigando a definição de metas fiscais e anuais com as respectivas fontes de receita para cada despesa.

A seguir, a proporção entre as Despesas de Capital e Despesas Correntes, revelando o peso da manutenção da estrutura administrativa sobre o Município de Coronel Domingos Soares (Erro! Fonte de referência não encontrada.).

**Tabela 28 – Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2019-2021 (R\$ 1,00)**

Ano	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Despesas Orçamentárias	%
2019	32.292.029,87	91,31%	3.073.358,71	8,69%	35.365.388,58	100,00%
2020	29.790.603,68	85,73%	4.960.581,25	14,27%	34.751.184,93	100,00%
2021	35.270.862,82	97,55%	884.035,25	2,45%	36.154.898,07	100,00%
Média	32.451.165,46	91,61%	2.972.658,40	8,39%	35.423.823,86	100,00%

Fonte: STN-FINBRA (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

No período 2019-2021, em média, as **Despesas Correntes corresponderam a 91,61% e as Despesas de Capital a 8,39% de participação nas Despesas Orçamentárias**, com algumas oscilações para cima e para baixo. As **Despesas Correntes apresentaram crescimento médio de 3,99%**, resultado das variações percentuais: crescimento de 1,33% (2019); retração de -7,75% (2020) e retorno ao crescimento na ordem de 18,40% (2021).

**As Despesas de Capital reduziram 22,73%**, devido às variações: retração de -47,42% (2019); crescimento de 61,41% (2020) e retração de 82,18% (2021). Destaca-se a baixa participação das Despesas de Capital em relação as Despesas Orçamentárias, principalmente, em 2021 com apenas 2,45% que dificultou a realização de mais investimentos nesse ano.

**A retração média das Despesas Orçamentárias atingiu -1,31%** no período, em decorrência das taxas de redução de -6,23% (2019) e -1,74% (2020) e crescimento de 4,04% (2021). Dessa forma, não houve uma convergência de direcionamentos, como prevê teoria das finanças públicas, ou seja, os gastos não acompanharam o ordenamento das receitas, evidenciando a importância de medir a evolução dos gastos públicos na comparação com os indicadores de crescimento das receitas municipais.

Na comparação entre o crescimento médio da Receita Orçamentária com a Despesa Orçamentária. As Despesas Orçamentárias retraíram em -1,31% e as Receitas Orçamentárias



criaram 3,71% no período, ou seja, enquanto a arrecadação aumentou as despesas se retraíram. A equivalência entre Receitas e Despesas demonstra situação confortável entre estas variáveis, conforme prevê teoria das finanças públicas, onde a arrecadação é suficiente para cobrir os gastos, independente das taxas de crescimento de ambas.

A Tabela 29 apresenta o detalhamento das informações sobre a composição das despesas, apontando os principais diagnósticos para tomadas de decisão. As principais rubricas que compõem as despesas objeto desse estudo estão fragmentadas em despesas com pessoal e encargos e juros e encargos da dívida pública pelo lado das despesas correntes e de outro lado, os investimentos e amortização da dívida representando as despesas de capital.

**Tabela 29 – Composição das Despesas Correntes e Despesas de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (R\$ 1,00)**

Elementos Contábeis	Anos			Média 2019-2021
	2019	2020	2021	
Pessoal e encargos (1)	16.096.757,11	18.128.042,35	18.252.040,21	17.492.279,89
Juros e encargos da dívida (2)	49.420,55	10.035,60	47.937,14	35.797,76
Outras despesas correntes (3)	16.145.852,21	11.652.525,73	16.970.885,46	14.923.087,80
<b>Despesas Correntes 4 = (1+2+3)</b>	<b>32.292.029,87</b>	<b>29.790.603,68</b>	<b>35.270.862,82</b>	<b>32.451.165,46</b>
Investimentos (5)	2.318.953,38	4.809.411,71	787.980,71	2.638.781,93
Amortização da dívida (6)	754.405,33	151.169,54	96.054,54	333.876,47
<b>Despesas de Capital (7) = (5+6)</b>	<b>3.073.358,71</b>	<b>4.960.581,25</b>	<b>884.035,25</b>	<b>2.972.658,40</b>
<b>Desp. Orçamentárias 8 = (4+7)</b>	<b>35.365.388,58</b>	<b>34.751.184,93</b>	<b>36.154.898,07</b>	<b>35.423.823,86</b>

Fonte: STN-FINBRA (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os elementos contábeis apresentados se referem às despesas habituais nas contas públicas, cujos valores mais relevantes estão localizados nas Despesas Correntes que, sistematicamente, vêm aumentando ao longo do tempo, mantendo um padrão de normalidade ao passo que as Despesas de Capital se mostram mais instáveis. Nesse contexto, as Despesas com Pessoal são as mais acentuadas e geram as maiores preocupações (Tabela 29)

Considerando a média das Despesas Correntes relativa ao período 2018-2020, destaca-se:

- **Despesas com Pessoal: crescimento de 2,14%.** Decorrente de retração de -6,87% (2019); crescimento de 12,62% (2020) e crescimento 0,68% (2021). Em média, o índice de crescimento foi inferior à média inflacionária em igual período (6,30);
- **Pagamentos de juros: crescimento de 85,24%.** Decorrente da retração de -42,27% (2019) e -79,69% (2020) e crescimento de 377,67% (2021); e
- **Outras Despesas Correntes: crescimento de 9,72%.** Decorrente do crescimento de 11,36% (2019); retração de -27,83% (2020) e evolução de 45,64% (2021).

Considerando a média das Despesas de Capital relativa ao período 2018-2020, destaca-se:



- **Investimentos: retração de -9,95%.** Com retração de: -53,83% (2019); crescimento de 107,40% (2020) e por último retração de 83,62% (2021); e
- **Amortizações da Dívida: com retração de -42,33%.** Decorrente das retrações em todos os anos, sendo: -10,58% (2019); -79,96% (2020) e -36,46% (2021).

Duas variáveis merecem destaque: o aumento dos pagamentos de juros e queda das amortizações da Dívida, demonstrando que, em média, **o Município está cumprindo suas obrigações como devedor e de outro com financiamentos de investimentos que acarretam pagamentos de juros.**

Entretanto, anos de 2019 e 2021, os valores investidos tiveram retração, com perda relativa da capacidade de investimentos. Somente no ano de 2020 os valores apresentaram incrementos significativos nos investimentos. Deduz-se, assim, que as contas de capital, tanto de Receita como Despesa, precisam ser analisadas com critérios, de forma a repensar os investimentos necessários de curto, médio e longo prazos para o Município.

#### 9.2.1 DESPESA POR FUNÇÃO

Estudos indicam que há uma tendência para a redução dos gastos com administração pública na economia brasileira. Para isso, a racionalidade na gestão pública deve ser uma prática normal com a menor utilização de recursos possível<sup>41</sup>.

As despesas por função podem ser entendidas como o maior nível de agregação das rubricas das áreas de atuação do setor público para justificar a destinação dos recursos advindo das Transferências Constitucionais, impostos, contribuições, taxas etc. Os gestores públicos devem se preocupar com a aplicação dos recursos para o bem comum de acordo com o orçamento de despesa e receita, maximizando o respeito e confiança da população.

A análise das Despesas por Função demonstra o destino das Receitas Orçamentárias do Município no período entre 2019-2021, objetivando mensurar a destinação dada pelo executivo no que se refere à prestação de serviços à sociedade.

As Despesas por Função correspondem ao somatório das Despesas Correntes e Despesas de Capital e refletem as prioridades do governo municipal na alocação dos recursos disponíveis nos cofres públicos de acordo com o orçamento anual das receitas e despesas, conforme Tabela 30.

O objetivo básico dessas informações, são fundamentais para a gestão pública avaliar a aplicação dos recursos advindos das transferências constitucionais, arrecadação tributária, convênios etc. Com os valores atualizados fica a possibilidade de, gerencialmente, intensificar e pontuar as necessidades das áreas mais carentes de investimentos.

<sup>41</sup> AMARANTE E MOREIRA, 2009.



Isso tudo, permite de forma transparente, mostrar e demonstrar como os recursos arrecadados foram utilizados no cumprimento das metas e atendimentos as Leis Orçamentárias Municipais.

Enfim, as fontes de recursos funcionam como mecanismo integrador entre a receita e a despesa exercendo importante função dentro dos procedimentos orçamentários:

- Nas receitas, indica o destino de recursos para o financiamento de determinadas despesas; e
- Na despesa, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

**Tabela 30 – Despesas por Função, valores deflacionados a preços constantes de 2020 e médias de valores e participação do período 2018-2020 (R\$ 1,00)**

Função	Despesas (R\$)			Médias	
	2019	2020	2021	Valores (R\$)	Participação
Saúde	1.289.894,56	1.165.554,00	956.437,65	1.137.295,40	3,21%
Educação	4.664.209,86	4.135.869,02	4.000.465,49	4.266.848,12	12,05%
Administração	1.500.179,99	1.245.339,80	1.734.669,05	1.493.396,28	4,22%
Urbanismo	9.521.966,09	10.055.807,05	10.156.674,79	9.911.482,64	27,98%
Assistência Social	10.268.295,40	8.450.721,97	10.278.728,93	9.665.915,43	27,29%
Agricultura	112.835,44	96.440,70	204.627,60	137.967,91	0,39%
Gestão Ambiental	4.403.829,97	5.242.278,12	5.230.065,90	4.958.724,66	14,00%
Legislativa	404.638,92	110.202,24	434.832,79	316.557,98	0,89%
Transporte	948.794,90	926.642,52	1.529.953,76	1.135.130,39	3,20%
Desporto e Lazer	137.413,03	452.047,75	104.497,29	231.319,36	0,65%
Cultura	227.967,07	255.266,23	267.989,99	250.407,76	0,71%
Total geral	1.442.634,25	2.073.557,42	1.079.005,71	1.531.732,46	4,32%

Fonte: STN-FINBRA - Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

As Despesas por Função ou Despesas Orçamentárias apresentaram retração média real de -1,31%, no período 2019-2021, com quedas consistentes nas despesas na contramão das receitas orçamentárias que aumentou de 3,71% na média em igual período, considerando inflação média de 6,30%. Com isso, a inflação teve um ritmo de crescimento mais acelerada do que os gastos por função e as receitas durante o período em análise.

O Município de Coronel Domingos Soares, distribui as receitas orçamentárias para quatorze contas públicas. As principais despesas ficaram com: Saúde, Educação, Urbanismo e Administração. Essas despesas conforme detalhamento a seguir, são responsáveis por um percentual bem elevado de participação nas despesas orçamentárias, de acordo com a movimentação média em relação as Despesas Orçamentárias referentes ao período 2019-2021 (Tabela 30):



As quatro dimensões com valores mais significativos são responsáveis, em média, por 81,32% das Despesas Orçamentárias do Município, somando o valor de R\$28.802.970,85. Para as demais funções, restaram 18,68%, correspondendo ao valor de R\$6.620.853,01.

- **Saúde: 27,98%** do total, com valor médio de R\$9.911.482,64;
- **Educação: 27,29%** do total, com valor médio de R\$9.665.915,43;
- **Urbanismo: 14,00%** do total, com valor médio de R\$4.958.724,66; e
- **Administração: 12,05%** do total, com valor médio de R\$4.266.848,12.

As dimensões seguintes caracterizaram outro importante grupo de Despesas por Função no Município, com participação entre 3,0% e 5,0%, totalizando 14,95% em média. O valor médio é de R\$5.297.554,56:

- **Transporte: 4,32%**
- **Assistência Social: 4,22%;**
- **Energia: 0,71%; e**
- **Agricultura: 3,20%;**

As dimensões a seguir obtiveram participação de 0,00% a 1,10%, compreendendo 3,73% de participação total nas Despesas Orçamentárias, com valor médio de R\$1.323:

- **Desporto e Lazer: 1,09%;**
- **Gestão Ambiental: 0,89%;**
- **Indústria: 0,65%; e**
- **Cultura: 0,39%.**

Ressalta-se que **os menores valores destinados à Desporto e Lazer, Gestão Ambiental, Indústria e Cultura** demandam atenção especial e contínua como forma de motivação, dada a representatividade que têm para o desenvolvimento local, agregando valor à produção e gerando empregos e bem-estar da população.

O crescimento médio real das despesas com Educação, Saúde, Urbanismo e Administração no período, conforme segue:

- **Saúde: crescimento médio de 2,22%**, com crescimento de 0,04% (2019); 5,61% (2020) e 1,00% (2021);
- **Educação: retração média de -0,78%**, retração de -6,28% (2019) e -17,70% (2020) e crescimento de 21,63% (2021);
- **Urbanismo: crescimento de 27,37%**, crescimento de 63,31% (2019) e 19,04% (2020) e retração de -0,23% (2021); e



- **Administração: retração média de -074%**, com crescimento de 12,38% (2019); retração de -11,33% (2020) e -3,27% (2021); e

Os gastos municipais tendem a aumentar de forma crescente devido a uma série de fatores, como o aumento das responsabilidades na execução das políticas públicas pelo Estado e pela União, pois os municípios absorveram atribuições que antes eram executadas pelos outros entes, caso da Saúde e Educação do ensino fundamental, entre outras. Além do estudo das Despesas, cabe refletir sobre inovações qualitativas potenciais e inovações nas ações governamentais, além dos processos e empreendimento realizados pelo Município, dadas as carências existentes.

Verificou-se que o Município não apresentou valores para investimentos no comércio e serviços que são setores importantes para o desenvolvimento local, sugere-se que as secretárias ligadas ao Desenvolvimento Econômico se atenham para esse detalhe, haja vista, geração de emprego e renda que podem ofertar aos trabalhadores e empresas dos setores e segmentos ligados a essas duas áreas.

#### 9.2.2 DESPESA COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A análise das Despesas com Pessoal está em consonância com os limites estabelecidos pela LRF, que, dentre outras atribuições, expressa os limites de Despesas com Pessoal sobre as Receitas Correntes Líquidas RCL, as quais são apuradas somando toda a Receita anual, excluídas as duplicidades (Art. 2º, §3, da LRF).

**Tabela 31 – Despesas com Pessoal em relação à RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (R\$ 1,00)**

RCL e Despesa com Pessoal	Anos		
	2019	2020	2021
Receita Corrente Líquida (R\$)	31.795.501,21	35.966.897,58	38.800.099,07
Despesa com Pessoal e Encargos (R\$)	16.096.757,11	18.128.042,35	18.252.040,21
Gasto Pessoal em relação a RCL (%)	50,63%	50,40%	47,04%
Limite Máximo <sup>42</sup> (54%)	17.169.570,65	19.422.124,69	20.952.053,50
Limite Prudencial (Parágrafo. Único, Art. 22 da LRF) 57%	18.123.435,69	20.501.131,62	22.116.056,47
Limite Máximo (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) 60%	19.077.300,73	21.580.138,55	23.280.059,44

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Em Coronel Domingos Soares, a Despesa com Pessoal e Encargos é responsável por parcela significativa da Despesa Corrente municipal. Entretanto, **a participação financeira das Despesas com Pessoal** mostrou um bom desempenho no período 2019-2021, **atingindo média de 49,36% da RCL**, inferior aos limites estabelecidos na LRF (Tabela 31).

<sup>42</sup> Parágrafo Único, Art. 19, Art. 2 inciso III e Art. 22 da LRF.



Os dados evidenciam que o Município tem situação confortável em relação aos limites estabelecidos pela LRF. As Despesas com Pessoal apresentaram elevação somente no exercício de 2019 (50,63%) esteve abaixo do índice limite de 54,0%, o suficiente para deixar o Município com margem cômoda em relação aos limites estabelecidos por Lei.

É recomendável a racionalização econômica com as Despesas de Pessoal. A gestão municipal de recursos humanos deve ficar atenta e, sempre que necessário, fazer ajustes para atender a legislação. São indispensáveis medidas de precaução para salvaguardar a saúde financeira do Município, dada a necessidade de disponibilidades financeiras para a realização de outros investimentos e despesas que integram o PPA e a LDO.

Outro apontamento de relevância é que apesar dos moderados percentuais de gasto com pessoal, as despesas com pessoal aumentaram 13,39% no acumulado do período, considerando os valores atualizados de R\$16.096.757,11 e R\$18.252.040,21, referentes aos anos de 2019 e 2021. Comparando com os índices de inflação do período, que atingiu 4,31% e 10,06%, respectivamente, entende-se que houve expressiva elevação dessa despesa frente a linha inflacionária, porém, os valores e percentuais de utilização sobre a RCL não comprometem os limites estabelecidos na LRF.

### 9.2.3 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

A Tabela 32 permite comparar as Despesas e Receitas Orçamentárias, com a finalidade de mostrar diretrizes para propiciar maior racionalidade econômica na gestão pública municipal. As Receitas e Despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, influenciando diretamente a circulação financeira das finanças públicas municipais.

**Tabela 32 – Resultado da Execução Orçamentária, relação entre Despesa e Receita, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (R\$ 1,00)**

Descrição	2019	2020	2021	Média 2019-2021
Receita Orçamentária	38.196.637,24	44.469.619,09	45.240.742,28	42.246.722,89
Despesa Orçamentária	35.365.388,58	34.751.184,93	36.154.898,07	35.423.823,86
Superávit Orçamentário	2.831.248,66	9.718.434,16	9.085.844,21	6.822.899,03
Despesa/Receita	92,59%	78,15%	79,92%	83,85%
Equilíbrio Orçamentário	7,41%	21,85%	20,08%	16,15%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

O superávit orçamentário ocorreu em todos os anos do período. Em média, **a relação Despesa/Receita atingiu 83,85% no período 2019-2021, enquanto a média do equilíbrio orçamentário foi de 16,15%**, demonstrando que **o Município tem baixo risco de endividamento e superávit orçamentário médio de R\$6.822.899,86.**



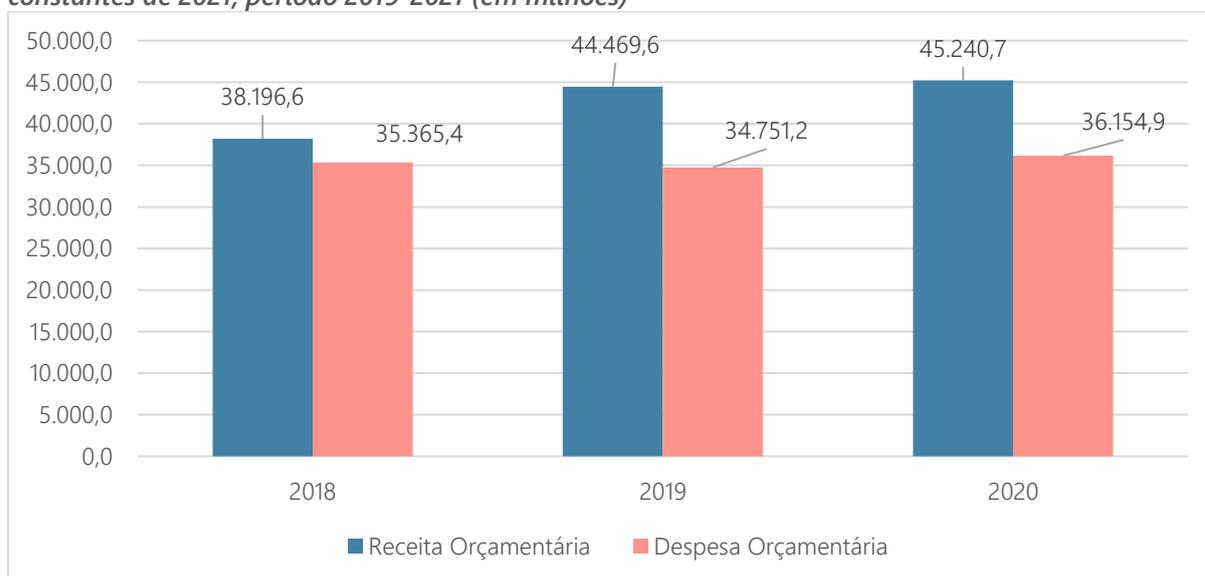
As Despesas Orçamentárias mais relevantes em valores absolutos ocorreram em 2020 quando as Despesas de Capital e Receitas de Capital foram mais elevadas, com Investimentos de R\$4.809.411,71. No ano de 2018 as Receitas Orçamentárias e Despesas de Capital resultaram no mais baixo superávit nas contas públicas no valor de R\$2.831.671,37 (Tabela 32).

O extrato das finanças públicas de Coronel Domingos Soares está representado graficamente na simples comparação da movimentação entre as receitas e despesas orçamentárias durante o período 2019-2021. Para chegar aos resultados estabelecidos a seguir, a Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, por ser um órgão público, elaborou o orçamento público, fixando as despesas e prevendo as receitas a fim de se planejar as atividades por ela desenvolvidas (Gráfico 19).

A execução orçamentária é fundamental, devendo ser cumprida para atingir as metas orçadas pela lisura na lida com o dinheiro público. Assim, a execução orçamentária deverá estar em conformidade com LOA de determinado período.

Dessa forma, a evolução da despesa orçamentária e da receita orçamentária no período 2019-2021. Especificamente, comparou-se, em valores reais, o comportamento das despesas autorizadas versus as despesas realizadas pelo Município.

**Gráfico 19 – Execução Orçamentária, relação entre Despesa e Receita, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (em milhões)**



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2021). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Ao fazer uma análise da evolução orçamentária no período de três anos, concluiu-se que o orçamento total teve uma elevação no decorrer do período analisado. Pode-se entender que uma das causas dessa elevação das despesas advém do orçamento das expectativas das receitas decorrente das transferências constitucionais e da arrecadação tributária.

Os dados contemplam um intervalo relevante entre as duas fontes (arrecadação e gastos), com situação normal de superávits em que as despesas foram inferiores as receitas em 16,15% na média. Isso fez com que na média a participação das despesas nas receitas totais alcançasse



83,85%. Em relação a performance contábil e econômica, salienta-se o comportamento verificado no ano de 2019 com a maior participação das despesas em relação as receitas (Gráfico 19).

### 9.3 INDICADORES DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Os estudos e a compreensão sobre os indicadores econômicos e financeiros representam as possibilidades de tomada de decisões, pela Administração Pública, para a aplicação de Investimentos e Despesas em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tenha fundamentos técnicos no sentido de salvaguardar a gestão do patrimônio público. Além disso, os Indicadores medem as estratégias utilizadas pelos gestores públicos, no sentido de justificar as tomadas de decisão na administração dos recursos, possibilitando caracterizar as atividades e os impactos no mercado de trabalho, na renda familiar e nas finanças públicas municipais, permitindo observar as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico de Coronel Domingos Soares.

#### 9.3.1 INDICADOR DE DEPENDÊNCIA

Este índice procura avaliar em que medida o Município depende das receitas transferidas para oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Totais, sendo decisivo para a gestão pública municipal avaliar as possibilidades de elevar a arrecadação, por meio da receita tributária, para minimizar a dependência das Transferências Constitucionais (Tabela 33). A interpretação está no entendimento de que, quanto mais próximo de "1", maior a dependência do Município em relação aos Repasses Constitucionais.

**Tabela 33 – Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2020, período 2019-2021 (R\$ 1,00)**

Ano	Receita Transferida <sup>43</sup> (A)	Despesa Orçamentária (B)	Indicador (A: B)
2019	33.990.651,11	35.365.388,58	0,96
2020	39.147.683,43	34.751.184,93	1,13
2021	38.852.814,64	36.154.898,07	1,07
Média	37.330.383,06	35.423.823,86	1,05

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

No período 2018-2020 verificou-se indicadores, **com média de 1,05 no Indicador de Dependência**. Conclui-se que **o município de Coronel Domingos Soares tem elevado grau de dependência sobre as Transferências Constitucionais** da União e do Estado, determinantes para auxiliar na gestão pública quando comparadas com as Despesas Orçamentárias. Para cada R\$1,00 de Despesa Orçamentária, o Município utilizou:

- R\$ 0,96 da receita transferida em 2019;

<sup>43</sup> Somatório da transferência corrente e transferência de capital



- R\$ 1,13 da receita transferida em 2020;
- R\$ 1,07 da receita transferida em 2021.

Os indicadores de 2020 e 2021, são mais preocupantes e merecem atenção e cuidados para os destinos dos recursos, na forma de racionalização e qualidade nos dispêndios públicos. Para isso, a equalização da distribuição das despesas deve ser medida com nível elevado de critério, face a escassez de recursos que assolam toda a economia local, regional e nacional.

### 9.3.2 INDICADOR DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS

O Indicador de Financiamento dos Gastos Públicos mostra a relação entre Despesas Correntes e Receita Tributária, ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito), além de orientar ditames para melhorar o desempenho da gestão municipal. Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

A Tabela 34 mostra o comportamento da receita tributária e da despesa corrente como variáveis que fornecem elementos para identificação do indicador de financiamentos dos gastos. Tem o objetivo de mostrar a equivalência da arrecadação advinda da Receita Tributária com as Despesas Correntes. Indica as fragilidades ou não das Receitas Tributárias para compor o suporte financeiro para fazer frente aos gastos públicos.

**Tabela 34 – Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2019, período 2019-2021 (R\$ 1,00)**

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A:B)
2019	32.292.029,87	3.636.892,24	8,88
2020	29.790.603,68	4.849.376,76	6,14
2021	35.270.862,82	4.826.873,10	7,31
Média	32.451.165,46	4.437.714,03	7,31

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

**Em média, o Indicador de Financiamento dos Gastos atingiu 7,31.** Em 2020, detectou-se o pior indicador, ou seja, foi o momento quando houve menor participação da receita tributária para fazer frente aos gastos públicos do Município, onerando as Transferências Constitucionais. Os resultados mostram que a Receita Tributária disponibilizou R\$1,00 para Despesas Correntes no valor de:

- R\$8,88 em 2019;
- R\$6,14 em 2020;
- R\$7,31 em 2021.



**Essa relação comprova a dependência do Município sobre outras fontes de recursos,** inclusive externos, por meio, de operações de crédito para cumprir as Despesas Correntes e de Capital. A Receita Tributária participou, em média, com 13,68% em relação às Despesas Correntes e com 11,14% em relação às Receitas Correntes, refletindo a baixa participação da receita tributária para fazer frente aos gastos públicos, dificuldade comum à maioria dos pequenos municípios paranaenses.

Diante do crescimento da Receita Tributária em média, 30,11% no período e do crescimento das Despesas Correntes foi de 3,99%, recomenda-se contínuo aperfeiçoamento e modernização nos mecanismos de formação das receitas próprias do Município, essa ação, é necessária para o equilíbrio das finanças públicas, apesar do índice do crescimento da Receita Tributária ser bem mais saudáveis que ao índice de crescimento dos gastos.

### 9.3.3 INDICADOR DE POUPANÇA

A poupança pública reflete o esforço da administração em relação ao saneamento financeiro do Município, calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes do período 2019-2021, correspondendo à renda líquida municipal. Se a arrecadação exceder os gastos, há superávit público e, ao contrário, ocorre déficit público. Poupança maior, a princípio, significa uso mais racional dos recursos financeiros, que podem ser destinados a novos investimentos para propiciar melhor infraestrutura para a iniciativa privada e a população em geral, conforme as prioridades do Município.

Todos os indicadores que possuem relevância que afetam o desempenho de uma gestão focada nos aspectos econômicos e sociais. Em outras palavras permite aos gestores tomar decisões “mais acertadas” aos anseios da população proporcionando conseqüentemente melhores benefícios sociais para a população.

**Tabela 35 – Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2021**

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A:B)
2019	36.020.481,67	32.292.029,87	3.728.451,80	1,12
2020	39.942.119,18	29.790.603,68	10.151.515,50	1,34
2021	43.539.736,31	35.270.862,82	8.268.873,49	1,23
Média	39.834.112,39	32.451.165,46	7.382.946,93	1,23

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Inicialmente, percebe-se que **a poupança do Município de Coronel Domingos Soares apresentou superávit em todos os anos, com destaque para o ano de 2020,** que proporcionou a maior diferença entre as duas variáveis.



Os números revelam, que quanto maior a Poupança, menor a Despesa Corrente, entretanto, elevação na Poupança, notadamente, no ano de 2020 impactou no aumento a taxas das Receitas Correntes. O **Município viabilizou poupança com indicador de acima de 1 em todos os anos.**

A poupança observada durante o período 2019-2021, mostraram que os níveis de Despesas e Receitas Correntes se distanciaram entre os anos por três motivos:

- Elevação na despesa média em menor proporção que as receitas (Tabela 40);
- Aumento sistemático das despesas com pessoal e encargos;
- Aumento da demanda por serviços públicos.

Os resultados mostram que, em média, **para cada R\$1,00 de Despesa Corrente, o Município teve necessidade de R\$ 1,23 de Receita Corrente** no período. Os índices, a cada ano, demonstraram que, para cada R\$1,00 de Despesa Corrente, foi necessário:

- R\$1,12 de Receita Corrente em 2019;
- R\$1,34 de Receita Corrente em 2020;
- R\$1,23 de Receita Corrente em 2021.

Reforça a tese de que são necessários cuidados, organização e modernização tributária, para que o Município tenha capacidade financeira para formar reservas, objetivando incrementar os investimentos públicos para atender as demandas crescentes da população. Ganha força o argumento que a poupança pública é um indicador que deve ser monitorado pelos executivos públicos, onde nem sempre o objetivo é ter uma poupança pública mais alta possível, mas sim financiar os investimentos necessários para promover o crescimento e o desenvolvimento local.

#### 9.3.4 INDICADOR DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

O indicador de capacidade de investimento é utilizado para mensurar os resultados sobre Investimentos realizados e vislumbrando condições proativas para decisões que envolvam os anseios da população e tendências e necessidades futuras. **Os Investimentos incluem aqueles realizados diretamente pelo Município ou por meio de convênios** com o Estado e/ou União ou, ainda, de Transferências de Capital.

O investimento mede a parcela da receita total do município destinada a população gerando bem-estar humano e melhores expectativas no ambiente de negócios, sendo, portanto, ferramenta de fundamental importância para o desenvolvimento local.

A questão investimento é crucial para a administração pública, porém, muitas regras existem e o não cumprimento das regras podem limitar o desenvolvimento em todas as esferas de governo. Pesquisadores mostram que os investimentos se elevam substancialmente no cumprimento das regras, pois possibilita resultados advindos de menor dívida em relação a arrecadação, isso faz



com que aumente a capacidade de poupança que é um viés importante para aumentar os níveis de investimentos.

Tem-se informações de a LRF vem sendo cumprida, como por exemplo, limite de gastos com pessoal que respeita os limites permitidos de acordo com a Lei. Importante é ter a percepção de ganhos coletivos com as contas da prefeitura em equilíbrio.

A seguir, os valores, deflacionados a preços constantes de 2021, que analisam a Capacidade de Investimento e o Indicador de Investimentos no período 2019-2021. A Capacidade de Investimento é fruto da relação entre Investimentos, Receita Corrente e Despesas Correntes, somadas as Amortizações (Tabela 36).

**Tabela 36 – Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2021, período 2019-2021 (Em R\$ 1,00)**

Variáveis	Valores Deflacionados (R\$ 1,00)			
	2019	2020	2021	Média
Receita Orçamentária (RO)	38.196.637,24	44.469.619,09	45.240.742,28	42.246.722,89
Receita Corrente	36.020.481,67	39.942.119,18	43.539.736,31	39.834.112,39
Transferências Totais	33.990.651,11	39.147.683,43	38.852.814,64	37.330.383,06
Transferência Corrente	32.052.968,04	34.620.183,51	37.793.420,71	34.822.190,75
<b>Receita Efetiva<sup>44</sup></b>	36.020.481,67	39.942.119,18	42.898.124,27	39.620.241,71
Despesa Corrente	32.292.029,87	29.790.603,68	35.270.862,82	32.451.165,46
Operações de Crédito	0,00	0,00	641.612,04	213.870,68
Investimentos (I)	2.318.953,38	4.809.411,71	787.980,71	2.638.781,93
Amortização da Dívida	754.405,33	151.169,54	96.054,54	333.876,47
Despesa corrente + amortização	33.046.435,20	29.941.773,22	35.366.917,36	32.785.041,93
Capacidade de Investimento <sup>45</sup>	2.974.046,47	10.000.345,96	7.531.206,91	6.835.199,78
Capacidade de Investimento <sup>46</sup>	8,26%	25,04%	17,56%	17,25%
(%) = (I / RO) *100	6,07%	10,82%	1,74%	6,25%
Indicador = I/RO	0,06	0,11	0,02	0,06

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidade

Os indicadores mostram que as taxas de investimento oscilaram durante o período, no entanto mostra que a existência da capacidade de investimento oferece margem para novos investimentos, por ser em todos os anos superior aos investimentos realizados. Algumas variáveis,

<sup>44</sup> Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

<sup>45</sup> Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)

<sup>46</sup> Capacidade de Investimento % = (Capacidade de Investimento / Receita Efetiva) \*100



como Investimentos e Amortização da Dívida, são termômetros para visualizar as possibilidades de o Município realizar novos empreendimentos e contrair novas operações de crédito.

No período 2019-2021: **os Investimentos do Município de Coronel Domingos Soares apontaram 6,19% de participação média na totalidade da Receita Orçamentária**, com destaque para 2020, com participação de 12,07%. Considerando as variações, em média, nos Investimentos detectou-se retração de -9,95%, devido ao incremento de recursos, excepcionalmente no ano de 2020 com variação de 12,07% considerando o ano imediatamente anterior.

**O crescimento acumulado dos Investimentos foi de -66,02% no período**, considerando os valores de R\$2.318.953,38 (2019), e R\$787.980,71 (2021). Esse resultado foi trágico pela perda de valores destinados aos investimentos municipais, na visão orçamentária, para aumentar os índices, é fundamental e urgente rever a arrecadação tributária para angariar fundos que venham contemplar novas melhorias para a população como investimentos nas áreas mais carentes e nas áreas mais com maior vitalidade de crescimento.

Os resultados mostram que **para cada R\$1,00 de Receita Orçamentária, o Município investiu, em média, apenas R\$0,06 no período 2018-2020**. Nos resultados anuais, para cada R\$1,00 de Receita Orçamentária, o Município investiu:

- R\$0,06 em 2019;
- R\$0,11 em 2020;
- R\$0,02 em 2021.

Essa equivalência é alarmante e reforça a necessidade, cada vez mais, “repito” de rever a arrecadação própria e o endividamento do Município, de forma a captar novas operações de crédito junto a instituições bancárias para promover investimentos. O Município, aplicou, em investimentos, valores menores que a Capacidade de Investimento (Gráfico 20).

Nos anos apresentados a Capacidade de Investimento do município de Coronel Domingos Soares pode ser intensificada e em todos os anos. Outro fator importante foi de que Despesas Correntes (adicionadas as Amortizações) foram inferiores às Receitas Efetivas que vislumbra um horizonte para novos investimentos devido a capacidade de investimento conquistada no período.

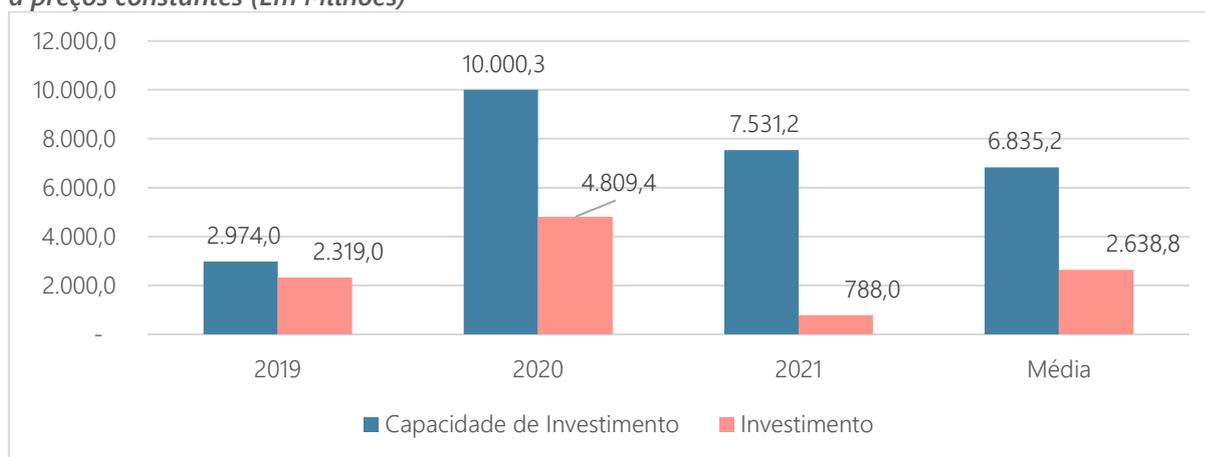
As finanças públicas dos municípios menores, caso de Coronel Domingos Soares, são pouco significativas para realizar obras de investimentos que exijam grandes aportes de recursos, capazes de elevar e melhorar a situação socioeconômicas dos munícipes. Deste modo, Coronel Domingos Soares, apesar de pequeno município sinaliza uma boa capacidade de investimento e investimento propriamente dito através de recursos financeiros próprios.



O impacto dessas informações para a gestão dos recursos públicos, associado a estrutura orçamentária municipal seja aprimorada, na busca de uma gestão cada vez mais comprometida com a população local.

Assim, compete aos gestores públicos do Município equalizarem as contas, principalmente em relação aos gastos de custeio sem perder o foco para os investimentos nas diversas áreas.

**Gráfico 20 – Comparação entre Capacidade de Investimentos e Investimentos, valores deflacionados a preços constantes (Em Milhões)**



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2022). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

A Capacidade de Investimento do Município é de 17,25%, em média, correspondendo ao valor de R\$6.835.199,78, enquanto os investimentos médios responderam por 6,25% da Receita Orçamentária com o valor de R\$2.638.781,93. Ao mesmo tempo, os Investimentos correspondem na média 88,77% das Despesas de Capital e 94,19% da Receita de Capital significando que para o Município os valores em investimentos podem aumentar quando nos referimos a capacidade média de investimentos (Tabela 36).

Como o município possui significativa participação das transferências governamentais como fonte de receita, baixa participação das receitas oriundas de arrecadação própria de tributos e pequena autonomia para investimentos, assim, pode-se constatar que a diversificação e dinâmica econômica são limitadas devido as possibilidades financeiras e econômicas da administração.

A intensificação da Capacidade de Investimento é necessária para ampliar os Investimentos, de forma a fazer frente às demandas econômicas e sociais e atender à LOA e à LRF. A Despesa total é a rubrica com expectativas de elevação, em face à necessidade de maiores Investimentos. Por isso, a elevação dos níveis de arrecadação é uma meta extremamente desafiadora para o gestor no cumprimento do PPA, LOA e LDO.



## 10. GESTÃO MUNICIPAL

No contexto de revisão dos instrumentos de gestão, promover uma reflexão dos temas relacionados às questões municipais como a estrutura administrativa, os modelos de gestão, seu planejamento e a dependência das transferências intergovernamentais, se faz necessário em busca do avanço da qualidade da administração pública.

### 10.1 CONSELHOS MUNICIPAIS

O município de Coronel Domingos Soares conta com 17 conselhos municipais (Quadro 18). Todos eles foram reestruturados após a aprovação do Plano Diretor em 2012. Grande parte dos Conselhos foram criados para se adequar às normativas federais ou para gerir fundos específicos.

**Quadro 18 – Conselhos Municipais**

Nome	Situação	Nomeação
Conselho Municipal de Saúde	Vigente	199/2021
Conselho Municipal de Assistência Social	Vigente	878/2019
Conselho de Defesa Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Vigente	883/2019
Conselho de Alimentação Escolar – CAE	Vigente	772/2016
Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC	Vigente	063/2021
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	Vigente	622/2012
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	Vigente	942/2021
Conselho Municipal do Meio Ambiente	Vigente	988/2021
Conselho de Desenvolvimento Municipal	Vigente	-
Conselho Municipal do Trabalho	Vigente	092/2014
<b>Conselho da Cidade</b>	Vigente	<b>162/2021</b>
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa	Vigente	798/2017
Conselho Municipal de Cultura	Vigente	097/2021
Conselho Municipal do Turismo	Vigente	946/2021
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	Vigente	152/2021
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Vigente	989/2021
Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial-CMDI	Vigente	115/2021

Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, 2021. LEIS MUNICIPAIS, 2022. Dados Trabalhados por DRZ – Gestão de Cidades, 2022.

O Conselho da Cidade foi nomeado pelo pela portaria nº 162/2021, com caráter de órgão consultivo e deliberativo em matéria de gestão de políticas públicas territoriais, urbanas ou rurais. Assim como descrito na mobilização da revisão do PDM, é de competência do Conselho as seguintes atividades:

- acompanhar as reuniões, audiências públicas e conferência da revisão do PDM;



- participar de reuniões técnicas de capacitação, oficinas de leitura técnica, audiências públicas e conferência municipal;
- contribuir na revisão coletiva do PDM;
- cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na revisão do PDM;
- auxiliar na mobilização da sociedade, durante o processo participativo de revisão do RPDM.

Conforme informações da ETM, todos os conselhos são atuantes no município. Dependendo do momento em que se faz necessário, alguns dos conselhos atuam de forma mais recorrente.

## 10.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA

A atual Estrutura Administrativa de Coronel Domingo Soares vigente foi estabelecida através da Lei Municipal 815 de 21 de novembro de 2017. Após sua adequação em 2017, houve apenas uma alteração, através da Lei nº 869/2018, onde foram alteradas nomenclaturas dos cargos municipais.

O organograma apresentado na Figura 39 é referente à Estrutura Organizacional vigente de Coronel Domingos Soares. Atualmente, de acordo com a ETM, há necessidade de adequação da lei vigente. Essa necessidade de adequação tem como premissa principal, a unificação dos Departamentos de Agricultura e de Meio Ambiente.

A principal dificuldade encontrada pela Administração é a falta de funcionários para os mais variados setores da máquina pública, sendo assim necessária a contratação de novos membros para compor a equipe municipal, porém é necessário que sejam executados estudos econômico-financeiros para avaliar a viabilidade de contratação, de forma que não seja extrapolada a lei de responsabilidade fiscal.

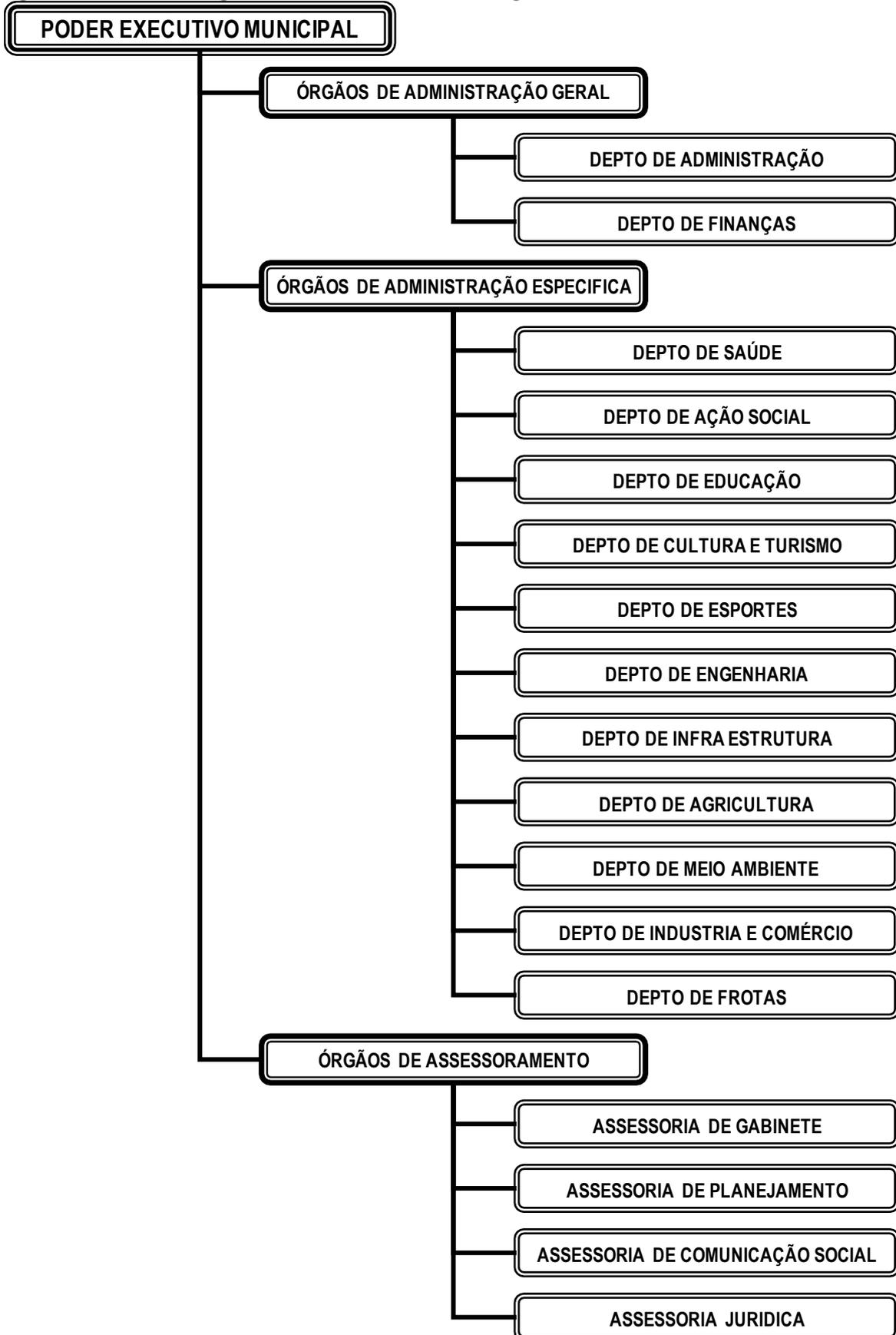
Conforme informado pela ETM, atualmente o Município conta com o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos além também do Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Municipal.

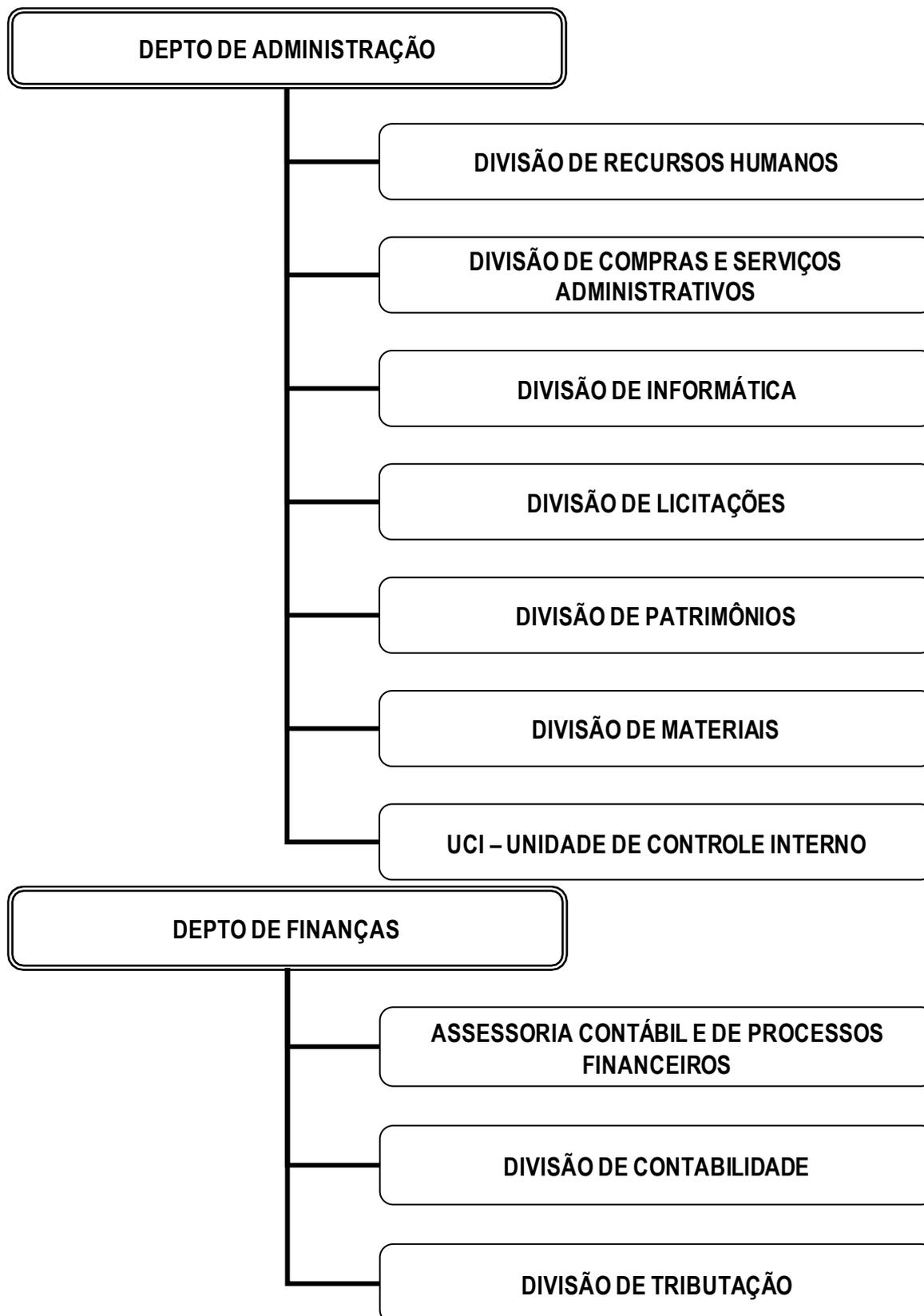
Os variados Departamentos municipais são informatizados, porém existe a demanda de aquisição de novos equipamentos de informática, além de seus variados complementos, também foi informada a atual necessidade da manutenção dos equipamentos existentes.

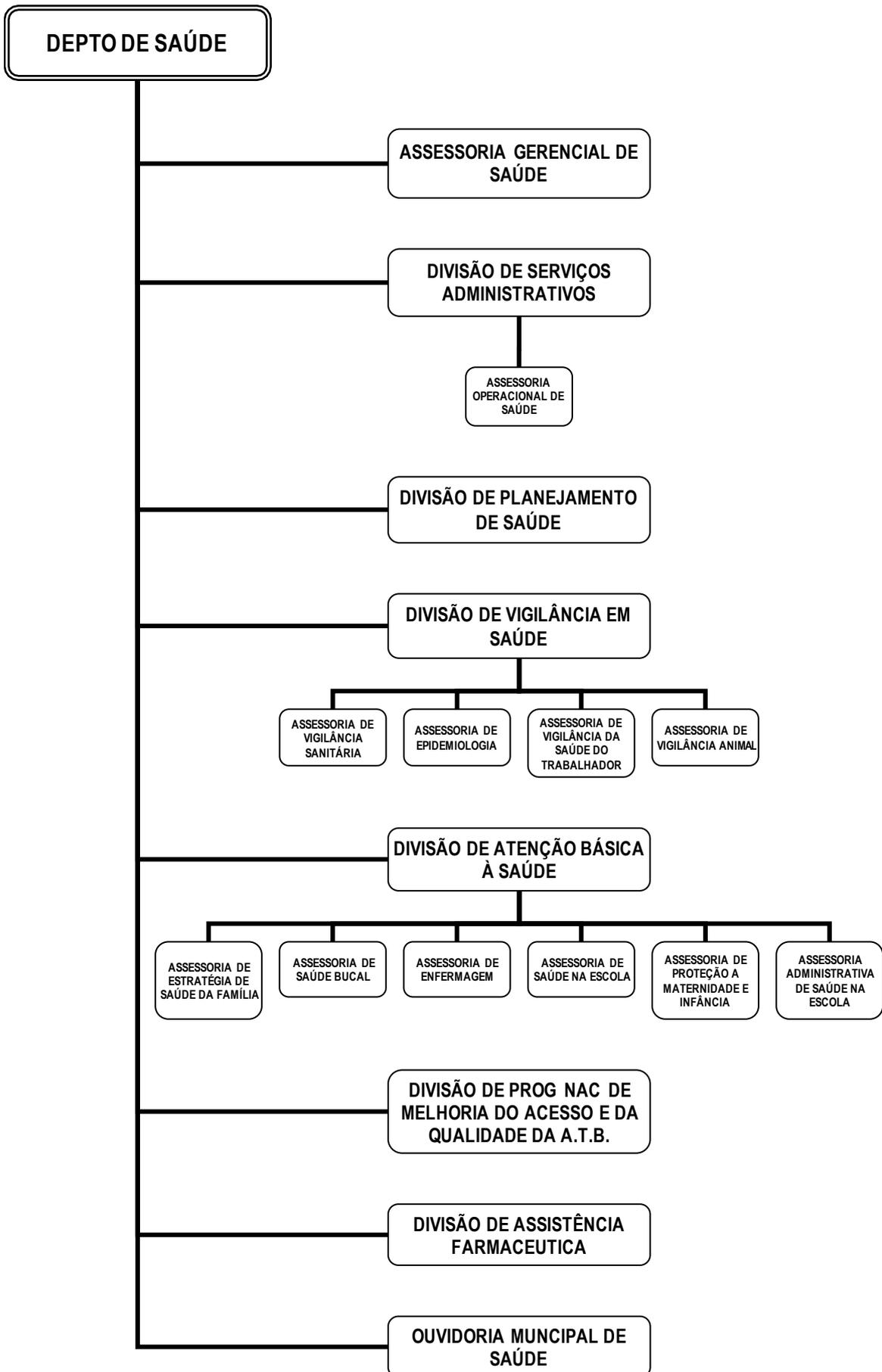
A ETM, que acompanha o desenvolvimento dos trabalhos de Revisão do PDM, é formada por profissionais de diversos departamentos e coordenada pela Engenheira Civil do Município.

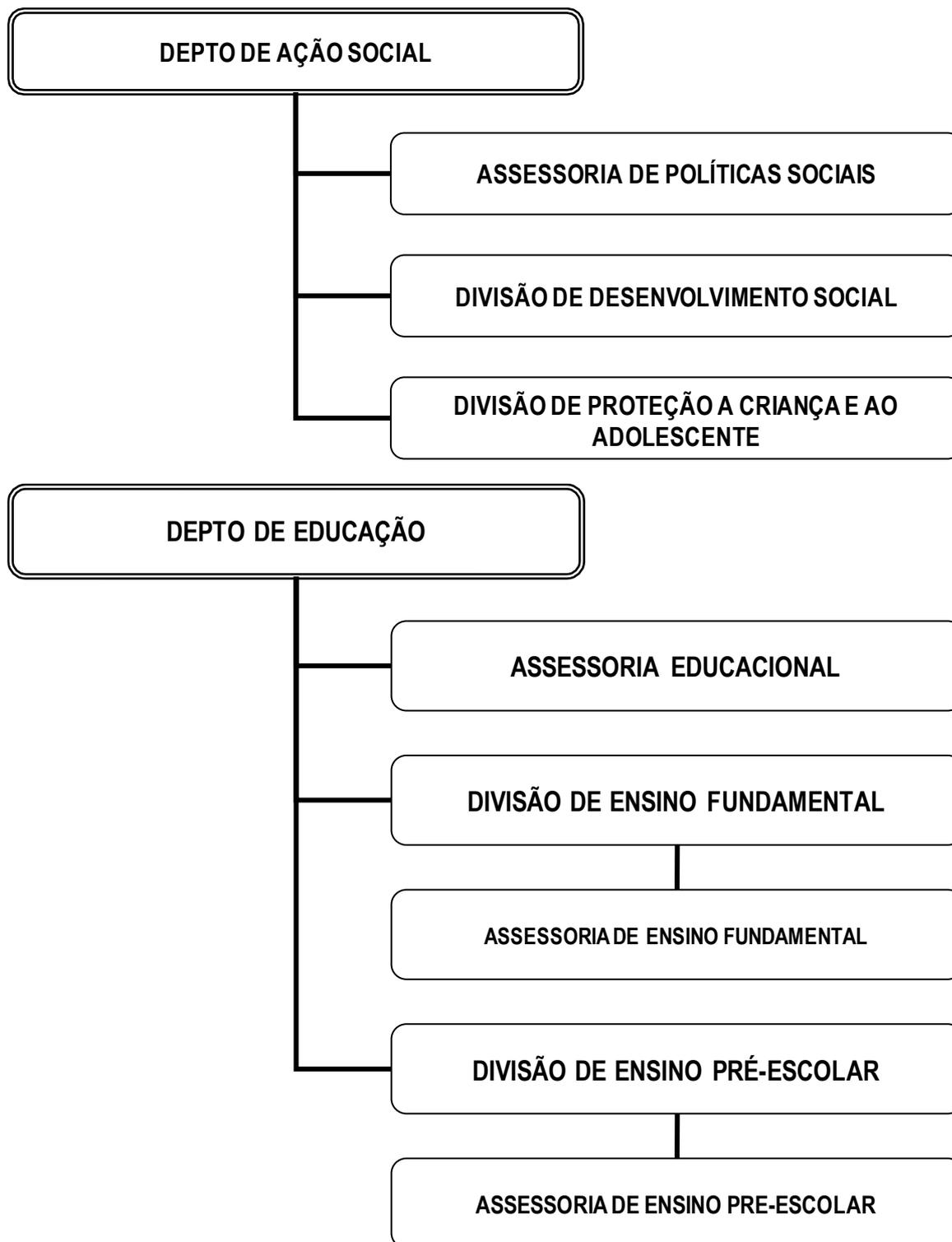


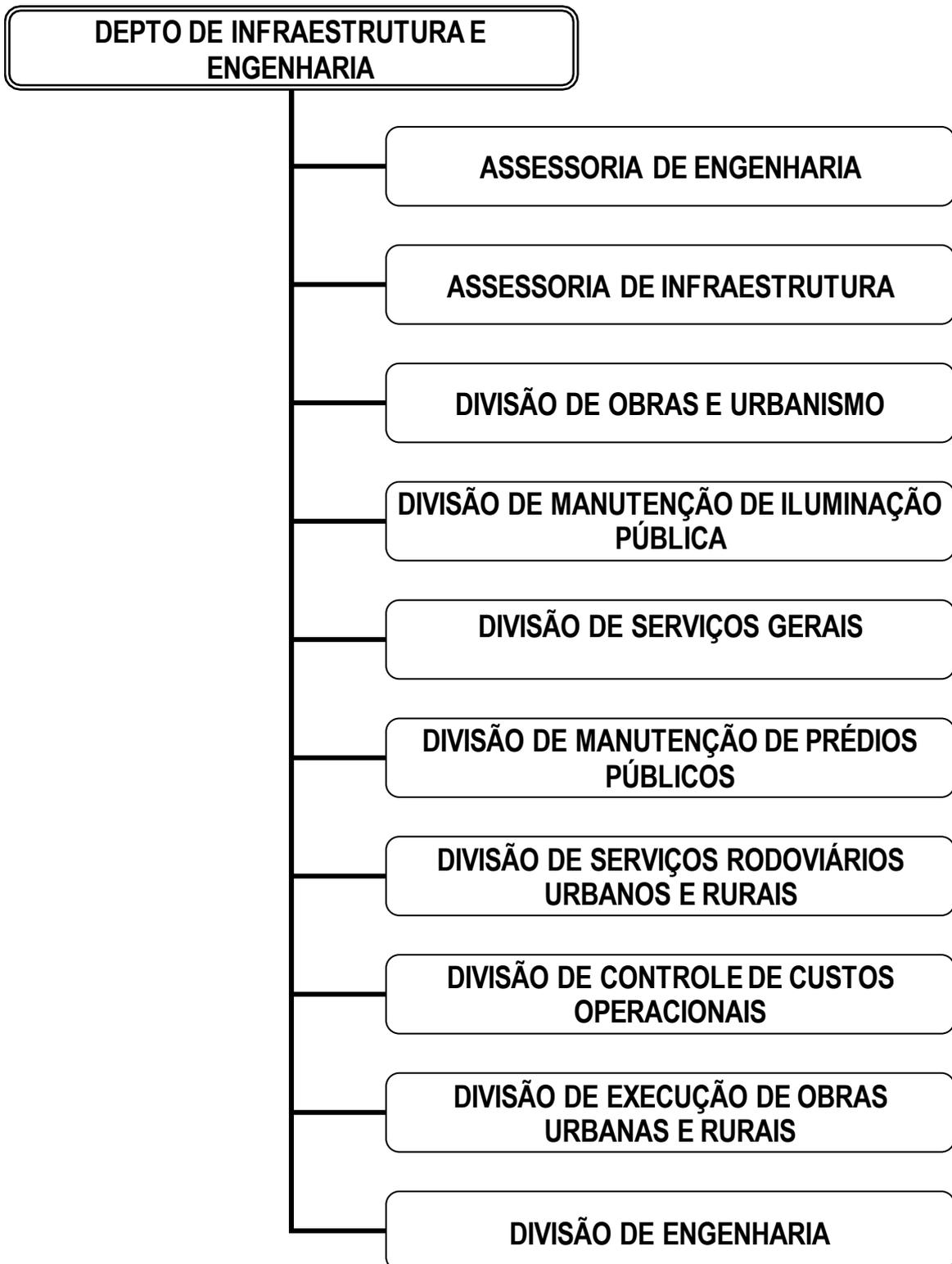
Figura 39 – Estrutura organizacional de Coronel Domingos Soares













**DEPTO DE CULTURA E TURISMO**

**DIVISÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS**

**DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE  
POTENCIALIDADES TURÍSTICAS**

**DEPTO DE AGRICULTURA**

**DIVISÃO DE AGRICULTURA E FOMENTO**

**DIVISÃO DE PECUÁRIA**

**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES  
RURAIS**

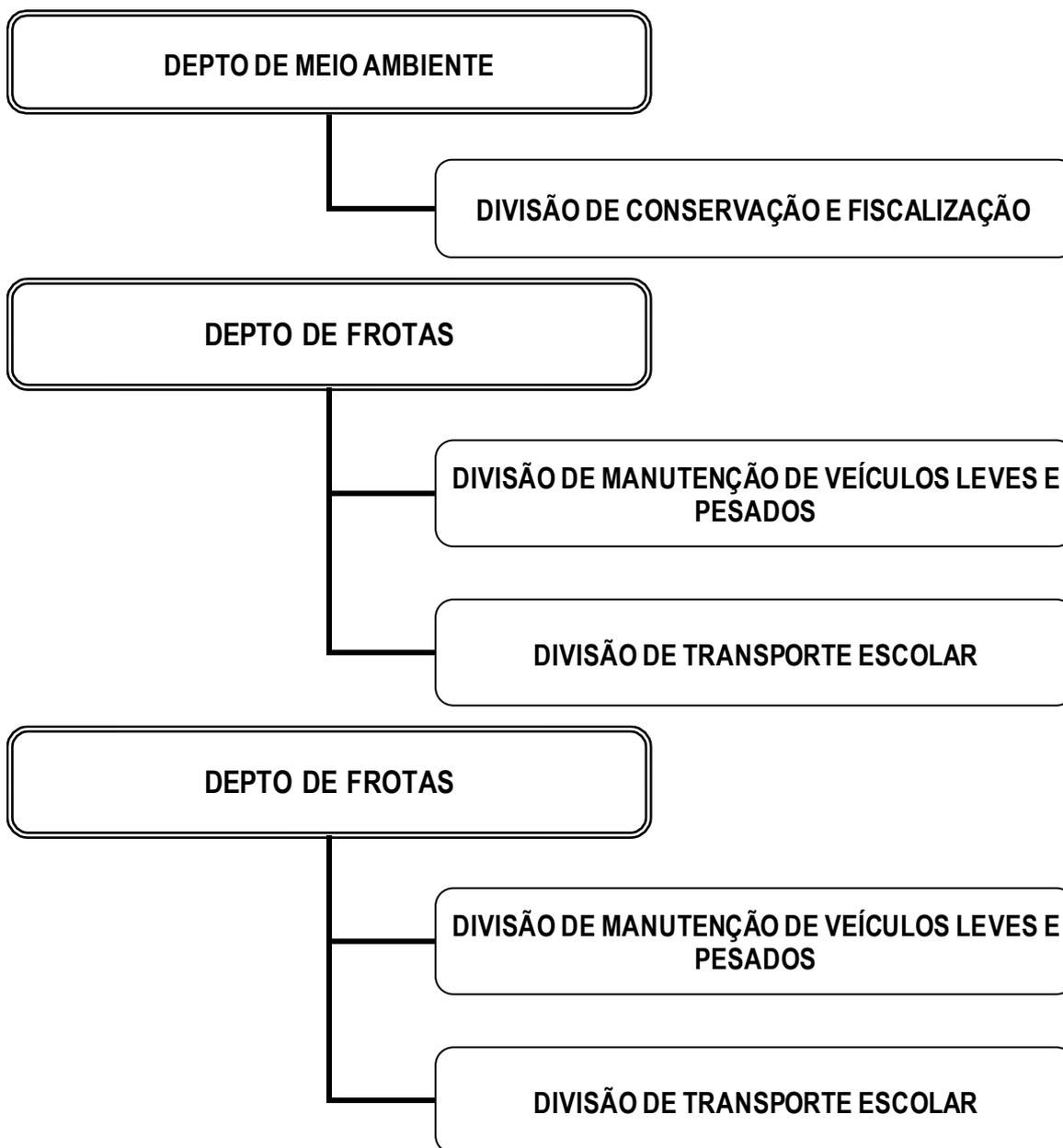
**DIVISÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR**

**DIVISÃO DE EPIDEMIOLOGIA ANIMAL**

**DEPTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**DEPTO DE ESPORTES**

**DIVISÃO DE ESPORTE AMADOR E GESTÃO DE  
ESPAÇOS ESPORTIVOS**



Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, 2017.





## 11. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Para a síntese da Análise Temática Integrada, optou-se por utilizar a Análise SWOT, uma ferramenta clássica da administração. Essa ferramenta serve para sistematizar e analisar os pontos positivos e negativos, para que assim possam ser traçados os objetivos e organizados um plano de ação.



SWOT é uma sigla em inglês dos termos *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Os pontos fortes e fracos, em geral, estão dentro da própria gestão, enquanto as oportunidades e as ameaças, na maioria dos casos, têm origem externa<sup>47</sup>.

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	<p><b>FORÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Várias fontes de abastecimento hídrico no município;</li> <li>→ Existência de áreas de reserva biológica e de remanescentes florestais;</li> <li>→ Aumento da População residente;</li> <li>→ Ampliação recorrente do sistema de abastecimento de água</li> <li>→ Índice de 100% na coleta de resíduos sólidos;</li> <li>→ Investimentos na área de drenagem urbana, cerca 50% já é atendida;</li> <li>→ 100% das áreas urbanas e rurais possuem iluminação pública;</li> <li>→ Equipamentos de saúde e educação atendem à demanda urbana e rural;</li> <li>→ Vários programas assistências para atendimento da população carente;</li> <li>→ Interesse de modernização do setor público;</li> <li>→ Proporção das Despesas com Pessoal abaixo do limite prudencial da LRF.</li> </ul>	<p><b>FRAQUEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Arborização urbana não planejada e deficitária;</li> <li>→ Baixa industrialização;</li> <li>→ Sistema de esgotamento sanitário inadequado;</li> <li>→ Zoneamento urbano inadequado e não sendo aplicado;</li> <li>→ Queda no PIB de mercado e pouco crescimento no PIB per capita no período analisado (2017-2019);</li> <li>→ Planta Genérica de valores desatualizada;</li> <li>→ Cadastro Imobiliário desatualizado desde 2010;</li> <li>→ Falta de incentivo e equipamentos para a Cultura e Turismo;</li> <li>→ Iluminação pública obsoleta;</li> <li>→ Altos índices de Problemas com ocupações irregulares, vários loteamentos e ocupações clandestinas;</li> <li>→ Calçamento público deficitário;</li> <li>→</li> </ul>

<sup>47</sup> NAKAGAWA, 2021.



	Fatores positivos	Fatores negativos
		<ul style="list-style-type: none"><li>→ Inexistência de transporte coletivo urbano/rural;</li><li>→ Apenas 41% da malha urbana está pavimentada;</li><li>→ Cemitérios não comportam a demanda atual e futura;</li></ul> Falta de investimento em calçamento público e ciclovias.
Fatores externos	<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>→ Poucas áreas de restrição ao uso e ocupação antrópica interna ao Perímetro Urbano;</li><li>→ Altos índices do território municipal dedicado a atividades agropecuárias;</li><li>→ Aspectos naturais favoráveis (vegetação, clima, relevo, solo);</li><li>→ Abundância Hídrica;</li><li>→ Alto potencial para a implantação de Parques e Unidades de Conservação;</li><li>→ Potencial para a implementação do turismo ecológico e rural;</li><li>→ Potencial para a industrialização.</li></ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>→ Áreas de maciços vegetativos remanescentes internas à área urbana;</li><li>→ Cidade absorveu o crescimento da população urbana de forma desorganizada, em sua maioria resultando em ocupações irregulares;</li><li>→ Envelhecimento da população e saída da força de trabalho jovem;</li><li>→ Falta de fiscalização recorrente das edificações e loteamentos;</li><li>→ Recorrentes conflitos do uso do solo urbano.</li></ul>

## 12. PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Equipe Técnica de Coronel Domingos no intuito de ouvir a população municipal, realizou durante a última semana do mês de junho de 2022, conversas com a população municipal em diversos pontos da área urbana. Foram distribuídas urnas onde era possível a população municipal realizar sua contribuição escrita nos mais variados campos do desenvolvimento urbano. Conforme Figura 40, fica evidente que foram realizadas as atividades tanto nos centros de educação quando em áreas empresariais do município.

*Figura 40 – Reunião setorial com a população*



Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, 2022.

Os anseios apresentados pelos participantes estão sistematizados no quadro a seguir:

Maiores ofertas de eventos de lazer <b>(6x)</b>	Incentivar os eventos esportivos no município <b>(6x)</b>	Retorno da EXPOCEL no intuito de fomentar o comércio municipal	Implementar áreas de quiosques ao longo da praça central
Adequar a qualidade das estradas rurais municipais <b>(16x)</b>	Centro de eventos municipal <b>(4x)</b>	Melhora na infraestrutura das vias urbana <b>(4x)</b>	Melhoria do Policiamento municipal <b>(6x)</b>
Separação dos resíduos sólidos municipais <b>(2x)</b>	Programa de castração e adoção de animais em condição de rua <b>(5x)</b>	Oferta de novas Escolas <b>(5x)</b>	Reestruturação do Posto de Saúde <b>(6x)</b>
Ações de cuidado com o meio-ambiente <b>(3x)</b>	Implementar uma equipe do corpo de bombeiros no município	Aumento da Biblioteca Pública Municipal <b>(2x)</b>	Adequação do calçamento municipal, expandir para todas as vias urbanas <b>(11x)</b>
Finalização do parque ambiental existente <b>(2x)</b>	Adequação da iluminação pública, substituindo para luzes de LED <b>(10x)</b>	Limpeza dos lotes urbanos	Atrair novas empresas para o fomento de empregos



Incentivo ao turismo municipal (5x)	Adequação da coleta de esgoto (9x)	Implementação de posto Fiscal	Construção de Campo de Futebol (3x)
Criar novas praças na área urbana municipal	Informatização dos serviços municipais	Adequação da nomenclatura viária e numeração das casas	Adequação do piso salarial e do quadro de funcionários
Adequação da arborização urbana	Políticas voltadas a população idosa Municipal	Informatizar o ensino municipal	Implementar um novo cemitério municipal (2x)
Criação de um museu histórico (3x)			

As contribuições da população domingosoarense servirão como embasamento da próxima fase da revisão do Plano Diretor Municipal, onde serão traçadas Diretrizes e Propostas para o desenvolvimento municipal nos próximos 10 anos. Além das diretrizes apontadas pela população, também serão levadas em consideração os problemas apontados ao longo do desenvolvimento do diagnóstico municipal.



## REFERÊNCIAS

- ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano Coronel Domingos Soares. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/410645#sec-saude>>. Acesso em abr. 2022.
- AMARANTE, Patrícia Araújo; MOREIRA, Ivan Targino. A evolução dos gastos públicos por função e por grupo de despesas no período de 1980 a 2006. João Pessoa, 2009.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Topodata: banco de dados geomorfométricos do Brasil. Variáveis geomorfométricas locais. Honório Serpa, Paraná. 2022. <<http://www.dsr.inpe.br/topodata/acesso.php>>. Acesso em: nov. 2021.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.
- BRITO, L. CAVENAGHI, S. JANNUZZI, P. Estimativas e projeções populacionais para pequenos domínios: uma avaliação da precisão para municípios do Rio de Janeiro em 2000 e 2007. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 27 (1), jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000100004>>. Acesso em 03 jan. 2022.
- COHAPAR. Coronel Domingos Soares. Disponível em: <<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/pretendentesOnline/listaDemanda.php>>. Acesso em jun. 2022.



\_\_\_\_\_. Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná. Disponível em: <<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/formLoteamento.php?idFormulario=0tb0D0t03yC6L9TrJe0W8wG78wF4YPCvJeLZByXTNPX>>. Acesso em jun. 2022.

CORONEL DOMINGOS SOARES. Edital do Processo Administrativo nº 007/2022 e Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 005/2022. objetivando a contratação de empresa especializada Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), visando definir objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento Municipal de Coronel Domingos Soares, do tipo MENOR PREÇO, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. Conforme o descrito edital e demais condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 588, de 04 de abril de 2012. Instituí o Plano Diretor Municipal, que dispõe sobre o Desenvolvimento e os Instrumentos que estabelecem as normas gerais para integrar e orientar a ação dos agentes públicos e privados na produção e gestão do território no Município de Coronel Domingos Soares.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 590, de 04 de abril de 2012. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo do Município de Coronel Domingos Soares e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor de Coronel Domingos Soares. Avaliação Temática Integrada. 2012. Disponível em <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/380/documento/9832>>. Acesso em: jul. 2022.

DETRAN-PR. Anuário estatístico 2012 e 2022 Curitiba, 2022.

DUCHESNE, Louis. Proyecciones de población, por sexo y edad, para áreas intermedias y menores: método relación de cohortes. In: GRANADOS, M. P. Métodos para proyecciones subnacionales de población. Bogotá: DANE/CELADE, 1989. p.71-126.

ESCOL.AS. Coronel Domingos Soares. Disponível em: < <https://www.escol.as/cidades/3997-coronel-domingos-soares>>. Acesso em abr. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. FJP – Déficit Habitacional no Brasil. 2010. Acesso em: jun. 2022.



- GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo fundo de participação dos municípios. Texto para discussão -IPEA, Brasília, 2006.
- IAT, Instituto Água e Terra. Geomorfologia. 2022. Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Geomorfologia>>. Acesso em: nov. 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. 2010.
- \_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico de uso da terra. 2a. ed., 2013.
- \_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em: mar. 2022.
- \_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>. Acesso em: mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos municípios. Disponível em: <<http://Produto Interno Bruto dos Municípios - PIB-MUNIC - Conjuntos de dados - Portal Brasileiro de Dados Abertos>>. Acesso em: mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. Sistema IBGE de recuperação automática, 2020-2021 – Tabela 5938. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/IO/T/Q>>. Acesso em: mar. 2022.
- \_\_\_\_\_. Manual técnico da vegetação brasileira. Manuais Técnicos em geociências. 2ª edição. 2012.
- \_\_\_\_\_. Projeções da população: Brasil e unidades da federação. In: IBGE. Coordenação de população e indicadores sociais. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Revisão 2018.
- \_\_\_\_\_. SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em mar. 2022.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Município de Coronel Domingos Soares. abr. 2022. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_municipios/coroneldomingossoares.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/coroneldomingossoares.pdf)>. Acesso em: jun. 2022.
- ITCG, Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra no Estado do Paraná: Relatório Técnico de Mapeamento – Base Integrada. Versão 2. 2019.



JUND, S. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

KOHAMA, H. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 10ªed.São Paulo: Ed. Atlas S.A. .2006.

LEIS MUNICIPAIS. Legislação Municipal de Coronel Domingos Soares. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/coronel-domingos-soares/lei-ordinaria/2001/16/152/lei-ordinaria-n-152-2001-sumula?q=152%2F2001>>. Acesso em: fev. 2022.

LIMA, Valmiqui Costa. Conhecendo os principais solos do Paraná: abordagem para professores do ensino fundamental e médio. 2012.

MELO, Marcilio. Os Municípios e a Arrecadação das Receitas Próprias – O desafio de Lula. Gestec Municipal, Capitólio – MG, jan. 2010. Disponível em: <<https://gestecmunicipal.com.br/index.php/artigos/item/17-os-municipios-e-a-arrecadacao-das-receitas-proprias-o-desafio-de-lula>>. Acesso em: 18 de dez. de 2021.

MET. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados: CAGED. Brasília: MTE, 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação anual de informações sociais: RAIS. Brasília: MTE, 2021.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. Cidades, Ministério do Desenvolvimento. Disponível em: <[http://app.mdr.gov.br/situacao\\_snhis/src/situacaoSnhis/formSituacoes?view=site](http://app.mdr.gov.br/situacao_snhis/src/situacaoSnhis/formSituacoes?view=site)>. Acesso em: mar. 2022.

MONTORO FILHO, A. F. Contabilidade social. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

NAKAGAWA, M. Ferramenta: Análise SWOT (Clássico). Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME\\_Analise-Swot.PDF](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF)>. Acesso em 03 dez. 2021.

NETO, Manoel Batista de Oliveira. EMBRAPA. Neossolos Flúvicos. 2021. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio\\_mata\\_sul\\_pernambucana/arvore/CONT000gt7eon7k02wx7ha087apz246ynf0t.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000gt7eon7k02wx7ha087apz246ynf0t.html)> Acesso em: abr. 2022.



- PARANÁ. Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.
- \_\_\_\_\_. MINEROPAR–Minerais. Atlas geomorfológico do Estado do Paraná. Escala base, v. 1, n. 250.000, 2006b. Disponível em: <[http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-04/atlas\\_geomorforlogico\\_parana\\_2006.pdf](http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/atlas_geomorforlogico_parana_2006.pdf)>. Acesso em: nov. 2021.
- \_\_\_\_\_. Educação Ambiental na Escola com ênfase em unidades de Conservação. Módulo 3 Biomas e Ecossistemas Paranaenses. 2012. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao\\_ambiental/caderno3a\\_biomass.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/caderno3a_biomass.pdf)>. Acesso em: fev. 2022.
- PARANACIDADE. Portal dos Municípios, Coronel Domingos Soares. Disponível em: <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/municipio/380/documento>>. Acesso em: abr. 2022.
- PEHIS. Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná. Disponível em: <<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>>. Acesso em: mar. 2022.
- PNUD; IPEA; FJP. O índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasília. 96p. 2ª Edição. 2013. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf)>. Acesso em jan. 2022.
- RODERJAN, C. V.; BRITEZ, R. M. Mapeamento da Floresta Atlântica do Estado do Paraná. Programa de Proteção da Floresta Atlântica. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e recursos hídricos (SEMMA). Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2002.
- SANTOS, Leonardo José Cordeiro et al. Mapeamento da vulnerabilidade geoambiental do estado do Paraná. Brazilian Journal of Geology, v. 37, n. 4, p. 812-820, 2007.
- SEFA. Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Caderno Estatístico dos Municípios - Ipardes. Curitiba, 2021.



\_\_\_\_\_. Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná. Índice de Participação dos Municípios no ICMS. Curitiba, 2021.

SILVA, L. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 5ª.ed. São Paulo, 2002.

STN-FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças Públicas do Município de Coronel Domingos Soares. Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público: Procedimentos contábeis orçamentários. 5ª Ed. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: jul. 2022.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 123 p. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao\\_digital\\_publicacoes.php](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php)>. Acesso em: fev. 2022.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES



### MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ: 01.614.415/0001-18

Avenida Araucária, 3120, Centro, Coronel Domingos Soares/PR

CEP: 85557-000 - Tel.: (46)3254-1166

pmcds.pr.gov.br • assescom.pmcds@gmail.com

### COORDENAÇÃO

Keury Fabris Marcon – Engenheira Civil – CREA-PR 148396/D

### EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Glênio José Maito – Administração

Lucélia M. V. Baldissarelli – Administração

Luis Antonio Mezomo – Agricultura

Gabiela Barp Abdala – Agricultura

Daniele Periolo Bringhentti – Contabilidade

Daiana Neves de Oliveira – Educação

Carla Elsi Bervig de Almeida – Educação

Jeneci Brais de Carvalho – Cultura

João Luiz de Jesus Silveira Lustosa – Jurídico

Rogério Everaldo Schmidt – Jurídico

Neyva Janara Rocha de Carvalho – Jurídico

Edson Luiz Fávero – Saúde

Kleber Rocha Bordignon – Saúde

Jackson Maurício dos S. Pilonetto – Saúde

Fernando Martins – Esportes

Edson Muller Gheno – Infraestrutura e Engenharia

Erik Takashi Kurogi – Infraestrutura e Engenharia

Wilson Tigre dos Santos – Infraestrutura e Engenharia

Antônio Carlos Kovoliski – Indústria e Comércio

Angélica Graeff Catapan – Ação Social

Vanessa de Souza Matiello – Ação Social

Rejane Dias Melão – Ação Social

Bruna Del Sent – Ação Social

Diego Argenta – Assessoria de Comunicação

Cristiane Rodrigues de Campos Abreu – Finanças

Gilmar Francisco da Rosa – Finanças



Dirlei de Lima – Controle Interno  
Guacira Fatima Favero de Mello – Assessoria de Planejamento  
Rodrigo Molina Fernandes Gheno – Meio Ambiente

**GRUPO TÉCNICO PERMANENTE**

Keury Fabris Marcon – Coordenadora  
Gilmar Francisco da Rosa  
Jeneci Brais Carvalho  
Edson Muller Gheno  
Terezinha da Silva Miranda  
Rodrigo Molina Fernandes Muller Gheno  
Erik Takashi Kurogi

**PREFEITO MUNICIPAL**

Jandir Bandiera

**VICE-PREFEITO**

Liomar Antônio Bringhentti



## DRZ GESTÃO DE CIDADES



### **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.**

CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA Nº 41972

Avenida Higienópolis, 32, 4º andar, Centro

CEP 86 020-080 • Londrina/PR

drz.com.br

### **COORDENAÇÃO**

Henrique Ferrarini Ferreira – Arquiteto e Urbanista – CAU A1325426

### **EQUIPE TÉCNICA CONTRATADA**

Marina Machado de Rezende Muraro – Arquiteta e Urbanista

José Roberto Hoffmann – Engenheiro Civil

José Batista Delatorre Júnior – Arquiteto e Urbanista

Lara Goulart Martins – Engenheira Sanitarista e Ambiental

Anderson Araujo de Aguiar – Engenheiro Cartógrafo

Paulo Roberto Santana Borges – Economista

Demétrius Coelho Souza – Advogado

### **EQUIPE TÉCNICA DE APOIO**

Ayla Ziger Dalgallo – Auxiliar de Arquitetura e Urbanismo

### **DIRETOR GERAL**

Agostinho de Rezende